



DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA**Preço deste número - Kz: 670,00**

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional - E.P., em Luanda, Rua Henrique de Carvalho n.º 2, Cidade Alta, Caixa Postal 1306, www.impresnacional.gov.ao - End. teleg.: «Imprensa».	ASSINATURA		Ano	O preço de cada linha publicada nos Diários da República 1.ª e 2.ª série é de Kz: 75.00 e para a 3.ª série Kz: 95.00, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a publicação da 3.ª série de depósito prévio a efectuar na tesouraria da Imprensa Nacional - E. P.
	As três séries	Kz: 470 615.00	
	A 1.ª série	Kz: 277 900.00	
	A 2.ª série	Kz: 145 500.00	
	A 3.ª série	Kz: 115 470.00	

IMPRESA NACIONAL - E. P.

Rua Henrique de Carvalho n.º 2

e-mail: impresnacional@impresnacional.gov.ao

Caixa Postal N.º 1306

CIRCULAR

Excelentíssimos Senhores,

Temos a honra de convidá-los a visitar a página da *internet* no site www.impresnacional.gov.ao, onde poderá *online* ter acesso, entre outras informações, aos sumários dos conteúdos do *Diário da República* nas três Séries.

Havendo necessidade de se evitarem os inconvenientes que resultam para os nossos serviços do facto de as respectivas assinaturas no *Diário da República* não serem feitas com a devida oportunidade;

Para que não haja interrupção no fornecimento do *Diário da República* aos estimados clientes, temos a honra de informá-los que até 15 de Dezembro de 2014 estarão abertas as respectivas assinaturas para o ano 2015, pelo que deverão providenciar a regularização dos seus pagamentos junto dos nossos serviços.

1. Enquanto não for ajustada a nova tabela de preços a cobrar pelas assinaturas para o fornecimento do *Diário da República* para o ano de 2015, passam, a título provisório, a ser cobrados os preços em vigor, acrescidos do Imposto de Consumo de 2% (dois por cento):

As 3 séries	Kz: 470 615,00
1.ª série	Kz: 277 900,00
2.ª série	Kz: 145 500,00
3.ª série	Kz: 115 470,00

2. Tão logo seja publicado o preço definitivo os assinantes terão o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para liquidar a diferença apurada, visando assegurar a continuidade do fornecimento durante o período em referência.

3. As assinaturas serão feitas apenas em regime anual.

4. Aos preços mencionados no n.º 1 acrescer-se-á um valor adicional para portes de correio por via normal das três séries, para todo o ano, no valor de Kz: 95.975,00 que poderá sofrer eventuais alterações em função da flutuação das taxas a praticar pela Empresa Nacional de Correios de Angola - E.P. no ano de 2015.

5. Os clientes que optarem pela recepção dos *Diários da República* através do correio deverão indicar o seu endereço completo, incluindo a Caixa Postal, a fim de se evitarem atrasos na sua entrega, devolução ou extravio.

Observações:

- Estes preços poderão ser alterados se houver uma desvalorização da moeda nacional, numa proporção superior à base que determinou o seu cálculo ou outros factores que afectem consideravelmente a nossa estrutura de custos;*
- As assinaturas que forem feitas depois de 15 de Dezembro de 2014 sofrerão um acréscimo aos preços em vigor de uma taxa correspondente a 15%.*

SUMÁRIO

Futuro Brilhante, Limitada.

Afmex Cargo (SU), Limitada.

Lutesa Consulting, Limitada.

M. M. S. W. — Transportes e Empreendimentos, Limitada.

Organizações Joana Palma (SU), Limitada.

Gelsantos, Limitada.

PRECONTAS — Serviços de Contabilidade e Consultoria, Limitada.

Grupo L. J. Rong, Limitada.

APITADELLA — Serviços de Hotelaria e Catering, Limitada.

Mazzagricola, Limitada.

OKYAL — Sistemas de Alumínio, Limitada.

Raice Company, Limitada.

NUTRIBALANCE — Prestação de Serviços, Limitada.

ANDVINIL — Sociedade Comercial e Industrial, Limitada.

Jácko-Injecção, Limitada.

Nvoviseme, Limitada.

P. A. Alumínio (SU), Limitada.

Luhamavel, Limitada.

Mardourado, Limitada.

Novifarma, Limitada.

FAST-EXPRESS — Comércio Geral, Limitada.

Bengo Projectos, Limitada.

Espina & Delfin Angola, Limitada.

UTATE — Consultoria, Projectos e Fiscalização, Limitada.

JERDA — Prestação de Serviços, Limitada.

Corintis Oil, Limitada.

Vences-Família, Limitada.

Multi, Limitada.

Chilorg, Limitada.

Advanced Marketing Solutions, Limitada.

Grupo Mayowa Investment, Limitada.

Serviço de Inovação Marítima de Angola, Limitada.

Jotonb (SU), Limitada.

Quéren-Hapuque, Limitada.

X-PAND, Limitada.

Alsios, Limitada.

Clínica Rafa Luzolo, Limitada.

Kilamba City Football Club, Limitada.

Casa Comercial Giroso e Serviços, Limitada.

Fly Care, S. A.

Bucaldente, Limitada.

JELÚ — Indústria, Obras Públicas & Serviços, Limitada.

DRI ANGOLA — Consultoria Informática, Limitada.

Vero Moda, Limitada.

Límpida (SU), Limitada.

I3COM, S. A.

Conservatória dos Registos da Comarca de Cabinda.

«Estevão Maria Bundo».

Conservatória do Registo Comercial da 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa.

«CHUKWUEMEKA KENNETH ANI — Comércio a Retalho e Agricultura».

«R. I. T. F. T. Centro Infantil e Creche».

«S. G. P. P. — Comércio a Grosso e a Retalho e Prestação de Serviços».

«BARROSO MUTEBA SAIZAMBA — Comércio, Transporte e Agricultura».

«B. P. J. — Comércio a Grosso e a Retalho».

«M. M. A. S. R. — Consultoria e Investimentos».

«EVARISTO ANTÓNIO JOSÉ — Prestação de Serviços».

«E. S. B. F. — Prestação de Serviços».

«V. I. V. — Comércio a Grosso e a Retalho e Prestação de Serviços».

«LUYNDULA AFONSO — Alfaiataria».

«PEDRO TEIXEIRA REGO DE OLIVEIRA BALONAS — Prestação de Serviços».

«PEDRO CODIA KIAKO — Prestação de Serviços».

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — SIAC.

«Farmácia Alex Miguel Lemos».

«Mateus Jorge Alexandre».

«Ana Luísa Domingos».

«Wilson João Manuel Kiteque».

«Alberto Cabaça Manuel».

Conservatória do Registo Comercial de Luanda.

«El-Shaday».

«Neves Cuta».

Conservatória dos Registos da Lunda-Sul.

«José Antero Gavino do Rego».

Conservatória do Registo Comercial da 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa — Nosso Centro.

«DISTINTO JOÃO CUNGO — Comércio a Retalho».

Futuro Brilhante, Limitada

Certifico que, por escritura de 28 de Agosto de 2014, lavrada com início a folhas 78, do livro de notas para escrituras diversas n.º 368, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Primeira: — Virgínia Eurídice Joaquim Pascoal Francisco, casada com Guimarães Rodney de Pena Francisco, sob regime de comunhão de adquiridos, natural do Rangel, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito Urbano do Sambizanga, Bairro Valódia, Avenida Comandante Valódia, Prédio n.º 265, 5.º andar, Apartamento I;

Segunda: — Suzana Puma Garcia, solteira, maior, natural da Ingombota, Província de Luanda, onde reside habitualmente em Luanda, no Distrito Urbano e Bairro da Maianga, Avenida Ho-Chi-Min, Casa n.º 101;

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, aos 28 de Agosto de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTO DA SOCIEDADE FUTURO BRILHANTE, LIMITADA

ARTIGO 1.º

(Denominação e sede social)

A sociedade adopta a denominação social de «Futuro Brilhante, Limitada», com sede na Província de Luanda, Município de Belas, Bairro Benfica, Zona Verde, rua e casa s/n.º, podendo abrir filiais, sucursais, agências ou qualquer outra forma de representação em todo o território nacional ou no estrangeiro, por simples deliberação dos sócios.

ARTIGO 2.º

(Prazo de duração)

O prazo de duração da sociedade é indeterminado, contando-se o seu início, para todos os efeitos, a partir da sua data de constituição.

ARTIGO 3.º
(Objecto social)

A sociedade tem como objecto social a prestação de serviços, comércio geral a grosso e a retalho, creche, educação e ensino geral ou universitário, decoração, hotelaria e turismo, pastelaria, panificação, indústria, importação e exportação, *rent-a-car*, concessionária de viaturas, novas ou usadas e seus acessórios, transportes rodoviários, ferroviários, marítimo e aéreo, transitários, despachante oficial, oficina-auto, consultoria, telecomunicações, comércio de tecnologias de informação e meios informáticos, construção civil e obras públicas e actividades afins, agricultura e pesca, publicidade, venda de equipamentos e máquinas agrícolas, exploração mineira e florestal, exploração petrolífera e venda de combustíveis, lubrificantes e actividades afins, estação de serviço, clínica geral, farmácia, agência de viagens, promoção e mediação imobiliária, representações comerciais e industriais, segurança de bens patrimoniais, saneamento básico, arquitectura e paisagismo.

§Único: — Desde que devidamente deliberado pelos sócios, a sociedade poderá dedicar-se também a qualquer outra actividade comercial ou industrial que seja permitida por lei.

ARTIGO 4.º
(Capital social)

O capital social, integralmente subscrito e realizado em dinheiro, expresso em moeda nacional é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), equivalente a USD 1.000,00 (mil dólares americanos), dividido e representado por duas quotas iguais no valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas), cada uma, correspondente a 50% (cinquenta por cento) do capital social da sociedade, pertencentes às sócias Suzana Puma Garcia e Virgínia Eurídice Joaquim Pascoal Francisco, respectivamente.

ARTIGO 5.º
(Cessão de quotas)

A cessão de quotas fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é, em todo caso, reservado o direito de preferência. Não usando, a sociedade, do direito de preferência, este competirá aos sócios.

ARTIGO 6.º
(Gerência)

1. A sociedade será representada, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, pelas sócias, que desde já são nomeadas como gerentes, sendo necessárias as suas assinaturas para obrigar validamente a sociedade.

2. Fica expressamente proibido o uso da firma em fianças, abonações, letras de favor e mais actos ou documentos estranhos aos negócios sociais.

3. O/a(s) sócio/a(s) gerente(s) poderá(ão) delegar ao outro sócio ou à pessoa estranha à sociedade, mediante procuração, todos ou parte dos seus poderes de gerência.

ARTIGO 7.º
(Dissolução da sociedade)

1. A sociedade dissolver-se-á por morte dos sócios e demais casos previstos na lei.

2. A sociedade não se dissolverá por morte ou interdição de qualquer dos sócios, continuando com o sobrevivente e com os herdeiros ou representantes dos sócios falecidos ou interditos, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota estiver indivisa. Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos previstos na lei, todos os sócios serão liquidatários e à liquidação e partilha procederão como acordarem.

ARTIGO 8.º
(Assembleias Gerais)

1. Salvo nos casos em que a lei exija outros requisitos, as Assembleias Gerais serão convocadas por meio de cartas, dirigidas aos sócios com, no mínimo, 8 dias de antecedência.

2. Os sócios têm o direito de se fazerem representar nas Assembleias Gerais por qualquer pessoa, alheia ou não à sociedade, devendo a representação ser acreditada por meio de simples escrito particular dirigido ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral.

3. São permitidas as deliberações unânimes por escrito.

ARTIGO 9.º
(Dispositivos gerais)

Não dependem de deliberação dos sócios a celebração dos seguintes actos pela gerência:

- a) Celebração de contratos de locação de estabelecimentos da e para a sociedade;
- b) Actos de mero expediente.

ARTIGO 10.º
(Distribuição de lucros)

Os lucros distribuíveis terão a aplicação que for deliberada em Assembleia Geral, podendo, inclusive, ser deliberada a não distribuição de lucros. Nos termos e dentro dos limites legalmente estabelecidos, podem ser feitos aos sócios adiantamentos sobre os lucros no decurso do exercício.

ARTIGO 11.º
(Legislação aplicável)

No omissis, regularão as disposições da Lei n.º 1/04, e as deliberações tomadas em reunião de sócios e demais legislação aplicável.

(14-14019-L02)

Afmex Cargo (SU), Limitada

Israel Carlos de Sousa Nambi, Licenciado em Direito Conservador-Adjunto da Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa.

Certifico que, Sebastião Mbuta Muanza, solteiro, maior, de nacionalidade angolana, natural da Província do Uíge, residente habitualmente em Luanda, Distrito Urbano e Bairro da Samba, Casa n.º 5, Zona 6, constituiu uma socie-

dade unipessoal por quotas denominada «Afmex Cargo (SU), Limitada», registada sob o n.º 3133/14, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes;

Está conforme.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda,
2.ª Secção do Guiché Único da Empresa, em Luanda, aos 28
de Agosto de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE AFMEX CARGO (SU), LIMITADA

ARTIGO 1.º (Denominação e sede)

A sociedade adopta a denominação de «Afmex Cargo (SU), Limitada», com sede social na Província de Luanda, Rua 14, Casa n.º 59, Bairro Mártires de Kifangondo, Município de Luanda, Distrito Urbano da Maianga, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º (Duração)

A sua duração é por tempo indeterminado contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir do respectivo registo.

ARTIGO 3.º (Objecto)

A sociedade tem como objecto social, prestação de serviços, engenharia, distribuição, gestão de empresa, comércio geral a grosso e a retalho, formação de quadros, electrónica e telecomunicações, consultoria, auditoria, construção civil e obras públicas, fiscalização de obras, serralharia, carpintaria, produção e venda de caixilharia de alumínio, promoção e mediação imobiliária, informática, telecomunicações, logística, armazenamento, pecuária, pescas, hotelaria, turismo, agência de viagens, transportes aéreo, ferroviário, marítimo e terrestres, transporte de passageiros ou de mercadorias, camionagem, transitários, despachante, *rent-a-car*, oficina auto, venda de material de escritório e escolar, salão de cabeleireiro, modas e confecções, botequim, centro médico, farmácia, material e equipamentos hospitalares, perfumaria, ourivesaria, relojoaria, design de interior, pastelaria, panificação, geladaria, exploração de parques de diversões, realização de eventos culturais, recreativos e desportivos, exploração mineira e florestal, exploração de bombas de combustíveis ou estação de serviço, comercialização de petróleo e seus derivados, representações comerciais, ensino geral, infantário, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que o sócio acorde e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º (Capital)

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas) integralmente realizado em dinheiro, representado por uma quota no valor nominal de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), pertencente ao sócio-único Sebastião Mbuta Muanza.

ARTIGO 5.º (Cessão de quotas)

A cessão da quota implica a saída do sócio cedente ou a transformação da mesma em sociedade pluripessoal.

ARTIGO 6.º (Gerência)

A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbe ao sócio-único, bastando a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade.

1. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como, letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

2. O sócio-único poderá nomear pessoa estranha à sociedade para assumir as funções de gerência:

ARTIGO 7.º (Decisões)

As decisões do sócio-único de natureza igual às deliberações da Assembleia Geral deverão ser registadas em acta por ele assinadas e mantidas em livro de actas.

ARTIGO 8.º (Dissolução)

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento do sócio-único, continuando a sua existência com o sobrevivente e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 9.º (Liquidação)

A liquidação da sociedade far-se-á nos termos da LSC.

ARTIGO 10.º (Balanços)

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 11.º (Omisso)

No omissio regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 19/12, de 11 de Junho e ainda as disposições da Lei das Sociedades Comerciais n.º 1/04, de 13 de Fevereiro.
(14-14020-L02)

Lutesa Consulting, Limitada

Certifico que, por escritura de 22 de Outubro de 2014, lavrada com início a folhas 81, do Livro de Notas para Escrituras Diversas n.º 229-A, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Primeiro: — Sandra Mónica Catarino Morris Van Deste, solteira, maior, natural da Ingombota, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito Urbano da Samba, Bairro Talatona, Condomínio Arte Yetu, Apartamento n.º 101, 1.º;

Segundo: — Luís Cupenala, solteiro, maior, natural de Cassongue, Província de Kwanza-Sul, residente habitualmente em Luanda, Município de Luanda, Distrito Urbano e Bairro da Ingombota, Rua Reverendo Agostinho P. Neto;

Terceiro: — Teófilo Lourenço de Almeida, solteiro, maior, natural de Cubal, Província de Benguela, residente habitualmente em Luanda, Município de Luanda, Distrito Urbano da Maianga, Bairro Mártires do Kifangondo, Rua 12, Casa n.º 36-B, Zona 9;

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 23 de Outubro de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTO DA SOCIEDADE LUTESA CONSULTING, LIMITADA

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação de «Lutesa Consulting, Limitada», com sede social na Província de Luanda, no Município de Belas, Bairro Talatona, Belas Business Park, Torre Huambo, 8.º andar, 801, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da presente escritura.

ARTIGO 3.º

A sociedade tem como objecto social a prestação de serviços, consultoria, orientação e assistência operacional a particulares, empresas e organismos públicos ou privados, nacionais ou estrangeiros, em diversas áreas de actuação, designadamente, económica, financeira, administrativa, planeamento, controlo e informação, reorganização e gestão de empresas e elaboração de estudos de desenvolvimento, turismo, comércio geral, intermediação imobiliária, *rent-a-car*, comercialização de automóveis ligeiros e pesados, assessoria jurídica, gestão, contabilidade, construção civil e obras públicas, gestão de empreendimentos turísticos, compra e venda de materiais de construção, formação profissional, educação e ensino, serviços de segurança, representações comerciais e industriais, consultoria de projectos, auditoria, prospecção, exploração e comercialização de diamantes, ouro, cobre, prata, rochas ornamentais, ferro,

exploração petrolífera, gás e seus derivados, comercialização e transformação de petróleo e seus derivados, transporte de combustível, recursos minerais, comércio de cosméticos, agro-pecuária, apicultura, pescas e seus derivados, saúde, assistência médica e medicamentosa, serviços de comunicações, instalação de alarmes e sistemas de segurança de casas e automóveis, indústria extractiva e transformadora, publicidade e marketing, promoção de eventos, diversão e entretenimento, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 1.000.000,00 (um milhão de kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 3 (três) quotas, sendo 1 (uma) quota no valor nominal de Kz: 600.000,00 (seiscentos mil kwanzas), pertencente à sócia Sandra Mónica Catarino Morris Van Deste e outras 2 (duas) quotas de igual valor nominal de Kz: 200.000,00 (duzentos mil kwanzas) cada uma, pertencentes aos sócios Luís Cupenala e Teófilo Lourenço de Almeida.

ARTIGO 5.º

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º

A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbem aos sócios Sandra Mónica Catarino Morris Van Deste, Luís Cupenala e Teófilo Lourenço de Almeida, que ficam desde já nomeados gerentes, com dispensa de caução, bastando uma assinatura, para obrigar validamente a sociedade.

1. Os gerentes poderão delegar mesmo em pessoa estranha à sociedade parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito, o respectivo mandato.

2. Fica vedado à gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

ARTIGO 7.º

As Assembleias Gerais serão convocadas por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com pelo menos 8 (oito) dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na propor-

ção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com os sobreviventes e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha verificar-se-ão como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender, será o activo social lícitado em globo com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 14.º

No omissão regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, Lei das Sociedades Comerciais, e demais legislação aplicável.

(14-14870-L02)

M. M. S. W. — Transportes e Empreendimentos, Limitada

Aumento do objecto e alteração parcial do pacto social da sociedade «M. M. S. W. — Transportes e Empreendimentos, Limitada».

Certifico que, por escritura de 22 de Novembro de 2013, lavrada com início a folhas 30, do livro de notas para escrituras diversas n.º 229-A, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, compareceram como outorgantes:

Primeiro: — Mateus Paulo André Muai, casado com Malvina Catarina de Lemos Manuel Muai, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural de Cabinda, Província de Cabinda, residente habitualmente em Luanda, no Município de Luanda, Distrito Urbano da Ingombota, Bairro Patrice Lumumba, Rua de Timor, Casa n.º 17;

Segunda: — Malvina Catarina de Lemos Manuel Muai, casada com Mateus Paulo André Muai, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural do Kilamba Kiayi, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Município de Luanda, Distrito Urbano da Ingombota, Bairro Patrice Lumumba, Rua de Timor, Casa n.º 17;

Verifiquei a identidade dos outorgantes pelos mencionados documentos de identificação.

Declaram os mesmos:

Que, os outorgantes são os únicos e actuais sócios da sociedade comercial por quotas denominada «M. M. S. W. — Transportes e Empreendimentos, Limitada», com sede em Luanda, no Município de Luanda, Distrito Urbano do Sambizanga, Bairro Operário, Rua H, Casa n.º 17, constituída por escritura pública datada de 23 de Outubro de 2013, lavrada com início a folha 3, do livro de notas para escrituras diversas n.º 334, deste Cartório Notarial, registada na Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa, sob o n.º 3824-13, titular do Número de Identificação Fiscal 5417254606, com o capital social de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por duas quotas, sendo uma no valor nominal de Kz: 60.000,00 (sessenta mil kwanzas), pertencente ao sócio, Mateus Paulo André Muai e outra no valor nominal de Kz: 40.000,00 (quarenta mil kwanzas), pertencente à sócia Malvina Catarina de Lemos Manuel Muai.

Que, pela presente escritura e conforme deliberado por acta de Assembleia Geral datada de 2 de Setembro de 2014, os outorgantes decidem acrescentar ao objecto social da sociedade as actividades de fiscalização de obras, gestão de condomínios, consultoria, prestação de serviços a empresas petrolíferas, protocolo, limpeza e desinfestação, creches e infantários, atl, ensino básico e médio, participações sociais de modo a satisfazer os interesses da sociedade.

Em função dos actos praticados altera-se a redacção do artigo 3.º do pacto social que passa a ser a seguinte:

ARTIGO 3.º

A sociedade tem como objecto social, fiscalização de obras, gestão de condomínios, consultoria, prestação de serviços a empresas petrolíferas, protocolo, limpeza e desinfestação, creches e infantários, atl, ensino básico e médio, participações sociais, prestação de serviços, transportes, de pessoas e bens, empreendimentos, comércio geral a grosso e a retalho, importação e exportação, construção civil e obras públicas, agro-pecuária, pesca, hotelaria e turismo, indústria de bens alimentares, bebidas, representações comerciais, telecomunicações e seus derivados, elaboração de projectos, escolas profissionais, mineração, exploração florestal, exploração de inertes, indústria de madeiras, indústria transformadora, lavandaria, boutique e salão de beleza,

pastelaria, padaria e panificação, podendo enveredar para outra actividade desde que não proibida por lei.

Declaram ainda os mesmos que mantêm-se firme e válidas todas as demais disposições não alteradas pela presente escritura.

Assim o disseram e outorgaram.

Está conforme..

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, aos 23 de Outubro de 2014. — O ajudante, *ilegível*.
(14-17898-L02)

Organizações Joana Palma (SU), Limitada

Israel Carlos de Sousa Nambi, Conservador-Adjunto da Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa.

Certifico que, Joana Gaspar Jorge Palma, casada com Sousa da Silva Palma, sob regime de comunhão de adquiridos, de nacionalidade angolana, natural de Caxito, Província do Bengo, residente em Luanda, Distrito Urbano do Sambizanga, Casa n.º 176, Zona 16, Bairro Ngola Kiluange, constituiu uma sociedade unipessoal por quotas denominada «Organizações Joana Palma (SU), Limitada», registada sob o n.º 3.931/14, que se vai reger pelo disposto nos termos seguintes.

Está conforme.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa, em Luanda, aos 23 de Outubro de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTO DA SOCIEDADE ORGANIZAÇÕES JOANA PALMA (SU), LIMITADA

ARTIGO 1.º (Denominação e sede)

A sociedade adopta a denominação de «Organizações Joana Palma (SU), Limitada», com sede social na Província de Luanda, Rua Emissora, Casa n.º 176, Bairro Petrangol, Município de Luanda, Distrito Urbano do Sambizanga, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º (Duração)

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir do respectivo registo.

ARTIGO 3.º (Objecto)

A sociedade tem como objecto social a prestação de serviços, hotelaria e turismo, comércio grosso e a retalho, indústria, pescas, agro-pecuária, informática, telecomunica-

ções, construção civil e obras públicas, fiscalização de obras, saneamento básico, modas e confecções, transportes marítimo, aéreo e terrestres de passageiros ou de mercadorias, transitários, oficina auto, assistência técnica, comercialização de petróleo e lubrificantes, exploração de bombas de combustíveis, farmácia, centro médico, perfumaria, agenciamento de viagens, promoção e mediação imobiliária, relações públicas, pastelaria e panificação, exploração de parques de diversões, realização de espectáculos culturais, recreativos e desportivos, exploração mineira e florestal, estação de serviços, representações comerciais, serralharia, carpintaria, venda de alumínio, cultura e ensino geral e profissional, segurança de bens patrimoniais, telecomunicações, instalação e manutenção de redes eléctricas e de telecomunicações, serviços de informática, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que a sócia-única acorde e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º (Capital)

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, representado por uma quota no valor nominal de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), pertencente à sócia-única Joana Gaspar Jorge Palma.

ARTIGO 5.º (Cessão de quotas)

A cessão da quota implica a saída da sócia cedente ou a transformação da mesma em sociedade pluripessoal.

ARTIGO 6.º (Gerência)

A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbem à sócia-única, bastando a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade.

1. Fica vedado à gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

2. À sócia-única poderá nomear pessoa estranha a sociedade para assumir as funções de gerência.

ARTIGO 7.º (Decisões)

As decisões da sócia-única de natureza igual as deliberações da Assembleia Geral deverão ser registadas em acta por ele assinadas e mantidas em livro de actas.

ARTIGO 8.º (Dissolução)

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento da sócia-única, continuando a sua existência com o sobrevivente e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 9.º (Liquidação)

A liquidação da sociedade far-se-á nos termos da LSC.

ARTIGO 10.º
(Balanços)

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 11.º
(Omisso)

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 19/12, de 11 de Junho e ainda as disposições da Lei das Sociedades Comerciais, n.º 1/04, de 13 de Fevereiro.

(14-17899-L02)

Gelsantos, Limitada

Certifico que, por escritura de 23 de Outubro de 2014, lavrada com início a folhas 3, do livro de notas para escrituras diversas n.º 376, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Primeiro: — Luís António Manuel Victoriano, solteiro, maior, natural do Rangel, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito Urbano do Rangel, Bairro Rangel, Casa n.º 23-RA-195, Zona 15, que outorga neste acto por si individualmente e em nome e representação de seu filho menor, Genilson Luís dos Santos Victoriano, de 10 anos de idade, natural do Maculusso, Província de Luanda e consigo convivente;

Segundo: — Gene Rodrigues Medeiros dos Santos, solteira, maior, natural do Lubango, Província da Huíla, residente habitualmente em Luanda, no Município de Belas, Bairro Camama, Rua do Timor, Casa n.º B-100, Zona 20;

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 24 de Outubro de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTO DA SOCIEDADE
GELSANTOS, LIMITADA

ARTIGO 1.º
(Denominação e sede)

A sociedade adopta a denominação de «Gelsantos, Limitada», com sede social na Província de Luanda, Município de Belas, Distrito Urbano da Samba, Rua de Timor, Condomínio do BPC, Casa n.º 100-B, Comuna de Camama, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º
(Duração)

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da presente escritura.

ARTIGO 3.º
(Objecto)

A sociedade tem como objecto escola de condução, agro-pecuária, pescas e aquicultura, indústria de lacticínios, restauração, comércio geral a grosso e a retalho, prestação de serviços, consultoria, auditoria, construção civil e obras públicas, fiscalização de obras, serralharia, carpintaria, produção e venda de caixilharia de alumínio, promoção e mediação imobiliária, informática, telecomunicações, electricidade, hotelaria, turismo, agência de viagens, transportes aéreo, marítimo e terrestres, transporte de passageiros ou de mercadorias, camionagem, transitários, despachante, *rent-a-car*, exploração mineira, oficina auto, venda de material de escritório e escolar, salão de cabeleireiro, modas e confecções, botequim, centro médico, farmácia, material e equipamentos hospitalar, perfumaria, ourivesaria, relojoaria, agência de viagens, pastelaria, panificação, geladaria, exploração de parques de diversões, realização de eventos culturais, recreativos e desportivos, exploração mineira e florestal, exploração de bombas de combustíveis ou estação de serviço, comercialização de petróleo e seus derivados, representações comerciais, ensino geral, infantil, importação e exportação, podendo dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º
(Capital)

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado dinheiro, dividido e representado por 3 (três) quotas, sendo uma no valor nominal Kz: 60.000,00 (sessenta mil kwanzas), pertencente ao sócio Luís António Manuel Victoriano, outras duas quotas iguais no valor nominal de Kz: 20.000,00 (vinte mil kwanzas), pertencente aos sócios Genilson Luís dos Santos Victoriano e Gene Rodrigues Medeiros dos Santos, respectivamente.

ARTIGO 5.º
(Cessão de quotas)

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º
(Gerência)

A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbem ao sócio Luís António Manuel Victoriano, que fica desde já nomeado gerente, com dispensa de caução, bastando a assinatura do gerente para obrigar validamente a sociedade.

1. O gerente poderá delegar mesmo em pessoa estranha à sociedade parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito o respectivo mandato.

2. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

ARTIGO 7.º
(Assembleia)

As Assembleias Gerais serão convocadas por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com pelo menos trinta (30) dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.º
(Divisão dos lucros)

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º
(Dissolução)

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com os sobreviventes e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º
(Liquidação)

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha realizar-se-á como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender será o activo social lícitado em bloco com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º
(Preferência na amortização)

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º
(Foro competente)

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º
(Balanços)

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 14.º
(Omisso)

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais, e demais legislação aplicável.

(14-17922-L02)

**PRECONTAS — Serviços de Contabilidade
e Consultoria, Limitada**

Certifico que, por escritura de 24 de Outubro de 2014, lavrada com início a folhas 27, do livro de notas para escrituras diversas n.º 376, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Primeiro: — Maria Edite Lemos França Fernandes, casada com José António Fernandes, sob o regime de comunhão adquirida, natural de Luena, Província de Moxico, residente habitualmente em Luanda, no Distrito Urbano da Ingombota, Bairro Ingombota, Rua Major Kanhangulo, Prédio n.º 101, 5.º andar, Apartamento n.º 3;

Segundo: — Maria Custódia António João, solteira, maior, natural do Sambizanga, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito Urbano da Samba, Bairro Talatona, Casa n.º 84;

Terceiro: — Osvaldo Guilherme Moutinho, solteiro, maior, natural de Cabinda, Província de Cabinda, onde reside habitualmente, no Município de Cabinda, Bairro 1.º de Maio, Casa n.º 192;

Quarto: — Domingos Afonso Francisco, solteiro, maior, natural do Lobito, Província de Benguela, residente habitualmente em Luanda, no Distrito Urbano do Sambizanga, Bairro São Paulo, Casa n.º 10, Zona 10;

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 24 de Outubro de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

**ESTATUTOS DA SOCIEDADE
PRECONTAS — SERVIÇOS DE CONTABILIDADE
E CONSULTORIA, LIMITADA**

ARTIGO 1.º
(Denominação e sede)

A sociedade adopta a denominação de «PRECONTAS — Serviços de Contabilidade e Consultoria, Limitada», com sede social na Província de Luanda, Município de Luanda, Distrito Urbano da Ingombota, Rua Joaquim Capango, n.º 38, Anexo n.º 3, podendo transferi-la livremente para qualquer

outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação em qualquer parte do território nacional ou no estrangeiro, quando os interesses sociais o aconselharem.

ARTIGO 2.º
(Duração)

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o seu início para todos os efeitos legais, a partir da data da presente escritura.

ARTIGO 3.º
(Objecto)

O seu objecto social é a prestação de serviços, consultoria, auditoria, contabilidade, estudo de viabilidades, elaboração de projectos de varias índoles, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitida por lei.

ARTIGO 4.º
(Capital)

O capital social é de Kz: 200.000,00 (duzentos mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por (quatro) quotas iguais, no valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas) cada uma, pertencentes aos sócios Maria Edite Lemos França Fernandes, Maria Custódia António João, Osvaldo Guilherme Moutinho, Domingos Afonso Francisco, respectivamente.

ARTIGO 5.º
(Cessão de quotas)

A cessão de quotas é livre entre os sócios, porém, quando, feita a estranhos fica dependente do consentimento, da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência deferido aos sócios se dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º
(Gerência)

A gerência e a administração da sociedade em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, serão exercidas por sócios ou não sócios, eleitos em Assembleia Geral.

1. Para obrigar validamente a sociedade será necessária apenas a assinatura do eleito a gerência.

2. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor e finanças, abonação ou actos semelhantes.

ARTIGO 7.º
(Assembleia)

As Assembleias Gerais serão convocadas por meio de simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com, pelo menos (30) dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva outras formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente do local da sede social,

a convocação deverá ser feita com tempo suficiente para que ele possa comparecer.

ARTIGO 8.º
(Divisão dos lucros)

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundo de reserva legal e quaisquer outras percentagens para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão repartidos pelos sócios na proporção das suas quotas, bem como suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º
(Dissolução)

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com os sócios sobreviventes e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º
(Liquidação)

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a partilha realizar-se-á como acordarem. Na falta de acordo, e se algum dos sócios o pretender, será o activo social lícitado em bloco com a obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecerem igualdade de condições.

ARTIGO 11.º
(Foro)

Para todas as questões emergentes deste contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 12.º
(Omissões)

No omissis regularão as disposições da Lei de 11 de Abril de 1901, as deliberações sociais tomadas em formas legais e demais legislação aplicável.

(14-17923-L02)

Grupo L. J. Rong, Limitada

Certifico que, por escritura de 23 de Outubro de 2014, lavrada com início a folhas 1, do livro de notas para escrituras diversas n.º 230-A, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Primeiro: — Zezé Seke Valentim, solteira, maior, natural de Cabinda, Província de Cabinda, residente habitualmente em Luanda, no Distrito Urbano do Sambizanga, Bairro Ngola Kiluanje, casa s/n.º, Zona 16, titular do Bilhete de Identidade n.º 000128530CA029, emitido pela Direcção Nacional de Identificação a 14 de Junho de 2010;

Segundo: — Jene Francisco Adão, solteiro, maior, natural de Pango-Aluquém, Província do Bengo, residente habitualmente em Luanda, no Distrito Urbano do Sambizanga, Bairro Ngola Kiluanje, casa s/n.º Zona 16;

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 24 de Outubro de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE GRUPO L. J. RONG, LIMITADA

ARTIGO 1.º (Denominação e sede)

A sociedade adopta a denominação de «Grupo L. J. Rong, Limitada», com sede social na Província de Luanda, Município de Cacuaco, Centralidade de Cacuaco, Rua 9, Bloco 3, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º (Duração)

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da escritura.

ARTIGO 3.º (Objecto)

A sociedade tem como objecto social o comércio geral a grosso e a retalho, consultoria, auditoria, prestação de serviços, indústria, hotelaria e turismo, restauração, pescas, agro-pecuária, informática, telecomunicações, construção civil e obras públicas, fiscalização de obras, saneamento básico, modas e confecções, transportes marítimo, aéreo e terrestre de passageiros ou de mercadorias, transitários, oficina auto, salão de cabeleireiro, botequim, assistência técnica, comercialização de petróleo e lubrificantes, exploração de bombas de combustíveis, farmácia, centro médico, clínica geral, perfumaria, agência de viagens, promoção e mediação imobiliária, relações públicas, pastelaria e panificação, exploração de parques de diversões, realização de espectáculos culturais, recreativos e desportivos, exploração mineira e florestal, estação de serviços, representações comerciais, serralharia, carpintaria, venda de alumínio e sua utilização, cultura e ensino geral, segurança de bens patrimoniais, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º (Capital)

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 2 (duas) quotas iguais, no valor nominal de Kz: 50.000,00

(cinquenta mil kwanzas) cada uma, pertencentes aos sócios Jene Francisco Adão e Zezé Seke Valentim, respectivamente.

ARTIGO 5.º (Cessão de quotas)

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º (Gerência)

1. A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbem à sócia Zezé Seke Valentim, que fica desde já nomeada gerente, com dispensa de caução, bastando a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade.

2. Fica vedado à gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

3. Os sócios-gerentes poderão delegar mesmo a pessoas estranhas à sociedade parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito o respectivo mandato.

ARTIGO 7.º (Assembleia)

As Assembleias Gerais serão convocadas por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com pelo menos trinta (30) dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social, a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.º (Divisão dos lucros)

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º (Dissolução)

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o sobrevivente e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º (Liquidação)

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha realizar-se-á como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender, será o activo social lícitado em bloco com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º
(Preferência na amortização)

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º
(Foro competente)

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria, sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º
(Balanços)

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 14.º
(Omisso)

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais, e demais legislação aplicável. (14-17924-L02)

**APITADELLA — Serviços de Hotelaria
e Catering, Limitada**

Certifico que, por escritura de 23 de Outubro de 2014, lavrada com início a folhas 21, do livro de notas para escrituras diversas n.º 376, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Manuel Paulino Ngulo, solteiro, maior, natural do Sambizanga, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito Urbano do Sambizanga, Bairro Boavista, Rua dos Municípios, n.º 49, zona, que outorga neste acto como mandatário de Domingas Rui Franco Montenegro, casada com Fernando Artur Montenegro, sob o regime de separação de bens, natural da Ingombota, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito Urbano da Ingombota, Bairro Patrice Lumumba, Rua da Missão, Prédio n.º 93, 5.º andar; Sandra Fernanda Franco Montenegro, solteira, maior, natural da Ingombota, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito Urbano da Ingombota, Bairro Ilha do Cabo, Sector Ponta, n.º 5, Zona 1, e da menor Priscila Isabela Montenegro Pimenta, de 8 anos de idade, natural de Pagral Almada — Portugal, mas de nacionalidade angolana, e consigo convivente;

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 24 de Outubro de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE
APITADELLA — SERVIÇOS DE HOTELARIA
E CATERING, LIMITADA

ARTIGO 1.º
(Denominação e sede)

A sociedade adopta a denominação de «APITADELLA — Serviços de Hotelaria e Catering, Limitada», com sede social na Província de Luanda, Município de Luanda, Distrito Urbano da Ingombota, Bairro Ilha do Cabo, Rua Murtala Mohamed, Casa n.º 05-1-L, 10, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º
(Duração)

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da escritura.

ARTIGO 3.º
(Objecto)

A sociedade tem como objecto social o comércio geral a grosso e a retalho, consultoria, auditoria, prestação de serviços, indústria, hotelaria e turismo, restauração, pescas, agro-pecuária, informática, telecomunicações, construção civil e obras públicas, fiscalização de obras, saneamento básico, modas e confecções, transportes marítimo, aéreo e terrestre de passageiros ou de mercadorias, transitários, oficina auto, salão de cabeleireiro, botequim, assistência técnica, comercialização de petróleo e lubrificantes, exploração de bombas de combustíveis, farmácia, centro médico, clínica geral, perfumaria, agência de viagens, promoção e mediação imobiliária, relações públicas, pastelaria e panificação, exploração de parques de diversões, realização de espectáculos culturais recreativos e desportivos, exploração mineira e florestal, estação de serviços, representações comerciais, serralharia, carpintaria, venda de alumínio e sua utilização, cultura e ensino geral, segurança de bens patrimoniais, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que as sócias acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º
(Capital)

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 3 (três) quotas, sendo duas iguais no valor nominal de Kz: 40.000,00 (quarenta mil kwanzas), cada uma pertencente às sócias Domingas Rui Franco Montenegro e Sandra Fernanda Franco Montenegro e outra quota no valor nominal de Kz: 20.000,00 (vinte mil kwanzas), pertencente à sócia Priscila Isabela Montenegro Pimenta.

ARTIGO 5.º
(Cessão de quotas)

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito

de preferência deferido às sócias se a sociedade dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º
(Gerência)

1. A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbem à sócia Domingas Rui Franco Montenegro, que fica desde já nomeada gerente, com dispensa de caução, bastando a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade.

2. Fica vedado à gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

3. As sócias-gerentes poderão delegar mesmo a pessoas estranhas à sociedade parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito o respectivo mandato.

ARTIGO 7.º
(Assembleia)

As Assembleias Gerais serão convocadas por simples cartas registadas, dirigidas às sócias com pelo menos trinta (30) dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer das sócias estiver ausente da sede social, a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.º
(Divisão dos lucros)

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelas sócias na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º
(Dissolução)

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer das sócias, continuando a sua existência com as sobreviventes e herdeiros ou representantes da sócia falecida ou interdita, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º
(Liquidação)

Dissolvida a sociedade por acordo das sócias e nos demais casos legais, todas as sócias serão liquidatários e a liquidação e partilha realizar-se-á como acordarem. Na falta de acordo, e se alguma delas o pretender, será o activo social licitado em bloco com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado à sócia que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º
(Preferência na amortização)

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócia, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º
(Foro competente)

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre as sócias, seus herdeiros ou representantes, quer entre elas e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º
(Balanços)

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 14.º
(Omisso)

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais, e demais legislação aplicável.
(14-17925-L02)

Mazzagricula, Limitada

Certifico que, por escritura de 24 de Outubro de 2014, lavrada com início a folhas 46, do livro de notas para escrituras diversas n.º 230-A, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Primeiro: — Helme Kassim Antar, casado com Fátima Antar, sob o regime de separação de bens, natural de Bo, Serra Leoa, de nacionalidade serra leonesa, residente habitualmente em Luanda, Distrito Urbano da Maianga, Bairro Alvalade, Rua Comandante Stona, Casa n.ºs 24/26;

Segundo: — Pedro Sunga David, solteiro, maior, natural da Maianga, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito Urbano do Rangel, Bairro Nelito Soares, Rua da Cela, Bloco 16, rés-do-chão, n.º 452;

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 27 de Outubro de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

**ESTATUTOS DA SOCIEDADE
MAZZAGRICULA, LIMITADA**

ARTIGO 1.º
(Denominação e sede)

A sociedade adopta a denominação de «Mazzagricula, Limitada», com sede social na Província de Luanda, Município de Luanda, Distrito Urbano do Sambizanga, Bairro do Sambizanga, Rua Ngola Kiluange, Casa n.º 183, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do

território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º
(Duração)

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da escritura.

ARTIGO 3.º
(Objecto)

A sociedade tem como objecto social, agricultura, pecuária, pesca, agro-indústria, comércio geral, a grosso e a retalho, consultoria, auditoria, prestação de serviços, indústria, hotelaria e turismo, restauração, informática, telecomunicações, construção civil e obras públicas, fiscalização de obras, saneamento básico, modas e confecções, transportes, marítimo, aéreo e terrestre de passageiros ou de mercadorias, transitários, oficina auto, salão de cabeleireira, botequim, assistência técnica, comercialização de petróleo e lubrificantes, exploração de bombas de combustíveis, farmácia, centro médico, clínica geral, perfumaria, agência de viagens, promoção e mediação imobiliária, relações públicas, pastelaria e panificação, exploração de parques de diversões, realização de espectáculos culturais, recreativos e desportivos, exploração mineira e florestal, estação de serviços, representações comerciais, serralharia, carpintaria, venda de alumínio e sua utilização, cultura e ensino geral, segurança de bens patrimoniais, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º
(Capital)

O capital social é de Kz: 1.000.000,00 (um milhão de kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 2 (duas) quotas, sendo uma quota no valor nominal de Kz 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil kwanzas), pertencente ao sócio Helme Kassim Antar, e a outra quota no valor nominal de Kz: 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil kwanzas), pertencente ao sócio Pedro Sunga David, respectivamente.

ARTIGO 5.º
(Cessão de quotas)

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º
(Gerência)

1. A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbem aos sócios, Helme Kassim Antar e Pedro Sunga David, que ficam desde já nomeados gerentes, com dispensa de caução, bastando uma assinatura dos gerentes para obrigar validamente a sociedade.

2. Ficam vedados aos gerentes obrigarem a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

3. Os sócios-gerentes poderão delegar mesmo a pessoas estranhas a sociedade parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito o respectivo mandato.

ARTIGO 7.º
(Assembleia)

As Assembleias Gerais serão convocadas por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social, a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.º
(Divisão dos lucros)

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º
(Dissolução)

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o sobrevivente e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º
(Liquidação)

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha realizar-se-á como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender, será o activo social licitado em bloco com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º
(Preferência na amortização)

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º
(Foro competente)

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º
(Balances)

Os anos sociais serão os civis e os balances serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 14.º
(Omisso)

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais, e demais legislação aplicável.

(14-1937-L02)

OKYAL — Sistemas de Alumínio, Limitada

Certifico que, por escritura de 24 de Outubro de 2014, lavrada com início a folhas 31, do livro de notas para escrituras diversas n.º 230-A, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Primeiro: — Victor Hugo Ribeiro da Silva, solteiro, maior, natural da Ingombota, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito urbano da Ingombota, Bairro Cruzeiro, Rua de Timor, Casa n.ºs 4/6;

Segundo: — Helme Kassim Antar, casado com Fátima Antar, sob o regime de separação de bens, natural de Bo, Serra Leoa, de nacionalidade serra leonesa, residente habitualmente em Luanda, Distrito Urbano da Maianga, Bairro Alvalade, Rua Comandante Stona, Casa n.ºs 24/26;

Terceiro: — Luís Filipe da Silva Carmo, casado com Janete Suely Eugénio Valente Carmo, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural do Huambo, Província do Huambo, residente habitualmente em Benguela, no Município do Lobito, Bairro Restinga, Praça Luís de Camões, Prédio do Sol, 2.º andar;

Quarto: — Alexandre Amaro Marques, casado com Flora de Honorata Mêsquita Marques, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural de Paris, França, mas de nacionalidade portuguesa, residente habitualmente em Luanda, no Distrito Urbano do Sambizanga, Bairro Sambizanga, Avenida Comandante Valódia, Prédio n.º 273, 7.º andar, Apartamento 73;

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 27 de Outubro de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE
OKYAL — SISTEMAS DE ALUMÍNIO, LIMITADAARTIGO 1.º
(Denominação e sede)

A sociedade adopta a denominação de «OKYAL — Sistemas de Alumínio, Limitada», com sede social na Província de Luanda, Rua Ngola Kiluange, Casa n.º 183,

Bairro do Sambizanga, Distrito Urbano do Sambizanga, Município de Luanda, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º
(Duração)

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da presente escritura.

ARTIGO 3.º
(Objecto)

A sociedade tem como objecto social, prestação de serviços, venda de alumínio e sua utilização, comércio geral, a grosso e a retalho, indústria transformadora, hotelaria e turismo, restauração, pescas, pecuária, agricultura, informática, telecomunicações, construção civil e obras públicas, fiscalização de obras, saneamento básico, modas e confecções, transportes marítimo, aéreo e terrestre de passageiros ou de mercadorias, transitários, oficina auto, salão de cabeleireira, botequim, assistência técnica, comercialização de petróleo e lubrificantes, exploração de bombas de combustíveis, farmácia, centro médico, clínica geral, perfumaria, agência de viagens, promoção e mediação imobiliária, relações públicas, pastelaria e panificação, exploração de parques de diversões, realização de espectáculos culturais, recreativos e desportivos, exploração mineira e florestal, estação de serviços, representações comerciais, serralharia, carpintaria, cultura e ensino geral, segurança de bens patrimoniais, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º
(Capital)

O capital social é de Kz: 400.000,00 (quatrocentos mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 4 (quatro) quotas, sendo 2 (duas) quotas iguais no valor nominal de Kz: 120.000,00 (cento e vinte mil kwanzas) cada uma, pertencentes aos sócios Victor Hugo Ribeiro da Silva e Helme Kassim Antar, e 2 (duas) quotas iguais no valor nominal de Kz 80.000,00 (oitenta mil kwanzas) cada uma, pertencentes aos sócios Luís Filipe da Silva Carmo e Alexandre Amaro Marques, respectivamente.

ARTIGO 5.º
(Cessão de quotas)

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º
(Gerência)

1. A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbem aos sócios, Luís Filipe da Silva Carmo

e Alexandre Amaro Marques, que ficam desde já nomeados gerentes, com dispensa de caução, bastando 2 (duas) assinaturas dos gerentes para obrigar validamente a sociedade.

2. Ficam vedados aos gerentes obrigarem a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como, letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

3. Os sócios-gerentes poderão delegar mesmo a pessoas estranhas à sociedade parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito o respectivo mandato.

ARTIGO 7.º
(Assembleia)

As Assembleias Gerais serão convocadas por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social, a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.º
(Divisão dos lucros)

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º
(Dissolução)

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o sobrevivente e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º
(Liquidação)

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha realizar-se-á como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender, será o activo social lícitado em bloco com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º
(Preferência na amortização)

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º
(Foro competente)

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º
(Balanços)

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 14.º
(Omisso)

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais, e demais legislação aplicável.

(14-1938-L02)

Raice Company, Limitada

Certifico que, por escritura de 24 de Outubro de 2014, lavrada com início a folhas 35 do livro de notas para escrituras diversas n.º 376, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Primeiro: — Raquel Alice, solteira, maior, natural de Cazenga, Província de Luanda, residente no Distrito Urbano da Samba, Bairro Morro Bento, Condomínio Gega, Casa n.º 146, que outorga neste acto por si individualmente e em nome e representação da sua filha menor Patrícia Yasmin Sakunganga Alexandre, de 6 anos de idade, natural de Ingombota, Província de Luanda, e consigo convivente;

Segundo: — António Pascoal Neto, casado, natural de Rangel, Província de Luanda, residente no Distrito Urbano da Samba, Bairro Morro Bento, Condomínio Gega, Casa n.º 146, que outorga neste acto em representação de seu filho menor Ivonaldo Hamilton Martins Alexandre de 13 anos de idade, natural de Kilamba-Kiayi, Província de Luanda, e consigo convivente;

Terceiro: — Patrícia Luna Mande, solteira, maior, natural do Uíge, Província do Uíge, residente em Luanda, no Distrito Urbano da Ingombota, Bairro Praia do Bispo, Rua Dr.º António Agostinho Neto, casa s/n.º;

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 27 de Outubro de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

PACTO SOCIAL RAICE COMPANY, LIMITADA

ARTIGO 1.º
(Denominação)

A sociedade adopta a denominação de «Raice Company, Limitada», com sede em Luanda, no Morro Bento, Condomínio Gega, Casa 146, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem

como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º
(Duração)

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o seu início, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da escritura.

ARTIGO 3.º
(Objecto)

O seu objecto social consiste no exercício da prestação de serviços, hotelaria e turismo, comércio geral, transportes, agro-pecuária, indústria, importação e exportação, serviços residenciais, consultoria e auditoria, despachos aduaneiros, gestão e participações sociais em sociedades comerciais e industriais de âmbito nacional e internacional, gestão de fundos de pensões, seguros, portefólios financeiros, aplicações financeiras, instituições financeiras bancárias e não bancárias, casas de câmbio, aplicações financeiras nos mercados de capitais nacionais e internacionais, administração e gestão de projectos de investimentos, construção e elaboração de estudos, projecção e fiscalização de obras públicas e privadas, elaboração de estudos e projectos de construção civil, representações comerciais, exploração e gestão de recursos naturais, rent-a-car, concessionária de viaturas, comércio e reparação de viaturas, peças e sobressalentes, reciclagem, transporte rodoviário, ensino geral e profissional, agência de viagens e transitários, ensino, formação, capacitação, marketing e protocolo, saneamento básico, serviços de marketing pessoal, podendo ainda dedicar-se a qualquer ramo do comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º
(Capital social)

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 4 (quatro) quotas, sendo uma no valor nominal de Kz: 70.000,00 (setenta mil kwanzas), pertencente à sócia Raquel Alice e três quotas iguais no valor de Kz: 10.000,00 (dez mil kwanzas), pertencentes aos sócios Ivonaldo Hamilton Martins Alexandre, Patrícia Yasmin Sakunganga Alexandre e Patrícia Luna Mande.

ARTIGO 5.º
(Cessão de quotas)

A cessão de quotas entre os sócios é livremente permitida entre os sócios; quando feita a estranho, a mesma fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência deferido aos sócios que dele quiserem fazer uso.

ARTIGO 6.º
(Gerência)

A gerência e a administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, compete à sócia Patrícia Luna Mande, sendo

necessária a assinatura da gerente e de mais um sócio para obrigar validamente a sociedade.

ARTIGO 7.º
(Assembleia Geral)

As Assembleias Gerais serão convocadas, quando a lei não prescreva formalidades contrárias, por meio de cartas registadas dirigidas aos sócios com, pelo menos, 8 (oito) dias de antecedência. Se algum sócio se encontrar ausente do local da sede, a convocação deverá ser feita com dilação suficiente para ele poder comparecer e se fazer representar.

ARTIGO 8.º
(Partilha de lucros e perdas).

Os lucros apurados, depois de deduzida a percentagem para fundo de reserva legal e quaisquer outras percentagens para fundos diversos e destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º
(Dissolução)

1. A sociedade não se dissolverá por parte ou interdição de qualquer dos sócios, continuando com os sobreviventes, herdeiros ou capazes e com representante, enquanto a quota se mantiver indivisa.

2. Dissolvida a sociedade, por acordo dos sócios e nos demais casos, todos os sócios serão liquidatários. Na falta de acordo e se algum sócio pretender, será o activo licitado em globo com a obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer em igualdade de condições.

ARTIGO 10.º
(Foro)

Para todas as questões emergentes deste pacto, entre sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o fórum obrigatório o do juízo da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 11.º
(Legislação aplicável)

Nas demais situações não prevista, serão aplicadas as disposições constantes da Lei das Sociedades Comerciais e outras achadas aplicáveis.

(14-17952-L02)

NUTRIBALANCE — Prestação de Serviços, Limitada

Certifico que, de folhas 65 verso a 68, do livro de notas para escrituras diversas n.º 479-A, do 4.º Cartório Notarial da Comarca de Luanda, se encontra lavrada e registada a escritura de teor seguinte:

Cessão de quotas da sociedade «NUTRIBALANCE — Prestação de Serviços, Limitada».

No dia 21 de Outubro de 2014, em Luanda e no 4.º Cartório Notarial, sito na Rua do Lobito, n.º 34, Bairro Sambizanga, a cargo do Notário, Pedro Manuel Dala, e perante o mesmo, compareceram como outorgantes:

Sansão Samuel Marcos Salomão, casado, natural de Benguela, Província de Benguela, residente habitualmente em Luanda, PRº 11, Rua 31, Casa n.º 23, Bairro Benfica, Distrito Urbano da Samba, portador do Bilhete de Identidade n.º 001284773BA033, emitido pela Direcção Nacional de Identificação Civil e Criminal, aos 25 de Maio de 2014, que outorga na qualidade de mandatário, e em representação de Vasco Manuel dos Santos Rodrigues, solteiro, maior, natural do Luena, Província do Moxico, residente habitualmente em Lubango, Bairro 14 de Abril, Rua da Madeira, Casa n.º 19, portador do Bilhete de Identidade n.º 001670112MO035, emitido pela Direcção Nacional de Identificação Civil e Criminal, aos 16 de Maio de 2005, e de Bernarda Marisa António Francisco, solteira, maior, natural da Ingombota, Província de Luanda, residente habitualmente em Luanda, Município de Viana, 1º de Maio, Casa n.º 3, portadora do Bilhete de Identidade n.º 004634385LA045, emitido pela Direcção Nacional de Identificação Civil e Criminal, aos 11 de Dezembro de 2009.

Mariete Pereira Mestre Batista, casada, nacionalidade portuguesa, residente habitualmente em Luanda, Bairro Cazulo Estrada, Comuna da Funda, Km 35, Município de Cacuaco, portadora do Passaporte n.º L546636, emitido na Embaixada de Portugal em Luanda, aos 16 de Novembro de 2010.

João Manuel Gama Cardoso, solteiro, maior, natural de Porto Amboim, Província do Kwanza-Sul, residente habitualmente em Luanda, Rua Rainha Ginga, n.º 210 5.º B, Bairro Coqueiros, Distrito Urbano da Ingombota, portador do Bilhete de Identidade n.º 000014741LA031, emitido pela Direcção Nacional de Identificação Civil e Criminal, aos 9 de Dezembro de 2009.

Verifiquei a identidade do primeiro outorgante, mediante exibição do seu bilhete de identidade, bem como a qualidade e suficiência dos poderes em que intervém para este acto, em face do subestabelecimento outorgado neste Cartório Notarial, aos 29 de Agosto de 2014, assim como do segundo e terceiro outorgantes mediante exibição do passaporte e bilhete de identidade respectivamente e que arquivo.

E pelos outorgantes foi dito:

Que, os seus representados são os únicos e actuais sócios da sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, denominada «NUTRIBALANCE — Prestação de Serviços, Limitada», constituída por escritura, aos 23 de Agosto de 2011, lavrada com início na folha 77, do livro de notas para escrituras diversas n.º 59-A, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, com sede social em Luanda, Lar do Patriota, Casa n.º 400, Bairro Benfica, Distrito Urbano da Samba, NIF 5401164955, com o capital social de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas) integralmente realizado

em dinheiro, dividido e representado por duas quotas no valor nominal de Kz: 90.000,00 (noventa mil kwanzas), pertencente ao sócio Vasco Manuel dos Santos Rodrigues, e a outra no valor nominal de Kz: 10.000,00 (dez mil kwanzas), pertencente à sócia Bernarda Marisa António Francisco, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Luanda, sob o n.º 1947-11, em Luanda, aos 13 de Junho de 2013.

Que, na qualidade de únicos sócios da referida sociedade, decidiram por unanimidade, constituir-se em Assembleia Geral Extraordinária, com dispensa de formalidade prévia, para deliberar sobre o consentimento para a cessão de quotas que adiante se vai efectuar.

Disse o primeiro outorgante:

Que, em cumprimento ao deliberado em Assembleia Geral Extraordinária de 27 de Agosto de 2014, que cede a quota no valor de Kz: 90.000,00, que detinha o seu representado Vasco Manuel dos Santos Rodrigues, livre de ónus e encargos a favor da segunda outorgante Mariete Pereira Mestre Batista, e outra no valor nominal de Kz: 10.000,00, a favor do terceiro outorgante João Manuel Gama Cardoso, livre de ónus e encargos e como consequência são admitidos como sócios da sociedade.

Que, esta cessão é feita com todos os correspondentes direitos e obrigações a ela inerentes deixando de nela ter qualquer interferência ou responsabilidades.

Disseram o segundo e o terceiro outorgantes:

Que, aceitam livremente a cessão nos exactos termos exarados.

Que, em consequência dos actos praticados altera o artigo 4.º do pacto social que fica com a seguinte redacção:

ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 100.000,00, integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por duas quotas distribuídas da seguinte forma; uma no valor nominal de Kz: 90.000,00 (noventa mil kwanzas), pertencente à sócia, Mariete Pereira Mestre Batista e outra no valor nominal de Kz: 10.000,00 (dez mil kwanzas), pertencente ao sócio João Manuel Gama Cardoso, respectivamente.

O que não foi alterado permanece firme e válido.

Assim o disseram e outorgaram.

Instruem este acto:

- a) Documentos legais da sociedade em apreço;
- b) Acta avulsa da Assembleia Geral Extraordinária.

Finalmente, lida e explicado o seu conteúdo por corresponder a vontade firme e esclarecida das partes, vai a presente escritura ser assinada pelos intervenientes e por mim notário, com advertência da obrigatoriedade de requerer o registo do acto no prazo de 90 dias a contar desta data.

O Notário, Pedro Manuel Dala.

É certidão que fiz extrair e vai conforme o original.

4.º Cartório Notarial da Comarca de Luanda, em Luanda, 21 de Outubro de 2014. — O ajudante de notário, *ilegível*.

(14-17965-L01)

**ANDVINIL — Sociedade Comercial
e Industrial, Limitada**

Certifico que, de folhas 65 a folhas 66, do livro de notas para escrituras diversas n.º 9-A, do Cartório Notarial de Viana, perante mim, Mário Alberto Muachingue, Notário do referido cartório, se encontra lavrada a escritura com teor seguinte:

Constituição da sociedade «ANDVINIL — Sociedade Comercial e Industrial, Limitada».

No dia 22 de Outubro de 2014, em Viana e no Cartório Notarial, perante mim, Mário Alberto Muachingue, Licenciado em Direito, Notário do mesmo Cartório, compareceram, como outorgantes:

Primeira: — Venita Lucova Mbuia, solteira, natural do Lubango, Província da Huíla, onde reside habitualmente no Bairro 14 de Abril, casa sem número, titular do Bilhete de Identidade n.º 001830106HA039, emitido pela Direcção Nacional de Identificação Civil e Criminal, em Luanda, aos 27 de Dezembro de 2013;

Segundo: — Agostinho Felisberto Martins Guimbi, solteiro, maior, natural da Ingombota, Província de Luanda, residente habitualmente em Luanda, no Município de Viana, Bairro Luanda Sul, Casa n.º 291, titular do Bilhete de Identidade n.º 001449930LA030, emitido pela Direcção Nacional de Identificação Civil e Criminal, em Luanda, aos 27 de Setembro de 2013;

Verifiquei a identidade dos outorgantes pelos documentos de identificação já referidos;

E, por eles foi dito:

Que, pela presente escritura constituem entre si uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, denominada «ANDVINIL — Sociedade Comercial e Industrial, Limitada», tem sede em Luanda, no Município de Viana, Bairro Grafanil, na Rua do Comércio, Km 9, com o capital social de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas) integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por duas quotas de igual valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas), pertencente à sócia Venita Lucova Mbuta e Agostinho Felisberto Martins Guimbi, respectivamente;

Que a dita sociedade tem por objecto social o previsto no artigo 3.º do seu estatuto e rege-se-á pelos artigos constantes do documento complementar elaborado em separado nos termos do n.º 2, do artigo 55.º da Lei da Simplificação e Modernização dos Registos Predial, Comercial e Serviço Notarial, que fica a fazer parte integrante desta escritura e que os outorgantes declaram o ter lido, tendo pleno conhecimento do seu conteúdo, pelo que é dispensada a sua leitura.

Assim o disseram e outorgaram.

Arquivo para instrução do acto os seguintes documentos:

- a) Documento complementar a que atrás se faz alusão;
- b) Certificado de admissibilidade emitido pelo Ficheiro Central de Denominações Sociais, em Luanda, aos 21 de Outubro de 2014;
- c) Comprovativo do depósito do capital social.

Esta escritura foi lida em voz alta na presença das outorgantes, que vão assinar comigo, notário, depois de lhes ter sido feita a explicação do seu conteúdo e efeitos, bem como a advertência da obrigatoriedade do registo deste acto, no prazo de 90 dias a contar de hoje.

Assinaturas: Carla Marisa Correia Diogo Loth e Herson de Almeida Loth.

O Notário: Mário Alberto Muachingue.

É certidão que fiz extrair e vai conforme o original a que me reporto.

Cartório Notarial de Viana, em Luanda, aos 22 de Outubro de 2014. — O Notário, *Mário Alberto Muachingue*.

**ESTATUTO DA SOCIEDADE
ANDVINIL — SOCIEDADE COMERCIAL
E INDUSTRIAL, LIMITADA**

1.º

A sociedade adopta a denominação de «ANDVINIL — Sociedade Comercial e Industrial, Limitada», tem a sua sede social em Luanda, na Rua do Comércio, Km 9, Bairro Grafanil, casa sem número, Município de Viana e Província de Luanda, podendo abrir filias, sucursais ou outra forma de representação dentro do País ou no estrangeiro.

2.º

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o seu início a partir desta data.

3.º

O seu objecto social é a indústria transformadora, exercício do comércio geral, a grosso e a retalho, agro-pecuária, pescas, construção civil e obras públicas, serviços de representação, transportes, imobiliária, jardinagem, decoração de espaços públicos e segurança, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

4.º

O capital social é de Kz: 100.000,00, (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por duas quotas assim distribuídas: uma no valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas), pertencente à sócia Venita Lucova Mbuta, e uma outra quota igual no valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas), pertencente ao sócio Agostinho Felisberto Martins Guimbi.

5.º

Não serão exigíveis prestações suplementares de capital, mas os sócios poderão fazer à sociedade os suprimentos de que ela necessitar, mediante os juros e nas condições que estipularem.

6.º

A cessão de quotas entre sócios é livre, mas quando feita a estranhos, fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência deferido aos sócios, se aquela dele não quiser fazer uso.

7.º

A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos em juízo e for dele, activa e passivamente, incumbe à sócia Venita Lucova Mbuta, que dispensado de caução, fica desde já nomeada gerente, bastando a sua assinatura, para tornar validamente a sociedade.

§1.º — A gerente poderá delegar noutro sócio ou em pessoa estranha à sociedade, todos ou parte de seus poderes de gerência, conferindo para o efeito o respectivo mandato, em nome da sociedade.

§2.º — Fica vedado à gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais, tais como letras de favor, fianças, abonações ou actos semelhantes.

8.º

As Assembleias Gerais serão convocadas quando a lei não prescreve outras formalidades, por meio de cartas registadas, dirigidas aos sócios, com pelo menos quinze (15) dias de antecedência.

9.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou interdição de qualquer sócio, continuando com os sobreviventes, capazes e os herdeiros ou os representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota permanecer indivisa.

10.º

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios, e nos demais casos legais, todos serão liquidatários e à liquidação e partilha, procederão como então acordarem. Na falta de acordo e se algum deles o pretender, será o activo social lícitado em globo com a obrigação de pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer em igualdade de condições.

11.º

Para todas as questões inerentes deste contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros, ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o fórum da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

12.º

No omissis, regularão as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, as deliberações sociais tomadas em forma legal e demais legislação aplicável.

(14-17967-L01)

Jácko-Injecção, Limitada

Certifico que, de folhas 1 a 51 do livro de notas para escrituras diversas n.º 16-C, 2.ª Série, do 3.º Cartório Notarial da Comarca de Luanda, se encontra lavrada a escritura do teor seguinte:

Cessão de quotas admissão de novo sócio e alteração parcial do pacto social da sociedade por quotas «Jácko-Injecção».

No dia 14 de Outubro, de 2014 em Luanda, e no 3.º Cartório Notarial da mesma Comarca a cargo da Ajudante Principal Antónia de Jesus Albino da Costa Cristelo e perante mim, Graça de Oliveira Francisco, igualmente Ajudante Principal no referido Cartório Notarial, compareceu como outorgante:

Primeiro: — Horácio Paulo Fernandes Jácko, solteiro, maior, natural do Cuito, Província do Bié, residente em Luanda, no Bairro Nelito Soares, Avenida Hoji-ya-Henda, n.º 26, Zona 11, titular do Bilhete de Identidade n.º 000105816BE018, emitido pela Direcção Nacional de Identificação em Luanda, aos 27 de Maio de 2014;

Segundo: — Guilhermina Rosa Botelho solteira, maior, natural do Kilamba Kiaxi Província de Luanda, onde reside, no Bairro Maculusso, Rua Manuel Felner, Casa n.º 47, titular do Bilhete de Identidade n.º 000143277LA015, emitido pela Direcção Nacional de Identificação em Luanda, aos 22 de Abril de 2014, que outorga por si individualmente ainda como representante legal de seus filhos menores Justerini Catani Botelho Jácko, nascido aos 23 de Novembro de 1997, natural do Sambizanga, Província de Luanda, e Nilton Maldini Botelho Jácko, nascido aos 22 de Abril de 2001, natural da Ingombota, Província de Luanda, ambos consigo conviventes;

Terceiro: — Carlos Francisco Gomes Santos, solteiro, maior, natural de Almada de nacionalidade portuguesa, residente em Luanda, no Bairro Nelito Soares, Avenida Hoji-ya-Henda, Casa n.º 24, titular da Autorização de Residência n.º 0004996T02, emitida pelos Serviços de Migração e Estrangeiro, aos 13 de Novembro de 2013, e do Passaporte n.º L178444, emitido aos 18 de Janeiro de 2010, pelo Governo Civil de Viana Castelo, em Portugal;

Verifiquei a identidade dos outorgantes pela exibição dos referidos documentos de identificação.

E por eles foi dito:

Que por escritura de 27 de Março de 2003, lavrada com início a folhas 73 verso, do livro de notas para escrituras diversas com o n.º 461-G, do 4.º Cartório Notarial desta Comarca, entre o primeiro, o segundo outorgante e os seus representados foi constituída uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, denominada «Jácko - Injecção, Limitada», Contribuinte Fiscal n.º 5402127646, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Luanda sob o n.º 20-A com sede social em Luanda, provisoriamente na Avenida Hoji-ya-Henda, n.º 24, com o capital social em Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente

realizado em dinheiro, dividido e representado por quatro quotas, a primeira, no valor nominal de Kz: 70.000,00 (setenta mil kwanzas), pertencente ao sócio Horácio Paulo Fernandes Jácko, e as outras três iguais correspondem ao valor nominal em Kz: 10.000,00 (dez mil kwanzas) cada uma, pertencentes aos sócios Guilhermina Rosa Botelho, Justerini Catani Botelho Jácko e Nilton Maldini Botelho Jácko.

Que em reunião da Assembleia Geral Extraordinária da aludida sociedade, realizada aos 29 de Setembro de 2014, constante da acta que cuja pública forma arquivo, resolveram mudar a sede social admitir a entrada de novo sócio e em consequência alterar parcialmente o pacto social.

Assim pela presente escritura;

O sócio Horácio Paulo Fernandes Jácko, titular de uma quota no valor nominal em Kz: 70.000,00 (setenta mil kwanzas), decidiu dividir a sua quota em duas novas, uma no valor nominal em Kz: 60.000,00 (sessenta mil kwanzas) que reserva para si, e outra no valor nominal em Kz: 10.000,00 (dez mil kwanzas), que cede ao novo sócio Carlos Francisco Gomes Santos, que é deste modo admitido como novo sócio.

Que o terceiro outorgante aceita a cessão da quota, que acaba de ser feita e a quitação dos preços nos termos exarados.

Que sendo agora, eles outorgantes, os actuais e únicos sócios, da sobredita sociedade, denominada «Jácko-Injecção, Limitada,» deliberaram ainda aprovar a alteração do pacto social nos seus artigos 1.º e 4.º, aos quais é dada a seguinte redacção:

ARTIGO 1.º

A sociedade denominação de «Jácko-Injecção, Limitada», com sede social em Luanda, na Estrada Nacional, n.º 230, Km 19, Zona Industrial-Viana, podendo abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro do território nacional, e no estrangeiro, onde mais convenha aos nossos negócios sociais.

ARTIGO 4.º

O capital social da sociedade é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas) e está integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por cinco quotas, sendo uma no valor em Kz: 60.000,00 (sessenta mil kwanzas), pertencente ao sócio Horácio Paulo Fernandes Jácko, e quatro outras iguais no valor de Kz: 10.000,00 (dez mil kwanzas), cada uma, pertencentes aos sócios Carlos Francisco Gomes Santos, Guilhermina Rosa Botelho, Justerini Catani Botelho Jácko e Nilton Maldini Botelho Jácko.

Que todas as demais cláusulas não alteradas por esta escritura se mantêm firmes e válidas.

Assim o disseram e outorgaram.

Arquivo os seguintes documentos:

- a) Certidão da Conservatória do Registo Comercial da Comarca de Luanda, da matrícula da aludida sociedade emitida, aos 26 de Janeiro de 2005;
- b) Acta da Assembleia Geral Extraordinária da sobredita sociedade, realizada, aos 29 de Setembro de 2014.

Esta escritura foi lida aos outorgantes e aos mesmos explicado o seu conteúdo, bem como a advertência da obrigatoriedade do registo deste acto, no prazo de 90 dias a contar de hoje.

Assinaturas de: Horácio Paulo Fernandes Jácko, Guilhermina Rosa Botelho e Carlos Francisco Gomes Santos.

Ajudante Principal, Graça de Oliveira Francisco.

Imposto do selo: Kz: 2.000,00 (dois mil kwanzas).

Conta registada sob o n.º 9.

É certidão que fiz extrair e vai conforme o original a que me reporto.

3.º Cartório Notarial da Comarca de Luanda, em Luanda, aos 14 de Outubro de 2014. — A Ajudante Principal, *Graça de Oliveira Francisco*. (14-17968-L01)

Nvoviseme, Limitada

Certifico que, por escritura de 23 de Outubro de 2014, lavrada com início a folhas 55 do livro de notas para escrituras diversas n.º 13-B, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito e Domingos Catenda, Primeiro Ajudante do Notário, foi constituída entre:

Primeiro: — Joaquim Domingos Seme Adão, solteiro, maior, natural do Cazenga, Província de Luanda, onde reside habitualmente no Município do Cazenga, Bairro Hoji-ya-Henda, Rua Ilha Madeira, n.º 52, Zona 17;

Segundo: — Paulina Nvovi Rocha, solteira, maior, natural de Mbanza Congo, Província do Zaire, residente habitualmente em Luanda, no Distrito Urbano do Sambizanga, Bairro Ngola Kiluange, casa s/n.º,

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, aos 23 de Outubro de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE NVOVISEME, LIMITADA

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação de «Nvoviseme, Limitada», com sede social na Província de Luanda, Município do Cazenga, Bairro Hoji-ya-Henda, Rua N'Gola Kiluange, n.º 52, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º

A sua duração é por tempo indeterminado contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da presente escritura.

ARTIGO 3.º

A sociedade tem como objecto social o comércio geral a grosso e a retalho, prestação de serviços, indústria, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz:100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 2 (duas) quotas iguais no valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas) cada uma, pertencentes aos sócios Joaquim Domingos Seme Adão e Paulina Nvovi Rocha, respectivamente.

ARTIGO 5.º

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º

1. A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbem ao sócio Joaquim Domingos Seme Adão, que fica desde já nomeado gerente, bastando a sua assinatura, para obrigar validamente a sociedade.

2. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

ARTIGO 7.º

A Assembleia Geral será convocada por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o sobrevivente e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha verificar-se-ão como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender será o activo social lícitado em globo com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 14.º

No omissso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais e demais legislação aplicável.

(14-17981-L03)

P. A. Alumínio (SU), Limitada

Leandra Augusto Sumbo de Almeida Gomes, Licenciada em Direito, Conservadora de 3.ª Classe da Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa — ANIFIL.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 7, do livro-diário de 23 de Outubro do corrente ano, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, Paulino André António, solteiro, maior, residente em Luanda, Município de Luanda, Distrito Urbano do Rangel, Bairro Rangel, Rua da Ambaca, n.º 8-RA, Zona 15, constituiu uma sociedade unipessoal por quotas denominada «P. A. Alumínio (SU), Limitada», registada sob o n.º 580/14, que se vai reger nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa — ANIFIL, em Luanda, aos 23 de Outubro de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE P. A. ALUMÍNIO (SU), LIMITADA

ARTIGO 1.º (Denominação e sede)

A sociedade adopta a denominação de «P. A. Alumínio (SU), Limitada», com sede social na Província de Luanda,

Município de Luanda, Distrito Urbano do Rangel, Bairro do Rangel, Rua da Ambaca, n.º 8-RA 25, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º
(Duração)

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir do respectivo registo.

ARTIGO 3.º
(Objecto)

A sociedade tem como objecto social prestação de serviços na área de montagem de caixilharia de alumínio, serviço de táxi, comércio geral, a grosso e a retalho, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que o sócio acorde e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º
(Capital)

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, representado 1 (uma) quota no valor nominal de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), pertencente ao sócio-único Paulino André António.

ARTIGO 5.º
(Cessão de quotas)

A cessão da quota implica a saída do sócio cedente ou a transformação da mesma em sociedade pluripessoal.

ARTIGO 6.º
(Gerência)

1. A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbem ao sócio-único Paulino André António, bastando a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade.

2. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

3. O sócio-único poderá nomear pessoa estranha à sociedade para assumir as funções de gerência.

ARTIGO 7.º
(Decisões)

As decisões do sócio-único de natureza igual as deliberações da Assembleia Geral deverão ser registadas em acta por ele assinadas e mantidas em livro de actas.

ARTIGO 8.º
(Dissolução)

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento do sócio-único, continuando a sua existência com o sobrevivente e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 9.º
(Liquidação)

A liquidação da sociedade far-se-á nos termos da Lei das Sociedades Comerciais.

ARTIGO 10.º
(Balanços)

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 11.º
(Omisso)

No omissio regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 19/12, de 11 de Junho e ainda as disposições da Lei das Sociedades Comerciais, Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro.

(14-17982-L03)

Luhamavel, Limitada

Certifico que, com início a folhas 21, do livro de notas para escrituras diversas n.º 27 do 5.º Cartório Notarial da Comarca de Luanda, se encontra lavrada a escritura do teor seguinte:

Constituição da sociedade «Luhamavel, Limitada».

No dia 25 de Setembro de 2014, nesta Cidade de Luanda e no 5.º Cartório Notarial, perante mim, Eva Ruth Soares Caracol, Licenciada em Direito e Notária-Adjunta do referido Cartório, compareceram como outorgantes: Rafael de Figueiredo Velasco, natural de Kilamba Kiaxi, Província de Luanda, titular do Bilhete de Identidade n.º 000453259LA036, emitido pela Direcção Nacional de Identificação Civil e Criminal, aos 15 de Julho de 2012, que outorga por si individualmente, em nome e em representação de sua filha menor Luhanna Rafaela Manjor Velasco, de 1 ano de idade, natural do Cruzeiro, Ingombota, Província de Luanda, e consigo convivente; e Luzia Manjor António Velasco, natural da Ingombota, Província de Luanda, titular do Bilhete de Identidade n.º 000412621LA030, emitido pela Direcção Nacional de Identificação Civil e Criminal, aos 16 de Julho de 2012, ambos casados sob o regime de comunhão de adquiridos e residentes habitualmente em Luanda, Distrito Urbano e Bairro de Kilamba Kiaxi, Casa n.º 13;

Verifiquei a identidade dos outorgantes pelos mencionados documentos de identificação.

E por eles foi dito:

Que, pela presente escritura, constituem entre ambos e a representada do 1.º, uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, denominada «Luhamavel, Limitada», com sede em Luanda, Município de Belas, Casa n.º 17, Rua Vila Kiaxi, podendo abrir filiais, sucursais, agências ou qualquer outra forma de representação no território nacional ou no estrangeiro.

Que a sociedade tem por objecto o estipulado no artigo 3.º do estatuto e possui o capital social no montante de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, divi-

dido e representado por três quotas sendo; uma quota no valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas), pertencente ao sócio, Rafael de Figueiredo Velasco; uma quota no valor nominal de Kz: 40.000,00 (quarenta mil kwanzas), pertencente à sócia Luzia Manjor António Velasco; e uma quota no valor nominal de Kz: 10.000,00 (dez mil kwanzas),

pertencente à sócia Luhanna Rafaela Manjor Velasco;

A sociedade reger-se-á pelo respectivo estatuto que faz parte integrante da presente escritura e que é um documento elaborado em separado, nos termos e ao abrigo do disposto na Lei n.º 1/97, de 17 de Janeiro, Lei da Simplificação e Modernização dos Registos Predial, Comercial e Serviço Notarial, que os outorgantes declaram ter lido, tendo perfeito conhecimento do seu conteúdo, pelo que é dispensada a sua leitura.

Assim o disseram e outorgaram.

Instruem o acto:

- a) Documento complementar a que atrás se faz referência, assinado pelos outorgantes e por mim notária-adjunta;
- b) Certificado de admissibilidade emitido pelo Ficheiro Central de Denominações Sociais do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos em Luanda, aos 25 de Agosto de 2014;
- c) Comprovativo de depósito de capital social efectuado no Banco Sol, S.A., aos 11 de Setembro de 2014.

Aos outorgantes e na presença dos mesmos, fiz em voz alta a leitura desta escritura, a explicação do seu conteúdo e a advertência da obrigatoriedade do registo do acto no prazo de 90 dias.

A Notária-Adjunta, *Eva R.S. Caracol*,

Conta registada sob n.º 9.

ESTATUTO DA SOCIEDADE LUHAMAVEL, LIMITADA

1.º

A sociedade adopta a denominação «Luhamavel, Limitada», tem a sua sede em Luanda, no Município de Belas, casa n.º 17, Rua Vila Kiaxi, podendo abrir filiais, sucursais, agências ou qualquer outra forma de representação no território Nacional ou no estrangeiro.

2.º

A duração da sociedade é por tempo indeterminado, contando o seu início, para todos os efeitos legais, a partir da data da escritura pública.

3.º

A sociedade tem por objecto social o exercício de comércio geral, por grosso e a retalho, salão de cabeleireiro, boutique, imobiliários, ensino geral e escola de

condução, oficinas, construção civil e obras públicas, prestação de serviços, agente de despachante e transitários, transportes marítima, indústria, pesca, agro-pecuária, agricultura, hotelaria, turismo, informática, telecomunicações, comercialização de telefones e seus acessórios, exploração mineira florestal e madeira, transportes camionagem, agente de despachante, transitários, compra e venda de viaturas novas e seus acessórios, fabricação de material de construção, comercialização de combustíveis e lubrificantes, estação de serviços, farmacêuticos, centro médico, perfumaria, plastificação, venda de material escolar, escritório decorações, pastelarias, geladaria, panificação, representações comerciais e industriais, venda de gás de cozinha, desporto e recreação, vídeo clube, venda de equipamento de caça, manutenção de espaços verdes e jardinagem, segurança privada, importação e exportação, podendo dedicar-se a qualquer outro ramo de comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

§Único:— Para prossecução do seu objecto social, a sociedade poderá agrupar-se com outras sociedades ou empresas nacionais ou estrangeiras com objectos similares e de acordo com a lei.

4.º

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por três quotas, sendo uma quota de valor nominal de Kz: 50.000,00, (cinquenta mil kwanzas,) pertencente ao sócio Rafael de Figueiredo Velasco, uma quota de valor nominal de Kz: 40.000,00 (quarenta mil kwanzas), pertencente à sócia Luzia Manjor António Velasco e outra quota de valor nominal de Kz: 10.000,00 (dez mil kwanzas), pertencente à sócia Luhanna Rafaela Manjor Velasco.

5.º

Não serão exigíveis prestações suplementares de capital, mas os sócios poderão fazer à sociedade os suprimentos que ela necessitar de acordo com as condições a estabelecer.

6.º

A cessão de quotas no todo ou em parte, é livremente permitida, porém quando feita a estranhos, fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se a sociedade, dele não quiser fazer uso.

7.º

1. A gerência e a administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente será exercida pelo sócio Rafael Figueiredo Velasco, que desde já fica nomeado como gerente, com dispensa de caução, bastando a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade.

2. O sócio-gerente poderá delegar a outro sócio ou mesmo em pessoas estranha à sociedade, todos ou parte dos

seus poderes de gerência, conferindo para o efeito o respectivo mandato.

3. Fica vedado a gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais, designadamente em letras de favor, fianças, abonações ou documentos semelhantes.

8.º

A sociedade reserva-se o direito de adquirir ou amortizar a quota de qualquer sócio quando, sobre ela recaia arresto, penhora, arrolamento ou qualquer outra medida judicial ou de outra natureza de que possa resultar a sua alienação.

9.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para o fundo de reserva legal, quando devida, ou quaisquer outras percentagens para fundos ou destinos especiais, criados em Assembleia Geral, serão repartidos pelos sócio na proporção das suas quotas, e na mesma proporção serão suportadas as perdas que houver.

10.º

A sociedade não se dissolverá em caso de morte ou interdição de qualquer dos sócios os herdeiros legalmente constituídos do falecido ou representante do interdito, exercerão os referidos direitos e deveres sociais desde que se elabore uma acta da Assembleia Geral.

11.º

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios, serão liquidatários e à liquidação e partilha, procederão como então acordarem na falta de acordo e se algum dos sócios o pretender, será o activo social lícitado em globo com a obrigação do pagamento do passivo e adjudicação ao sócio que melhor preço oferecer em igualdade de condições.

12.º

As Assembleias Gerais serão convocadas, quando a lei não prescreva outras formalidades, por cartas registadas, dirigidas aos sócios com pelo menos 15 dias de antecedência.

13.º

Se qualquer deles estiver ausente da sede social, a convocatória será feita com a dilatação suficiente para que ele possa comparecer, mas nunca com um prazo superior a 60 dias.

No omissso regularão as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, as deliberações sociais tomadas em forma legal, a demais legislação aplicável.

Está conforme.

É certidão que fiz extrair e vai conforme o original.

5.º Cartório Notarial da Comarca de Luanda, em Luanda, a 1 de Outubro de 2014.

Mardourado, Limitada

Certifico que, por escritura de 19 de Agosto de 2014, lavrada com início a folhas 33 do livro de notas para escrituras diversas n.º 367, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre: Júnior Francisco Manuel, solteiro, maior, natural da Maianga, Província de Luanda, residente em Luanda, no Município de Luanda, Distrito Urbano da Maianga, Bairro Prenda, Casa n.º 19-PR-403B, que outorga neste acto por si individualmente e em representação de seu filho menor Juzimiro Evaristo Gonçalves Manuel, de 15 anos de idade, natural de Luanda e consigo convivente;

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, aos 19 de Agosto de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTO DA SOCIEDADE MARDOURADO, LIMITADA

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação de «Mardourado, Limitada», com sede social na Província de Luanda, Rua E, Casa n.º 80, Bairro Calembe 2, Município do Kilamba Kiaxi, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º

A sua duração é por tempo indeterminado contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da presente escritura.

ARTIGO 3.º

A sociedade tem como objecto social o comércio geral, a grosso e a retalho, prestação de serviços, serralharia, caixilharia de alumínio, agricultura e pecuária, pesca e sua industrialização, hotelaria e turismo, informática, telecomunicações, publicidade, construção civil e obras públicas, exploração mineira e florestal, comercialização de telefones e seus acessórios, transporte marítimo, camionagem, agente despachante e transitários, cabotagem, *rent-a-car*, compra e venda de viaturas, novas ou usadas e seus acessórios, aluguer de viaturas, com ou sem condutor, venda e reparação de veículos automóveis, concessionária de material e peças separadas de transporte, fabricação de blocos e vigotas, comercialização de combustíveis e lubrificantes, exploração de bombas de combustíveis e estação de serviço, comercialização de medicamentos, material cirúrgico, gastável e hospitalar, produtos químicos e farmacêuticos, centro médico, clínica, perfumaria, plastificação de documentos, venda de material de escritório e escolar, deco-

rações, serigrafia, padaria, geladaria, pastelaria, boutique, representações, impressões, salão de cabeleireiro, agência de viagens, gestão, promoção e mediação imobiliária, relações públicas, representações comerciais e industriais, venda de gás de cozinha, desporto e recreação, vídeo clube, discoteca, meios industriais, realizações de actividades culturais e desportivas, manutenção de espaços verdes, segurança de bens patrimoniais, educação e cultura, escola de condução, ensino, saneamento básico, jardinagem, limpeza, desinfecção, fabricação e venda de gelo, cyber café, electricidade, importação e exportação, indústria, segurança privada, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas) integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por duas quotas, sendo uma quota no valor nominal de Kz: 80.000,00 (oitenta mil kwanzas), pertencente ao sócio Júnior Francisco Manuel e outra quota no valor nominal de Kz: 20.000,00 (vinte mil kwanzas), pertencente ao sócio Juzimiro Evaristo Gonçalves Manuel, respectivamente.

ARTIGO 5.º

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º

A gestão e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbem ao sócio Júnior Francisco Manuel, que fica desde já nomeado gerente, com dispensa de caução, bastando a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade.

1. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como, letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

ARTIGO 7.º

A Assembleia Geral será convocada por simples cartas registadas dirigidas aos sócios com pelo menos 30 dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o sobrevivente e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha realizar-se-á como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender será o activo social licitado em bloco com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 14.º

No omissão regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais e demais legislação aplicável.

(14-13462-L02)

Novifarma, Limitada

Certifico que, por escritura de 23 de Outubro de 2014, lavrada com início a folhas 25, do livro de notas para escrituras diversas n.º 376, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Resende Domingos João Soares, solteiro, maior, natural do Rangel, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito Urbano do Rangel, Bairro Precol, Rua Violeta, n.ºs 52-54, Zona 15, que outorga nesta acto como mandatário da sociedade «Sagrada Esperança Farma, Limitada», com sede em Luanda, no Município de Luanda, Distrito Urbano da Maianga, Rua Kwamme N'Krumah, e da sociedade «NOBARIH — Mining Consulting Services, Limitada», com sede em Luanda, no Distrito Urbano da Maianga, Bairro Maianga, Rua Amílcar Cabral, n.º 17-A;

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 24 de Outubro de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

**ESTATUTOS DA SOCIEDADE
NOVIFARMA, LIMITADA**

CAPÍTULO I

Denominação, Forma, Sede, Duração e Objecto

**ARTIGO 1.º
(Forma e denominação)**

A sociedade adopta a forma de sociedade por quotas de responsabilidade limitada, e a denominação social «Novifarma, Limitada».

**ARTIGO 2.º
(Sede)**

1. A sede da sociedade na Província de Luanda, Distrito Urbano e Bairro da Maianga, Rua Kwamme N'Krumah, Prédio n.º 31, 4.º andar, Município de Luanda, Distrito Urbano da Maianga.

2. A sociedade poderá, a todo o tempo, por deliberação da gerência, mudar a sede social para qualquer outro local em Angola.

3. A sociedade poderá criar e extinguir filiais, sucursais, delegações, escritórios de representação, agências ou outras formas de representação social, em Angola ou no estrangeiro.

**ARTIGO 3.º
(Duração)**

A sociedade durará por um período de tempo indeterminado.

**ARTIGO 4.º
(Objecto)**

1. A sociedade tem como objecto social o exercício da actividade de farmácia, venda retalhista, prestação de serviços farmacêuticos ao público, prestação de serviços de saúde, preparação de manipulados, compra e venda de drogas de uso medicinal, medicamentos homeopáticos, cosmética, perfumaria, produtos destinados à higiene, profilaxia, puericultura, ortopedia e fitoterapêuticos, consumíveis médico hospitalares, meios e/ou agentes auxiliares e/ou complementares de diagnóstico, bem como a prestação de serviços, designadamente de consultoria e de gestão, relacionados, directa ou indirectamente, com aquelas actividades.

2. A sociedade poderá deter farmácias de oficina e/ou farmácias internas, nos termos da legislação em vigor.

3. A sociedade poderá adquirir participações, maioritárias ou minoritárias, no capital de outras sociedades angolanas ou estrangeiras, em qualquer ramo de actividade.

4. Por deliberação da Assembleia Geral, a sociedade poderá dedicar-se a qualquer actividade industrial, comercial ou de prestação de serviços não proibida por lei.

**CAPÍTULO II
Capital Social**

**ARTIGO 5.º
(Capital)**

O capital da sociedade, integralmente realizado em dinheiro, é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), equiva-

lente a USD 1.000,00 (mil dólares dos Estados Unidos da América) representado por 2 (duas) quotas distribuídas da seguinte forma:

- a) Uma quota no valor de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas), equivalente a USD 500,00 (quinhentos dólares dos Estados Unidos da América), representativa de 50% (cinquenta por cento) do capital social da sociedade, pertencente à sócia «Sagrada Esperança Farma, limitada»;
- b) Uma quota no valor de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas), equivalente a USD 500,00 (quinhentos dólares dos Estados Unidos da América), representativa de 50% (cinquenta por cento) do capital social, pertencente à sócia «NOBARIH — Mining Consulting Services, Limitada».

**ARTIGO 6.º
(Prestações suplementares)**

Mediante deliberação da Assembleia Geral, tomada por maioria dos votos representativos do capital social poderão ser exigidas aos sócios prestações suplementares até ao limite de USD 5.000,00 (cinco mil dólares dos Estados Unidos da América), equivalentes nesta data a Kz: 500.000,00 (quinhentos mil kwanzas), na proporção das respectivas quotas.

**ARTIGO 7.º
(Cessão de quotas)**

1. É livre a cessão de quotas entre os sócios.
2. A cessão de quotas a terceiros depende do consentimento da sociedade.
3. O consentimento escrito da sociedade depende de o cessionário assumir todas as obrigações do cedente perante a sociedade e de o cessionário acordar por escrito em vincular-se a todos os direitos e obrigações do cedente inerentes à sua qualidade de sócio, incluindo as resultantes de quaisquer garantias prestadas ou outras obrigações relevantes, tais como acordos parassociais existentes, e outorgar quaisquer documentos tidos por necessários ou convenientes para concluir tais compromissos.

**ARTIGO 8.º
(Ónus e encargos)**

1. Os sócios não constituirão nem autorizarão que sejam constituídos quaisquer ónus, penhor ou outro encargo sobre as suas quotas, salvo se autorizados pela sociedade, mediante deliberação da Assembleia Geral.
2. O sócio que pretenda constituir quaisquer ónus, penhor ou outros encargos sobre a sua quota, deve notificar a sociedade, por carta entregue pessoalmente ou por carta protocolada remetida para as moradas constantes do artigo 20.º, dos respectivos termos e condições, incluindo informação detalhada da transacção subjacente.

3. A reunião da Assembleia Geral será convocada no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de recepção da carta.

CAPÍTULO III **Assembleia Geral e Gerência**

ARTIGO 9.º **(Composição da Assembleia Geral)**

A Assembleia Geral é constituída por todos os sócios da sociedade.

ARTIGO 10.º **(Reuniões e deliberações)**

1. Assembleia Geral reúne-se ordinariamente pelo menos uma vez por ano, nos primeiros 3 (três) meses depois de findo o exercício do ano anterior e extraordinariamente sempre que tal se mostre necessário. As reuniões terão lugar na sede da sociedade, salvo quando todos os sócios acordarem na escolha de outro local.

2. A Assembleia Geral só pode deliberar validamente se estiverem presentes ou devidamente representados sócios que representem a maioria do capital social da sociedade. Qualquer sócio que esteja impossibilitado de comparecer a uma reunião poderá fazer-se representar por outra pessoa, através de carta de representação endereçada ao Presidente da Assembleia Geral, a identificar o sócio representado e o âmbito dos poderes conferidos.

3. As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas validamente por maioria simples dos votos emitidos em cada reunião, salvo quando a lei aplicável ou os presentes Estatutos exijam uma maioria mais elevada.

ARTIGO 11.º **(Poderes da Assembleia Geral)**

A Assembleia Geral deliberará sobre as matérias que lhe estejam exclusivamente reservadas, por força da lei aplicável ou dos presentes estatutos, nomeadamente:

- a) Aprovação do relatório anual de gestão e das contas do exercício;
- b) Distribuição de dividendos;
- c) Nomeação e destituição de gerentes;
- d) Remuneração dos membros dos órgãos sociais da sociedade;
- e) Quaisquer alterações aos estatutos da sociedade;
- f) Fusão, transformação, dissolução ou liquidação da sociedade;
- g) Redução ou aumento do capital social da sociedade;
- h) Solicitação ou reembolso de prestações suplementares;
- i) Exclusão de um sócio e amortização de quotas;
- j) Consentimento da sociedade para a cessão de quotas.

ARTIGO 12.º **(Gerência)**

1. A gerência e representação da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbem a dois (2) sócios ou não, que devem ser

eleitos em Assembleia Geral de Sócios por mandatos renováveis de três (3) anos, ou até que estes renunciem ao cargo ou a Assembleia Geral delibere proceder à sua substituição.

- a) Caberá à sócia «Sagrada Esperança Farma, Limitada» a indicação de 1 (um) gerente da sociedade e a sócia «NOBARIH — Mining Consulting Services, Limitada» a indicação de 1 (um) gerente da sociedade.

2. A gerência terá os poderes para executar o objecto social da sociedade, mas deverá obter aprovação prévia da Assembleia Geral para praticar todos os actos que estejam imperativamente sujeitos à deliberação prévia da Assembleia Geral nos termos da Lei Angolana e destes estatutos.

3. Os gerentes não serão remunerados e estão dispensados de prestar qualquer caução.

4. A Assembleia Geral poderá nomear não sócios para gerentes da sociedade.

ARTIGO 13.º **(Forma de obrigar)**

A sociedade obriga-se da seguinte forma:

- a) Pela assinatura de um gerente em todos os actos que não impliquem assunção de responsabilidade para a sociedade de valor superior ao equivalente na moeda nacional a USD 5.000,00 (cinco mil dólares dos Estados Unidos da América);
- b) Pela assinatura conjunta dos dois (2) gerentes, em quaisquer outros actos;
- c) Pela assinatura conjunta de um (1) gerente e de um (1) procurador, nos termos e no âmbito da respectiva procuração;
- d) Pela assinatura conjunta de dois (2) procuradores, nos termos e no âmbito das respectivas procurações.

CAPÍTULO IV **Exercício e Contas do Exercício**

ARTIGO 14.º **(Exercício)**

O exercício anual da sociedade corresponde ao ano civil.

CAPÍTULO V **Dissolução e Liquidação**

ARTIGO 15.º **(Dissolução)**

A sociedade dissolve-se nos casos previstos na lei.

ARTIGO 16.º **(Liquidação)**

1. A liquidação será extrajudicial, conforme seja deliberado pela Assembleia Geral.

2. A sociedade poderá ser imediatamente liquidada, mediante a transmissão de todo o seu activo e passivo a favor de um ou mais sócios, desde que devidamente autorizada pela Assembleia Geral e obtido acordo escrito de todos os credores.

3. Se a sociedade não for imediatamente liquidada nos termos do parágrafo 2 *supra*, e sem prejuízo de outras disposições legais imperativas, todas as dívidas e responsabilidades da sociedade (incluindo, sem restrições, todas as despesas incorridas com a liquidação e quaisquer empréstimos vencidos) serão pagas ou reembolsadas antes que possam ser transferidos quaisquer fundos aos sócios.

4. Os bens remanescentes serão distribuídos em espécie pelos sócios.

CAPÍTULO VI

Disposições Finais e Transitórias

ARTIGO 17.º (Fiscalização, auditorias e informação)

1. Sem prejuízo de outros direitos e obrigações estabelecidos na lei aplicável, os sócios e os seus representantes devidamente autorizados, têm o direito de acesso integral e irrestrito aos gerentes, funcionários executivos e empregados da sociedade e o direito de, a expensas suas:

- a) Examinar e copiar, assistidos ou não por contabilistas independentes certificados, os livros, registos e contas da sociedade, bem como as suas operações e actividades;
- b) Que a sociedade lhes forneça a informação financeira e respectiva documentação de suporte com o detalhe e frequência que sejam razoavelmente solicitados pelos sócios;
- c) Que a sociedade prepare as suas contas, na forma e datas que sejam razoavelmente solicitadas pelos sócios;
- d) Inspeccionar os escritórios, propriedades e bens tangíveis da sociedade.

2. O sócio deverá notificar a sociedade da realização do exame ou inspecção, mediante aviso escrito, com 2 (dois) dias de antecedência em relação ao dia do exame ou inspecção.

3. A fiscalização da situação contabilística, financeira e patrimonial da sociedade deverá ser exercida por auditor externo à sociedade.

4. A sociedade deverá prestar a sua total colaboração e facultar para o efeito o acesso aos seus livros e registos.

ARTIGO 18.º (Contas bancárias)

1. A sociedade deve abrir e manter, em nome da sociedade, uma ou mais contas separadas para todos os fundos da sociedade, num ou mais bancos, conforme seja periodicamente determinado pela gerência.

2. A sociedade não pode misturar fundos de quaisquer outras pessoas com os seus fundos próprios. A sociedade deve depositar nas suas contas bancárias todos os seus fundos, receitas brutas de operações, contribuições de capital, adiantamentos e recursos de empréstimos. Todas as despesas da sociedade, reembolsos de empréstimos e distribuição de

dividendos aos sócios, devem ser pagos através das contas bancárias da sociedade.

3. Nenhum pagamento poderá ser feito a partir das contas bancárias da sociedade sem autorização por escrito da gerência.

ARTIGO 19.º (Pagamento de dividendos)

Os dividendos serão pagos nos termos que vierem a ser determinados pela Assembleia Geral, mediante proposta da gerência.

ARTIGO 20.º (Comunicações)

1. Salvo estipulação diversa nos presentes estatutos, todas as comunicações e notificações entre a sociedade e os sócios e entre estes últimos deverão ser entregues pessoalmente ou remetidas por carta protocolada, para as moradas e à atenção das seguintes pessoas:

a) Para a sociedade:

A/C: Sónia Pacheco;

Rua: Kwamme N'Krumah, n.º 31, 4.º andar, Distrito Urbano da Maianga, Luanda;

b) Para a sócia «Sagrada Esperança Farma, Limitada».

A/C: Nuno Belmar da Costa;

Rua Kwamme N'Krumah, n.º 31, Município da Maianga, Luanda

c) Para a sócia «NOBARIH — Mining Consulting Services, Limitada».

A/C: Débora Baltazar

Rua Kwamme N'Krumah, n.º 31, 4.º andar, Distrito Urbano da Maianga, Luanda.

2. A sociedade e os sócios poderão alterar a qualquer momento os elementos constantes do n.º 1 *supra*, sem necessidade de alterar os estatutos da sociedade, contanto que para o efeito notifiquem os restantes sócios e a sociedade na forma prescrita.

3. Qualquer novo sócio que venha a suceder, no todo ou em parte, a qualquer sócio fundador nas respectivas quotas, deverá, no prazo de 8 (oito) dias a contar da outorga da respectiva escritura de cessão de quotas notificar a sociedade e os demais sócios do seu endereço e da identidade de uma pessoa para efeitos deste artigo 20.º

ARTIGO 21.º (Lei aplicável)

Os presentes estatutos regem-se pela lei angolana.

(14-17957-L02)

FAST-EXPRESS — Comércio Geral, Limitada

Certifico que, por escritura de 25 de Agosto de 2014, lavrada com início a folhas 26, do livro de notas para escrituras diversas n.º 368, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Primeiro: — Gervásio Higino Marcelino, solteiro, maior, natural do Lobito, Província de Benguela, residente habitualmente em Luanda, no Distrito Urbano e Bairro da Samba, Casa n.º 71;

Segundo: — Laurindo António Ferreira da Silva, solteiro, maior, natural da Gabela, Província do Kwanza-Sul, residente habitualmente em Luanda, no Distrito Urbano do Kilamba Kiaxi, Bairro Fubu, casa s/n.º;

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, aos 25 de Agosto de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTO DA SOCIEDADE FAST-EXPRESS — COMÉRCIO GERAL, LIMITADA

ARTIGO 1.º (Denominação e sede)

A sociedade adopta a denominação de «FAST-EXPRESS — Comércio Geral, Limitada», com sede social na Província de Luanda, Rua da Moagem, casa s/n.º, Bairro do Kikolo, Município do Cacuaco, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º (Duração)

A sua duração é por tempo indeterminado contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da presente escritura.

ARTIGO 3.º (Objecto)

A sociedade tem como objecto social o comércio geral a grosso e a retalho, prestação de serviços, indústria, hotelaria e turismo, restauração, pescas, agro-pecuária, informática, telecomunicações, construção civil e obras públicas, fiscalização de obras, saneamento básico, modas e confecções, transportes, marítimo, aéreo e terrestres de passageiros ou de mercadorias, transitários, oficina-auto, salão de cabeleireiro, botequim, assistência técnica, comercialização de petróleo e lubrificantes, exploração de bombas de combustíveis, farmácia, centro médico, clínica geral, perfumaria, agência de viagens, promoção e mediação imobiliária, relações públicas, pastelaria e panificação, exploração de parques de diversões, realização de espectáculos culturais, recreativos e desportivos, exploração mineira e florestal, estação de serviços, representações comerciais, serralharia, carpintaria, venda de alumínio e sua utilização, cultura e ensino geral, segurança de bens patrimoniais, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo de comér-

cio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º (Capital)

O capital social é de Kz: 200.000,00 (duzentos mil kwanzas) integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por duas quotas, sendo uma quota no valor nominal de Kz: 150.000,00 (cento e cinquenta mil kwanzas), pertencente ao sócio Gervásio Higino Marcelino, e a outra quota no valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas), pertencente ao sócio, Laurindo António Ferreira da Silva, respectivamente.

ARTIGO 5.º (Cessão de quotas)

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º (Gerência)

A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbem ao sócio Gervásio Higino Marcelino, que fica desde já nomeado gerente, com dispensa de caução, bastando a assinatura do gerente para obrigar validamente a sociedade.

1. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como, letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

2. O sócio gerente poderá delegar mesmo a pessoas estranhas à sociedade parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito o respectivo mandato.

ARTIGO 7.º (Assembleia)

As Assembleias Gerais serão convocadas por simples cartas registadas dirigidas aos sócios com pelo menos 30 dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social, a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.º (Divisão dos lucros)

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º (Dissolução)

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o sobrevivente e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou

interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º
(Liquidação)

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha realizar-se-á, como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender será o activo social lícitado em bloco com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º
(Preferência na amortização)

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º
(Foro competente)

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º
(Balanços)

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 14.º
(Omisso)

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais e demais legislação aplicável.

(14-13894-L02)

Bengo Projectos, Limitada

Certifico que, de folhas 13 a folhas 15, do livro de notas para escrituras diversas n.º 8-A, do Cartório Notarial de Viana, a cargo do Notário, Mário Alberto Muachingue, Licenciado em Direito, se encontra lavrada a escritura do teor seguinte:

Constituição da sociedade «Bengo Projectos, Limitada».

No dia 20 de Junho de 2014, em Viana e no Cartório Notarial, perante mim, Mário Alberto Muachingue, Licenciado em Direito. Notário do mesmo Cartório, compareceram como outorgantes:

Primeiro: — Manuel Salvador António Palhares, casado com Antónia Mário Sebastião Palhares, no regime de separação de bens, natural de Icolo e Bengo, Província do Bengo, residente habitualmente em Luanda, no Município de Viana, Bairro Viana, Rua Njinga Mbandy, Casa n.º 27, titular do Bilhete de Identidade n.º 000111362BO038, emitido pela Direcção Nacional de Identificação Civil e Criminal, em Luanda, aos 9 de Abril de 2010;

Segundo: — Aristófales Sebastião Palhares, solteiro, maior, natural da Maianga, Província de Luanda, residente habitualmente em Luanda, no Município de Viana, Bairro Njinga Bandi, Casa n.º 25, titular do Bilhete de Identidade n.º 000212368LA014, emitido pela Direcção Nacional de Identificação Civil e Criminal, em Luanda, aos 10 de Maio de 2013;

Terceiro: — Marisa Sebastião Palhares, solteira, maior, natural do Kilamba Kiayi, Província de Luanda, residente habitualmente em Luanda, no Município de Viana, Bairro Viana, Casa n.º 26, titular do Bilhete de Identidade n.º 000124094LA034, emitido pela Direcção Nacional de Identificação Civil e Criminal, em Luanda, aos 18 de Junho de 2012;

Quarto: — Salvador Joaquim Palhares, solteiro, maior, natural do Icolo e Bengo, Província do Bengo, onde reside habitualmente, no Bairro Km 44, casa s/n.º, titular do Bilhete de Identidade n.º 004867454BO040, emitido pela Direcção Nacional de Identificação Civil e Criminal, em Luanda, aos 10 de Setembro de 2010;

Verifiquei a identidade dos outorgantes pelos documentos de identificação já referidos.

E, por eles foi dito:

Que, pela presente escritura constituem uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, denominada «Bengo Projectos, Limitada», com sede em Luanda, no Município de Icolo e Bengo, Bairro Km 44, Comuna do Bom Jesus, com o capital social de Kz: 200.000,00 (duzentos mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por quatro quotas, uma no valor nominal de Kz: 110.000,00 (cento e dez mil kwanzas), pertencente ao sócio Manuel Salvador António Palhares, e outras três de igual valor nominal de Kz: 30.000,00 (trinta mil kwanzas), pertencentes aos sócios Aristófales Sebastião Palhares, Marisa Sebastião Palhares, Salvador Joaquim Palhares, respectivamente;

Que a dita sociedade tem por objecto social o previsto no artigo 3.º do seu estatuto e reger-se-á pelos artigos constantes do documento complementar elaborado em separados nos termos do n.º 2 do artigo 55.º da Lei da Simplificação e Modernização dos Registos Predial, Comercial e Serviço Notarial, que fica a fazer parte integrante desta escritura e que os outorgantes declaram o ter lido, tendo pleno conhecimento do seu conteúdo, pelo que é dispensada a sua leitura.

Assim o disseram e outorgaram.

Arquivo para instrução do acto os seguintes documentos:

- Documento complementar a que atrás se faz alusão;
- Certificado de Admissibilidade, emitido pelo Ficheiro Central de Denominações Sociais, em Luanda, aos 7 de Abril de 2014;
- Comprovativo do depósito do capital social.

Esta escritura foi lida em voz alta na presença do outorgante, que vai assinar comigo, Notário, depois de lhes ter

sido feita a explicação do seu conteúdo e efeitos, bem como a advertência da obrigatoriedade do registo deste acto, no prazo de 90 dias a contar de hoje.

Assinaturas: Manuel Salvador António Palhares, Aristófales Sebastião Palhares, Marisa Sebastião Palhares e Marisa Sebastião Palhares. — O Notário, Mário Alberto Muachingue.

É certidão que fiz extrair e vai conforme o original a que me reporto.

Cartório Notarial de Viana, em Luanda, aos 20 de Junho de 2014. — O Notário, *Mário Alberto Muachingue*.

ESTATUTO DA SOCIEDADE BENGO PROJECTOS, LIMITADA

1.º

A sociedade adopta a denominação de «Bengo Projectos, Limitada», com sede em Luanda, no Km 44, Comuna do Bom Jesus, Município do Icolo, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º

A sua duração é por tempo indeterminado contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da presente escritura.

ARTIGO 3.º

1. A sociedade tem como objecto social projectos arquitectónicos, fiscalização de obras públicas, construção civil e obras públicas, vendas de materiais de construção, comércio por grosso e a retalho, consultoria, prestação de serviços, vendas de bens imobiliários, tecnologias de informação, informática, *rent-a-car*, comercialização de automóveis ligeiro e pesado, assessoria jurídica, contabilidade, formação profissional, educação e ensino, compra e venda de livros, serviços de segurança, representações comerciais e industriais, consultoria de projectos, auditoria, exploração petrolífera, gás e seus derivados, transporte de combustível, recursos minerais, comércio de cosméticos, agro-pecuária, apicultura, pescas e seus derivados, saúde, assistência médica e medicamentosa, padaria, restaurante, pastelaria, salão de cabeleireiro, organização de eventos, serviços de comunicações, instalação de alarmes e sistemas de segurança de casas, empresas de automóveis, comercialização de computadores, comercialização de medicamentos, cybercafé, comercialização de cimento, indústria extractiva e transformadora, hotelaria e turismo, propaganda e marketing, intermediação imobiliário, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo de comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

2. A sociedade poderá adquirir participações noutras sociedades de responsabilidade limitada, com objecto idêntico ou diferente do seu, bem como em sociedades reguladas

por leis especiais e participar em agrupamentos complementares de empresas.

ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 200.000,00 (duzentos mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por quatro quotas, sendo uma quota no valor nominal Kz: 110.000,00 (cento e dez mil kwanzas) pertencente ao sócio, Manuel Salvador António Palhares e outras três, no valor nominal de Kz: 30.000,00 (trinta mil kwanzas), pertencentes aos sócios Aristófales Sebastião Palhares, Marisa Sebastião Palhares, Salvador Joaquim Palhares, respectivamente.

ARTIGO 5.º

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º

A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbe ao sócio Manuel Salvador António Palhares com dispensa de caução, bastando a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade.

1. O sócio-gerente pode delegar noutro sócio ou em pessoa estranha à sociedade todos ou parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito, o respectivo mandato.

2. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em acto e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

ARTIGO 7.º

As Assembleias Gerais serão convocadas por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com pelo menos 8 dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos proporção das suas quotas e em igual proporção serão suportadas especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o sobrevivente e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha verificar-se-ão como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender, será o activo

social lícitado em globo com a obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 14.º

No omissso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, Lei das Sociedades Comerciais e demais legislação aplicável.

(14-13113-L01)

Espina & Delfin Angola, Limitada

Certifico que, por escritura de 24 de Outubro de 2014, lavrada com início a folhas 37, do livro de notas para escrituras diversas n.º 376, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Primeiro: — Nelson Artur Prata Marcos, solteiro, maior, natural do Cazenga, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito Urbano do Rangel, Bairro Nelito Soares, Rua António Pereira Africano, Prédio n.º 9, 3.º andar, Apartamento 9, que outorga neste acto como mandatário da sociedade «Espina & Delfin, S.L.», com sede em Espanha, Santiago de Compostela, Polígono del Tambre, Via Edison, n.º 9;

Segundo: — Shaff Álvaro da Costa Dias, solteiro, maior, natural de Malanje, Província de Malanje, residente habitualmente em Luanda, no Distrito Urbano da Ingombota, Bairro Boavista, Rua Kima Kienda, Casa n.º 62;

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 27 de Outubro de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE ESPINA & DELFIN ANGOLA, LIMITADA

ARTIGO 1.º

(Tipo e denominação)

É constituída uma sociedade comercial sob a forma de sociedade por quotas que adopta a denominação e firma de «Espina & Delfin Angola, Limitada».

ARTIGO 2.º
(Duração e sede)

1. A sociedade durará por tempo indeterminado, e tem a sua sede em Luanda, Rua Marechal Brós Tito, n.º 35, 6.º-C, Bairro e Distrito Urbano da Ingombota, Município de Luanda, Província de Luanda.

2. Por simples deliberação da Gerência, a sede social poderá ser transferida para outro local no território angolano e, do mesmo modo, poderá a sociedade abrir, transferir ou encerrar forma de representação social no território nacional.

ARTIGO 3.º
(Objecto)

A sociedade tem por objecto social a prestação de serviços na área da engenharia hidráulica, nomeadamente a construção de estações de tratamento de água potável e residual, execução de redes de saneamento e abastecimento de água, execução de projectos e consultoria no sector da água, bem como o exercício de todas as actividades acessórias necessárias, incluindo a importação e exportação.

ARTIGO 4.º
(Capital social)

1. O capital social integralmente subscrito e realizado em dinheiro é de Kz: 5.000.000,00 (cinco milhões de kwanzas), é representado pelas seguintes quotas:

- a) Uma quota com o valor nominal de Kz: 4.950.000,00 (quatro milhões e novecentos e cinquenta mil kwanzas), correspondente a 99% (noventa e nove por cento) do capital social da sociedade, da titularidade do sócio Espina & Delfin, S. L.;
- b) Uma quota com o valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas), correspondente a 1% (um por cento) do capital social da sociedade, da titularidade do sócio Shaff Álvaro da Costa Dia.

ARTIGO 5.º
(Transmissão de quotas)

A cessão onerosa ou gratuita de quota a terceiros exteriores à sociedade depende da autorização da sociedade, concedida por Assembleia Geral tomada por unanimidade dos sócios.

ARTIGO 6.º
(Amortização das quotas)

1. Dentro dos limites da lei, pode a sociedade, por deliberação dos sócios, amortizar ou adquirir quotas, sempre que os interesses sociais o exijam e tenha para tal os fundos disponíveis.

2. A sociedade poderá amortizar a quota de qualquer sócio quando ela tenha sido alienada sem o consentimento da sociedade, quando ela tenha sido alvo de arresto, penhora, consignação ou apreensão judicial ou mediante acordo com o respectivo titular.

3. Para efeitos do disposto no presente artigo, o valor da amortização é aquele que resultar do último balanço aprovado.

ARTIGO 7.º
(Órgãos sociais)

A sociedade tem os seguintes órgãos sociais: a Assembleia Geral e a Gerência.

ARTIGO 8.º
(Competência da Assembleia Geral)

A Assembleia Geral compete deliberar sobre todas as matérias que a lei lhe atribua, com excepção das atribuídas pelo presente pacto social à Gerência, obrigando as suas deliberações, quando validamente aprovadas, todos os sócios e órgãos sócios.

ARTIGO 9.º
(Mesa)

A Mesa da Assembleia Geral é constituída por um presidente e por um secretário, eleitos em Assembleia Geral, de entre sócios ou não sócios.

ARTIGO 10.º
(Convocação)

1. As Assembleias Gerais são convocadas nos termos da lei.

2. A Assembleia Geral reunirá, ordinariamente, uma vez por ano, para apreciação e votação do relatório, contas, aplicação de resultados e apreciação geral da administração da sociedade e, extraordinariamente, sempre que o seu presidente a convoque, por iniciativa própria, à solicitação da gerência ou dos sócios que reúnam as condições legais para tal.

ARTIGO 11.º
(Representação dos sócios)

1. Qualquer sócio pode fazer-se representar nas reuniões da Assembleia Geral por outros sócios ou por estranhos, mediante carta dirigida ao Presidente da Mesa, em que identifique o seu representante e indique a duração e o âmbito dos poderes que lhe são conferidos ou por procuração.

2. O gerente poderá estar presentes nas reuniões da Assembleia Geral e, mesmo que não disponham de direito de voto, poderá intervir nos trabalhos, apresentar propostas e participar nos seus debates.

ARTIGO 12.º
(Quórum)

A Assembleia Geral só poderá reunir e validamente deliberar, em geral, estando presentes ou representados os sócios que representem a maioria do capital social.

ARTIGO 13.º
(Composição da Gerência e deliberações)

A sociedade será gerida e representada pela Gerência, que será composta por um gerente eleitos de entre sócios ou não sócios, com ou sem remuneração, conforme o que for deliberado em Assembleia Geral.

ARTIGO 14.º
(Competência)

1. À Gerência cabe deliberar sobre todos os actos de administração e disposição que não estejam expressamente

reservados, pela lei ou pelo pacto social, aos outros órgãos sociais, competindo-lhe, nomeadamente:

- a) Representar a sociedade em juízo e fora dele;
- b) Adquirir, alienar, permutar ou onerar quaisquer bens móveis da sociedade;
- c) Abrir, transferir ou encerrar sucursais, agências ou qualquer outra forma de representação social, em território nacional;
- d) Confessar, desistir ou transigir, em quaisquer pleitos judiciais em que a sociedade seja parte, bem como aceitar compromissos arbitrais.

2. A Gerência poderá constituir mandatários ou procuradores da sociedade para a prática de determinados actos ou categorias de actos, atribuindo tais poderes através de procuração.

ARTIGO 15.º
(Formas de obrigar)

1. A sociedade fica validamente obrigada pela:

- a) Assinatura de um gerente;
- b) Assinatura de um procurador, dentro dos limites conferidos na procuração.

2. Fica, porém, vedado aos gerentes vincular a sociedade em quaisquer actos, contratos ou documentos estranhos aos negócios sociais, nomeadamente em abonações fianças, letras de favor e outras responsabilidades semelhantes a favor de terceiros.

ARTIGO 16.º
(Exercício anual)

1. O exercício social coincide com o ano civil.

2. O ano fiscal, para efeitos contabilísticos, decorrerá de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro do calendário gregoriano e o balanço e as contas de cada exercício deverão ser submetidos à apreciação e aprovação dos sócios até 31 de Março do ano seguinte àquele a que dizem respeito.

3. Os livros e registos contabilísticos deverão ser mantidos na sede social e colocados à disposição do sócio que os quiser consultar, nos termos da lei.

ARTIGO 17.º
(Dissolução e liquidação)

1. A sociedade dissolve-se nos casos legalmente previstos ou por acordo dos sócios e para a sua liquidação todos os sócios ficam, desde já, designados liquidatários, devendo a liquidação e respectiva partilha ser efectuada de acordo com o que for deliberado em Assembleia Geral.

2. Na falta de acordo dos sócios, será o activo social licitado em bloco, com a obrigação de pagamento do passivo, adjudicando-se ao sócio que melhor preço oferecer.

ARTIGO 18.º
(Mandatos e reeleição)

1. Os membros dos órgãos sociais são eleitos por um período de três anos, sendo permitida a reeleição, por uma ou mais vezes.

2. Os membros dos órgãos sociais consideram-se empossados logo que eleitos, sem dependência de quaisquer outras formalidades.

3. Findos os respectivos mandatos, os membros dos órgãos sociais permanecerão em funções até à sua efectiva substituição, independentemente do prazo por que tiverem sido designados.

ARTIGO 19.º
(Lei e foro aplicáveis)

1. O presente pacto social rege-se pela lei angolana.

2. Para todas as questões emergentes deste pacto social, quer entre os sócios ou seus representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro de Luanda, com renúncia expressa a qualquer outro.

ARTIGO 20.º
(Casos omissos)

Quanto ao não previsto neste pacto social aplicar-se-ão as normas legais aplicáveis e, em particular as disposições da Lei do Código Comercial, da Lei das Sociedades Comerciais, e legislação complementar.

ARTIGO 21.º
(Autorização)

As operações sociais poderão iniciar-se a partir de hoje, para o que a Gerência fica desde já autorizada a celebrar quaisquer negócios jurídicos em nome da sociedade, permitindo-se-lhe, ainda, o levantamento do depósito das entradas para a aquisição de equipamento, material e acessórios em geral, necessários ao arranque da sua actividade.

(14-17946-L02)

**UTATE — Consultoria, Projectos
e Fiscalização, Limitada**

Certifico que, por escritura de 27 de Agosto de 2014, lavrada com início a folhas 53, do livro de notas para escrituras diversas n.º 368, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Primeiro: — Eliete Tatiana Neiva Poças, solteira, maior, natural de Benguela, Província de Benguela, onde reside habitualmente, no Município de Benguela, Bairro de Benguela, Rua José Estevão, Prédio 82, 1.º andar esquerdo;

Segundo: — Elizandro José Lemos de Lucas, casado com Britti Cláudia Pedro Tandela de Lucas, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural do Luena, Província do Moxico, residente habitualmente em Luanda, no Distrito Urbano do Sambizanga, Bairro São Paulo, Rua Cristiano Santos, Casa n.º 122;

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, aos 28 de Agosto de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

PACTO SOCIAL
UTATE — CONSULTORIA, PROJECTOS
E FISCALIZAÇÃO, LIMITADA

CAPÍTULO I

Denominação, Duração, Sede e Objecto Social

ARTIGO 1.º
(Tipo social e denominação)

1. A sociedade é constituída sob a forma de sociedade comercial por quotas.

2. A sociedade adopta a denominação de «UTATE — Consultoria, Projectos e Fiscalização, Limitada».

ARTIGO 2.º
(Duração)

A sociedade durará por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todo os efeitos legais, a partir da data da celebração da presente escritura.

ARTIGO 3.º
(Sede e formas locais de representação)

1. A sociedade tem a sua sede na Rua da Pracinha, n.º 28 QS, Morro Bento II, Município de Belas, Província de Luanda.

2. A sede social pode ser transferida para outro local dentro do território angolano, por decisão ou deliberação da gerência.

3. A gerência pode deliberar a abertura ou encerramento de filiais, sucursais, delegações, estabelecimentos ou quaisquer outras formas de representação da sociedade, no território nacional ou no estrangeiro, após aprovação dos sócios.

ARTIGO 4.º
(Objecto social)

1. A sociedade tem por objecto a prestação de serviços de fiscalização de obras, execução de projectos de arquitectura e engenharia, comércio de equipamentos e soluções relacionados com todas as áreas de engenharia, importação, exportação, representação, distribuição de todos os equipamentos, materiais e acessórios correlacionados, actividade de consultoria, serviços de manutenção e prestação de serviços nas diversas áreas de engenharia, arquitectura, urbanismo, ambiente e construção.

2. A sociedade pode igualmente adquirir participações em sociedades com objecto social diferente do seu, mesmo que reguladas por leis especiais, ou participar em agrupamentos complementares de empresas, agrupamentos europeus de interesse económico, consórcios ou quaisquer tipo de associação, temporária ou permanente, de direito angolano ou estrangeiro, após aprovação dos sócios.

CAPÍTULO II
Capital Social

ARTIGO 5.º
(Capital social)

1. O capital social, integralmente subscrito e realizado em dinheiro, expresso em moeda nacional, é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas) e é representado por duas quotas: uma

no valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas), pertencente à sócia Eliete Tatiana Neiva Poças e outra no valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas) pertencente ao sócio Elizandro José Lemos de Lucas.

2. Os sócios poderão fazer suprimentos à sociedade, nos termos e condições que forem acordados e reduzidos a escrito no respectivo contrato de suprimentos.

ARTIGO 6.º
(Cessão de quotas)

1. As quotas poder-se-ão transmitir:

- a) Por cessão em vivos;
- b) Por transmissão aos sucessores no caso de falecimento do sócio.

2. É livre a cessão de quotas entre os sócios e entre estes e os cônjuges, ascendentes ou descendentes.

3. A transmissão de quotas a terceiros (estranhos à sociedade), está sujeita ao consentimento da sociedade.

CAPÍTULO III
Deliberações dos Sócios e Gerência

ARTIGO 7.º
(Assembleias Gerais)

1. As Assembleias Gerais serão convocadas por qualquer gerente, por sua iniciativa ou a pedido de qualquer um dos sócios.

2. Salvo nos casos em que a lei exija outras formalidades ou estabeleça um prazo mais longo, as Assembleias Gerais serão convocadas por meio de carta protocolada ou registada, expedida com a antecedência mínima de 15 dias e com a indicação expressa da ordem dos trabalhos.

3. Os sócios poder-se-ão fazer representar nas assembleias por quem entenderem, devendo a representação ser acreditada por meio de uma simples carta dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Sociedade.

ARTIGO 8.º
(Deliberações dos sócios)

Não obstante as disposições estabelecidas por lei, as seguintes matérias serão sujeitas a decisão pela totalidade dos sócios:

- a) A chamada e a restituição de prestações complementares;
- b) A destituição dos gerentes e de membros do órgão de fiscalização;
- c) A aprovação do relatório de gestão e das contas do exercício, a atribuição de lucros e o tratamento dos prejuízos;
- d) A exoneração de responsabilidade dos gerentes e dos membros do órgão de fiscalização;
- e) A proposição de acções pela sociedade contra gerentes e sócios, bem como a transacção de desistência nessas acções;
- f) A alteração do contrato de sociedade;

g) A fusão, cisão, transformação e dissolução da sociedade e o regresso da sociedade dissolvida a actividade;

h) A designação dos gerentes;

i) A designação dos membros do órgão de fiscalização;

j) A alienação ou oneração de bens imóveis, locação de estabelecimento;

k) A subscrição ou aquisição de participações noutras sociedades e a sua alienação ou oneração.

ARTIGO 9.º
(Gerência)

1. A gerência compete a um ou mais gerentes eleitos em Assembleia Geral, os quais não auferirão qualquer remuneração pelo desempenho das suas funções na sociedade e encontram-se dispensados da prestação de caução, salvo deliberação em contrário pela Assembleia Geral.

2. As reuniões de gerentes são convocadas por iniciativa de qualquer um dos gerentes, por meio de carta protocolada ou registada, expedida com a antecedência mínima de 5 dias a contar da data de recepção. O aviso convocatório poderá também ser enviado por fax, sendo que neste caso a confirmação deverá, de igual modo, ser feita por fax. O aviso convocatório deverá fazer referência à ordem do dia e especificar os assuntos a discutir.

3. Os gerentes poderão fazer-se representar nas reuniões de gerentes por outro gerente, devendo a representação ser acreditada por meio de uma declaração feita pelo gerente representado, devendo nessa declaração ser indicado o nome do representante e a data da respectiva reunião de gerentes.

4. Devem as deliberações ser tomadas por maioria de votos dos gerentes presentes ou representados na reunião.

5. A sociedade poderá delegar em terceiros poderes para a prática de determinados actos ou categorias de actos, de acordo com as respectivas procurações.

6. Fica desde já nomeada como gerente a sócia Eliete Tatiana Neiva Poças.

ARTIGO 10.º
(Vinculação da sociedade)

A sociedade obriga-se pela:

- a) Assinatura da gerente;
- b) Assinatura de um ou mais procuradores, de acordo com os poderes que vierem a constar da respectiva procuração.

CAPÍTULO IV
Disposições Gerais e Transitórias

ARTIGO 11.º
(Emissão de obrigações)

A sociedade poderá emitir obrigações nos termos da lei.

ARTIGO 12.º
(Lucros)

1. Os lucros distribuíveis terão a aplicação que for deliberada em Assembleia Geral.

2. Nos termos e dentro dos limites legalmente estabelecidos, poderão ser feitos adiantamentos aos sócios sobre os lucros no decurso do exercício. Os adiantamentos referidos deverão ser autorizados por todos os sócios.

ARTIGO 13.º
(Exercício anual)

1. O exercício contabilístico anual da sociedade decorre de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de cada ano civil.

2. No respeito pelos condicionalismos legais, o exercício fiscal anual da sociedade coincidirá com o respectivo exercício contabilístico.

ARTIGO 14.º
(Dissolução e liquidação)

1. A Assembleia Geral poderá deliberar a dissolução da sociedade.

2. Caso a sociedade seja dissolvida, os gerentes serão designados liquidatários da sociedade dissolvida, salvo nos casos em que a Assembleia Geral designe outras pessoas para o efeito.

3. As disposições deste pacto social deverão manter-se em vigor durante a liquidação, no máximo alcance possível.

4. Após o pagamento das dívidas, o activo restante será pago aos sócios na proporção do valor nominal acumulado das suas quotas.

5. Após a extinção da sociedade, os livros, arquivos e demais documentos da sociedade ficarão à guarda de pessoa designada em Assembleia Geral para esse efeito.

ARTIGO 15.º
(Omissões)

No omissio regularão as deliberações sociais, as disposições de Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais e demais legislação aplicável.

(14-14016-L02)

JERDA — Prestação de Serviços, Limitada

Certifico que, por escritura de 27 de Agosto de 2014, lavrada com início a folhas 35, do livro de notas para escrituras diversas n.º 229-A, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Primeiro: — Daniel Liofilo Kongo, solteiro, maior, natural do Lobito, Província de Benguela, residente habitualmente em Luanda, no Distrito Urbano do Kilamba Kiaxi, Bairro Projecto Nova Vida, Rua Zona 20, casa s/n.º;

Segundo: — Germano Joaquim Chiequi Kussema, solteiro, maior, natural do Lobito, Província de Benguela, residente habitualmente em Luanda, no Distrito Urbano da Maianga, Bairro Alvalade, Rua Comandante Gika, Prédio n.º 1, 5.º andar, Apartamento 2;

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, aos 28 de Agosto de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTO DA SOCIEDADE JERDA — PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, LIMITADA

ARTIGO 1.º
(Denominação e sede)

A sociedade adopta a denominação social de «JERDA — Prestação de Serviços, Limitada», com sede social na Província de Luanda, Avenida 21 de Janeiro, casa s/n.º, (próximo a PEP), Bairro Morro Bento, Distrito Urbano da Samba, Município de Luanda, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º
(Duração)

A sua duração é por tempo indeterminado contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da presente escritura.

ARTIGO 3.º
(Objecto)

A sociedade tem como objecto social comércio geral a grosso e a retalho, prestação de serviços, indústria, hotelaria e turismo, restauração, pescas, agro-pecuária, informática, telecomunicações, construção civil e obras públicas, fiscalização de obras, saneamento básico, modas e confecções, transportes marítimo, aéreo e terrestres de passageiros ou de mercadorias, transitários, oficina-auto, salão de cabeleireira, botequim, assistência técnica, comercialização de petróleo e lubrificantes, exploração de bombas de combustíveis, farmácia, centro médico, clínica geral, perfumaria, agência de viagens, promoção e mediação imobiliária, relações públicas, pastelaria e panificação, exploração de parques de diversões, realização de espectáculos culturais, recreativos e desportivos, exploração mineira e florestal, estação de serviços, representações comerciais, serralharia, carpintaria, venda de alumínio e sua utilização, cultura e ensino geral, segurança de bens patrimoniais, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º
(Capital)

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas) integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por duas quotas iguais no valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas), cada uma pertencentes aos sócios Germano Joaquim Chiequi Kussema e Daniel Liofilo Kongo, respectivamente.

ARTIGO 5.º
(Cessão de quotas)

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito

de preferência deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º
(Gerência)

A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbem aos sócios, que ficam desde já nomeados gerentes, com dispensa de caução, sendo necessárias as duas assinatura para obrigar validamente a sociedade.

1. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

2. Os sócios-gerentes poderão delegar mesmo a pessoas estranhas a sociedade parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito o respectivo mandato.

ARTIGO 7.º
(Assembleia)

As Assembleias Gerais serão convocadas por simples cartas registadas dirigidas aos sócios com pelo menos 30 dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.º
(Divisão dos lucros)

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º
(Dissolução)

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o sobrevivente e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º
(Liquidação)

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha realizar-se-á como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender será o activo social lícitado em bloco com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º
(Preferência na amortização)

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º
(Foro competente)

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º
(Balanços)

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 14.º
(Omisso)

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais e demais legislação aplicável.

(14-14018-L02)

Corintis Oil, Limitada

Certifico que, por escritura de 21 de Outubro de 2014, lavrada com início a folhas 42 do livro de notas para escrituras diversas n.º 13-B, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa — ANIFIL, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, perante mim José Gregório Gonçalves, Notário-Adjunto, colocado no referido Cartório, compareceram como outorgantes;

Primeiro: — José António Artiaga André, solteiro, maior, natural de Caxito, Província do Bengo, residente habitualmente em Luanda, no Distrito Urbano da Samba, Bairro Morro Bento, casa s/n.º, Zona 3, titular do Bilhete de Identidade n.º 000037885B0028, emitido pela Direcção Nacional de Identificação Civil e Criminal aos 13 de Dezembro de 2010;

Segundo: — Pedro Manuel António, solteiro, maior, natural da Maianga, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito Urbano da Maianga, Bairro Prenda, Rua 212, Casa n.º 164, Zona 6, titular do Bilhete de Identidade n.º 000047894LA014, emitido pela Direcção Nacional de Identificação Civil e Criminal aos 9 de Junho de 2011.

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa — ANIFIL, em Luanda, 21 de Outubro de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

**ESTATUTOS DA SOCIEDADE
CORINTIS OIL, LIMITADA**

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação de «Corintis Oil, Limitada», com sede social na Província e Município de

Luanda, Distrito Urbano e Bairro da Ingombota, Rua Major Kanhangulo, n.º 145/147, 1.º andar, apartamento n.º 7, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da presente escritura.

ARTIGO 3.º

A sociedade tem como objecto social comercialização de combustíveis, lubrificantes e seus derivados, exploração de bombas de combustíveis e estação de serviço, refinação, transporte de combustíveis, gestão de empreendimentos, higiene e limpeza, consultoria, comércio geral a grosso e a retalho, prestação de serviços, hotelaria e turismo e similares, indústria, agro-pecuária, pesca, informática, telecomunicações, publicidade, construção civil e obras públicas, exploração mineira e florestal, comercialização de telefones e seus acessórios, transporte marítimo, camionagem, agente despachante e transitários, cabotagem, *rent-a-car*, compra e venda de viaturas, novas ou usadas e seus acessórios, reparação de veículos automóveis, concessionária de material e peças separadas de transporte, fabricação de blocos e vigotas, comercialização de medicamentos, material cirúrgico, gastável e hospitalar, produtos químicos e farmacêuticos, centro médico, clínica, perfumaria, plastificação de documentos, venda de material de escritório e escolar, decorações, serigrafia, padaria, geladaria, pastelaria, boutique, representações, impressões, salão de cabeleireiro, agência de viagens, promoção e mediação, imobiliária, relações públicas, representações comerciais e industriais, venda de gás de cozinha, desporto e recreação, video clube, discoteca, realizações de actividades culturais e desportivas, manutenção de espaços verdes, segurança de bens patrimoniais, colégio, creche, educação e cultura, escola de condução, ensino, saneamento básico, jardinagem, limpeza, desinfestação, fabricação e venda de gelo, *cyber café*, electricidade, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 2 (duas) quotas, sendo 1 (uma) quota no valor nominal de Kz: 51.000,00 (cinquenta e um mil kwanzas), pertencente ao sócio José António Artiaga André e outra quota no valor nominal de Kz: 49.000,00 (quarenta e nove mil kwanzas), pertencente ao sócio Pedro Manuel António, respectivamente.

ARTIGO 5.º

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade à qual é sempre reservado o direito

de preferência deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º

1. A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbem ao sócio José António Artiaga André, que fica desde já nomeado gerente sendo necessária a assinatura do gerente e a do sócio Pedro Manuel António, para obrigar validamente a sociedade.

2: Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como, letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

ARTIGO 7.º

A Assembleia Geral será convocada por simples cartas registadas dirigidas aos sócios com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência, isto quando a Lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o sobrevivente e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha verificar-se-ão como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender será o activo social lícitado em globo com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 14.º

No omissão regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro que é a Lei das Sociedades Comerciais e demais legislação aplicável.

(14- 17534-L03)

Vences-Família, Limitada

Certifico que, por escritura de 22 de Outubro de 2014, lavrada com início a folhas 90, do livro de notas para escrituras diversas n.º 229-A, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Primeiro: — Venceslau Muinga André Francisco, solteiro, maior, natural da Ingombota, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito Urbano do Kilamba Kiaxi, Bairro Centralidade do Kilamba, Rua K, Vau do Pembe Bc K-4;

Segundo: — Evalina de Barros Alexandre, solteira, maior, natural do Rangel, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito Urbano do Rangel, Bairro Neves Bendinha, Rua da Caconda, n.º 203, Zona 1;

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luandá, 23 de Outubro de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE VENCES-FAMÍLIA, LIMITADA

ARTIGO 1.º

(Denominação e sede)

A sociedade adopta a denominação de «Vences-Família, Limitada», com sede social na Província de Luanda, Município de Viana, Bairro do Zango IV, Casa n.º 91, Projecto da Juventude, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º

(Duração)

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da escritura.

ARTIGO 3.º

(Objecto)

A sociedade tem como objecto social o comércio geral a grosso e a retalho, consultoria, auditoria, prestação de serviços, indústria, hotelaria e turismo, restauração, pescas,

agro-pecuária, informática, telecomunicações, construção civil e obras públicas, fiscalização de obras, saneamento básico, modas e confecções, transportes marítimo, aéreo e terrestre de passageiros ou de mercadorias, transitários, oficina auto, salão de cabeleireiro, boutique, assistência técnica, comercialização de petróleo e lubrificantes, exploração de bombas de combustíveis, farmácia, centro médico, clínica geral, perfumaria, agência de viagens, promoção e mediação imobiliária, relações públicas, pastelaria e panificação, exploração de parques de diversões, realização de espectáculos culturais, recreativos e desportivos, exploração mineira e florestal, estação de serviços, representações comerciais, serralharia, carpintaria, venda de alumínio e sua utilização, cultura e ensino geral, formação profissional, segurança de bens patrimoniais, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo de comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º

(Capital)

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 2 (duas) quotas, sendo uma no valor nominal de Kz: 70.000,00 (setenta mil kwanzas), pertencente ao sócio Venceslau Muinga André Francisco, e outra quota no valor nominal de Kz: 30.000,00 (trinta mil kwanzas), pertencente à sócia Evalina de Barros Alexandre.

ARTIGO 5.º

(Cessão de quotas)

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º

(Gerência)

1. A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbe aos sócios Venceslau Muinga André Francisco e Evalina de Barros Alexandre, que ficam desde já nomeados gerentes, com dispensa de caução, bastando uma assinatura da gerência para obrigar validamente a sociedade.

2. Fica vedado aos gerentes obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

3. Os sócios-gerentes poderão delegar mesmo a pessoas estranhas à sociedade parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito o respectivo mandato.

ARTIGO 7.º

(Assembleia)

As Assembleias Gerais serão convocadas por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com pelo menos trinta (30) dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos

sócios estiver ausente da sede social, a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.º
(Divisão dos lucros)

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º
(Dissolução)

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o sobrevivente e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º
(Liquidação)

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios, e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha realizar-se-á como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender, será o activo social lícitado em bloco, com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º
(Preferência na amortização)

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º
(Foro competente)

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º
(Balanços)

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 14.º
(Ómisso)

No omissio regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais, e demais legislação aplicável.

(14-17860-A)

Multi, Limitada

Certifico que, por escritura de 22 de Outubro de 2014, lavrada com início a folhas 100, do livro de notas para escrituras diversas n.º 229-A, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Primeiro: — João Ngulu Simão, solteiro, maior, natural da Ingombota, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito Urbano da Maianga, Bairro Maianga;

Segundo: — António Raimundo dos Santos Lima, divorciado, natural de Feira de Santana, Brasil, de nacionalidade brasileira, residente habitualmente em Luanda, no Município da Samba, Bairro Talatona, Residencial Palancas Negras, Casa n.º 34E;

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, aos 23 de Outubro de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTO DA SOCIEDADE
MULTI, LIMITADA

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação social de «Multi, Limitada», com sede social na Província de Luanda, Via S-16, Condomínio Palancas Negras, n.º 30, Bairro Talatona, Município de Belas, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º

A sua duração é por tempo indeterminado contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da escritura.

ARTIGO 3.º

A sociedade tem como objecto social a formação, consultoria, assessoria técnica e fornecimento de equipamentos na área deducional para os diversos níveis de ensino, sobretudo para o ensino à distância e para o ensino superior, fundamental, secundário, especial e técnico-profissional, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas) integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por duas quotas iguais no valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas) cada uma, pertencentes aos sócios António Raimundo dos Santos Lima e João Ngulu Simão, respectivamente.

ARTIGO 5.º

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º

1. A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbem aos sócios António Raimundo dos Santos Lima e João Ngulu Simão que ficam desde já nomeados gerentes, com dispensa de caução, bastando a assinatura dos gerentes para obrigar validamente a sociedade.

2. Os gerentes poderão delegar num dos sócios ou mesmo em pessoa estranha à sociedade parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito, o respectivo mandato.

3. Fica vedado aos gerentes obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como, letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

ARTIGO 7.º

A Assembleia Geral será convocada por simples cartas registadas dirigidas aos sócios com pelo menos 30 dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o sobrevivente e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha realizar-se-á como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender será o activo social lícitado em bloco com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º

Os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo estar aprovados até 31 de Março do ano imediato.

ARTIGO 14.º

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 15.º

No omissão regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais e demais legislação aplicável.

(14-17896-L02)

Chilorg, Limitada

Certifico que, por escritura de 24 de Outubro de 2014, lavrada com início a folhas 33, do livro de notas para escrituras diversas n.º 230-A, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Primeiro: — Josué Chiyanga Ulundo Chilundulo, casado com Augusta Chimbapo João Paulo Chilundulo, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural do Huambo, Província do Huambo, residente habitualmente em Luanda, no Município de Viana, Bairro Grafanil, Casa n.º 10;

Segundo: — Augusta Chimbapo João Paulo Chilundulo, casada com o primeiro outorgante, sob o regime acima mencionado, natural do Lobito, Província de Benguela, residente habitualmente em Luanda, no Município de Viana, Bairro Km 9, casa s/n.º;

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 27 de Outubro de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTO DA SOCIEDADE.
CHILORG, LIMITADA

ARTIGO 1.º
(Denominação e sede)

A sociedade adopta a denominação de «Chilorg, Limitada», com sede social na Província de Luanda, Rua do Comércio, Casa n.º 10, Bairro do Grafanil, Município de Viana, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º
(Duração)

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da presente escritura.

ARTIGO 3.º
(Objecto)

A sociedade tem como objecto social a prestação de serviços, hotelaria e turismo, comércio geral, a grosso e a retalho, indústria, pescas, agro-pecuária, informática, telecomunicações, construção civil e obras públicas, fiscalização de obras, engenharia civil, consultoria, saneamento básico, compra e venda de móveis e imóveis, modas e confecções, transportes, marítimo, aéreo e terrestre de passageiros ou de mercadorias, transitários, oficina auto, salão de cabeleireira, botequim, assistência técnica, comercialização de petróleo e lubrificantes, exploração de bombas de combustíveis, farmácia, centro médico, clínica geral, perfumaria, agência de viagens, promoção e mediação imobiliária, relações públicas, pastelaria e panificação, exploração de parques de diversões, realização de espectáculos culturais, recreativos e desportivos, exploração mineira e florestal, estação de serviços, representações comerciais, serralharia, carpintaria, venda de alumínio e sua utilização, cultura e ensino geral, segurança de bens patrimoniais, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º
(Capital)

O capital social é de Kz 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 2 (duas) quotas, sendo uma quota no valor nominal de Kz: 70.000,00 (setenta mil kwanzas), pertencente ao sócio Josué Chiyanga Ulundo Chilundulo, e a outra quota no valor nominal de Kz: 30.000,00 (trinta mil kwanzas), pertencente à sócia Augusta Chimbapo João Paulo Chilundulo, respectivamente.

ARTIGO 5.º
(Cessão de quotas)

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º
(Gerência)

1. A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbem ao sócio, Josué Chiyanga Ulundo Chilundulo, que fica desde já nomeado gerente, com dispensa de caução, bastando a assinatura do gerente para obrigar validamente a sociedade.

2. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais

como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

3. O sócio-gerente poderá delegar mesmo a pessoas estranhas à sociedade parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito o respectivo mandato.

ARTIGO 7.º
(Assembleia)

As Assembleias Gerais serão convocadas por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.º
(Divisão dos lucros)

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º
(Dissolução)

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o sobrevivente e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º
(Liquidação)

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha realizar-se-á como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender, será o activo social lícitado em bloco com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º
(Preferência na amortização)

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º
(Foro competente)

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º
(Balanços)

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 14.º
(Omisso)

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais, e demais legislação aplicável.
(14-17939-L02)

Advanced Marketing Solutions, Limitada

Certifico que, por escritura de 24 de Outubro de 2014, lavrada com início a folhas 57, do livro de notas para escrituras diversas n.º 13-B, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, perante mim, Domingos Catenda, Primeiro Ajudante do Notário, foi constituída entre:

Primeiro: — Ricardo Manuel Ferreira Maura Correia da Silva, casado, com, Danielle Santos da Silva, sob regime de comunhão de adquiridos, natural Cascais-Portugal, mas de nacionalidade angolana residente habitualmente em Luanda, Distrito Urbano e Bairro de Ingombota, Rua Salvador Allende, n.º 28, Zona 4;

Segundo: — Ornella Bianca Carreiro Coelho, solteira, natural do Huambo, Província do Huambo, residente habitualmente em Luanda, Distrito Urbano e Bairro da Maianga, na Rua Kwamme Nkrumah, n.º 5, 2.º andar E;

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 27 de Outubro de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE
ADVANCED MARKETING SOLUTIONS, LIMITADA

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação de «Advanced Marketing Solutions, Limitada», com sede social na Província de Luanda, Município de Luanda, Distrito Urbano da Maianga, Bairro da Maianga, Rua Kwamme Nkrumah, n.º 5, 2.º E, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da presente escritura.

ARTIGO 3.º

A sociedade tem como objecto social o marketing e publicidade, comércio geral a grosso e a retalho, prestação de serviços, hotelaria e turismo e similares, indústria, agro-pecuária, pesca, informática, telecomunicações, publi-

cidade, construção civil e obras públicas, exploração mineira e florestal, comercialização de telefones e seus acessórios, transporte marítimo, camionagem, agente despachante e transitários, cabotagem, *rent-a-car*, compra e venda de viaturas, novas ou usadas e seus acessórios, reparação de veículos automóveis, concessionária de material e peças separadas de transporte, fabricação de blocos e vigotas, comercialização de combustíveis e lubrificantes, exploração de bombas de combustíveis e estação de serviço, comercialização de medicamentos, material cirúrgico, gastável e hospitalar, produtos químicos e farmacêuticos, centro médico, clínica, perfumaria, plastificação de documentos, venda de material de escritório e escolar, decorações, serigrafia, padaria, geladaria, pastelaria, botequim, representações, impressões, salão de cabeleireiro, agência de viagens, promoção e mediação imobiliária, relações públicas, representações comerciais e industriais, venda de gás de cozinha, desporto e recreação, vídeo clube, discoteca, realizações de actividades culturais e desportivas, manutenção de espaços verdes, segurança de bens patrimoniais, colégio, creche, educação e cultura, escola de condução; ensino, saneamento básico, jardinagem, limpeza, desinfestação, fabricação e venda de gelo, cyber café, electricidade, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 2 (duas) quotas iguais no valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas) cada uma, pertencentes aos sócios Ricardo Manuel Ferreira Moura Correia da Silva e Ornella Bianca Carreiro Coelho, respectivamente.

ARTIGO 5.º

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º

1. A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbem a ambos os sócios, que ficam desde já nomeados gerentes, bastando a assinatura de 1 (um) dos gerentes, para obrigar validamente a sociedade.

2. Fica vedado aos gerentes obrigarem a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

ARTIGO 7.º

A Assembleia Geral será convocada por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios

estiver ausente da sede social a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o sobrevivente e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha verificar-se-ão como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender será o activo social lícitado em globo com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 14.º

No omissis regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais, e demais legislação aplicável.

(14-18141-L03)

Grupo Mayowa Investment, Limitada

Certifico que, por escritura de 10 de Outubro de 2014, lavrada com início a folhas 57, do livro de notas para escrituras diversas n.º 12, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa — Nosso Centro, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Primeiro: — Micael Sita Simão André, solteiro, maior, natural de Maquela do Zombo, Província do Uíge, residente habitualmente na Província da Huíla, Município do Lubango, Bairro Comandante Dak Doy, casa s/n.º;

Segundo: — Lando André, solteiro, maior, natural de Maquela do Zombo, Província do Uíge, residente habitualmente em Luanda, Município de Luanda, Distrito Urbano do Kilamba Kiaxi, Bairro Sapu, Casa n.º 14, Zona 20;

Terceiro: — Nzuzi André, solteiro, maior, natural de Maquela do Zombo, Província do Uíge, residente habitualmente em Luanda, Município de Luanda, Distrito Urbano do Kilamba Kiaxi, Bairro Sapu, Rua Josefina Baquita, Casa s/n.º;

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa — Nosso Centro, em Luanda, 10 de Outubro de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE GRUPO MAYOWA INVESTIMENT, LIMITADA

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação de «Grupo Mayowa Investment, Limitada», com sede social na Província de Luanda, Município de Belas, Bairro Sapu, Rua Jacinto Chipa, Casa n.º 14, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data do seu registo.

ARTIGO 3.º

A sociedade tem como objecto social a prestação de serviços, montagem e reparação de frios, assistência técnica, comércio geral a grosso e a retalho, indústria, hotelaria e turismo, pescas, agro-pecuária, informática, telecomunicações, construção civil e obras públicas, compra e venda de móveis, modas e confecções, transportes marítimo, aéreo e terrestre, camionagem, transitários, *rent-a-car*, compra e venda de viaturas novas e de ocasião ou usadas, aluguer de viaturas com ou sem condutor, transportes de passageiros ou de mercadorias, oficina auto, venda de material de escritório e escolar, salão de cabeleireiro, botequim, assistência técnica, comercialização de petróleo e lubrificantes, farmácia, centro médico, clínica geral, perfumaria, agência de viagens, promoção e mediação imobiliária, relações públicas, pastelaria, panificação, geladaria, exploração de parques de diversões, realização de espectáculos culturais, recreativos

e desportivos, exploração mineira e florestal, exploração de bombas de combustíveis, estação de serviços, representações comerciais, serralharia, carpintaria, venda de alumínio e sua utilização, cultura e ensino geral, segurança de bens patrimoniais, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria, em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 2 (duas) quotas, quotas iguais no valor nominal de Kz: 35.000,00 (trinta e cinco mil kwanzas), cada, pertencentes aos sócios Micael Sita Simão André e Lando André, e outra quota no valor nominal de Kz: 30.000,00 (trinta mil kwanzas), pertencente ao sócio Nzuzi André.

ARTIGO 5.º

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º

1. A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbem à todos os sócios, que desde já ficam nomeados gerentes, com dispensa de caução, bastando as suas assinaturas para obrigar validamente a sociedade.

2. Os sócios-gerentes poderão delegar em pessoa estranha à sociedade todos ou parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito, o respectivo mandato.

3. Fica vedado aos gerentes obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

ARTIGO 7.º

As Assembleias Gerais serão convocadas por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com pelo menos 30 dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com os sobreviventes e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha realizar-se-ão como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender, será o activo social lícitado em bloco com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 14.º

No omissis regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, e demais legislação aplicável.

(14-18070-L15)

Serviço de Inovação Marítima de Angola, Limitada

Certifico que, por escritura de 24 de Outubro de 2014, lavrada com início a folhas 29, do livro de notas para escrituras diversas n.º 230-A, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Primeiro: — Fernando Rodrigues Coelho, casado com Severina Francisco Rodrigues Coelho, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural de Golungo Alto, Província do Kwanza-Norte, residente habitualmente em Luanda, no Distrito Urbano da Maianga, Bairro Maianga, Rua José do Nascimento;

Segundo: — Celso Ribeiro Coelho, solteiro, maior, natural do Lubango, Província da Huíla, residente habitualmente em Luanda, no Distrito Urbano da Ingombota, Bairro Ingombota, Calçada do Município n.º 32;

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 27 de Outubro de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

**ESTATUTOS DA SOCIEDADE
SERVIÇO DE INOVAÇÃO MARÍTIMA
DE ANGOLA, LIMITADA**

**ARTIGO 1.º
(Denominação)**

A sociedade adopta a denominação de «Serviço de Inovação Marítima de Angola, Limitada», com sede social na Província de Luanda, Bairro do Cruzeiro, no Largo da Guiné n.º 40, Distrito Urbano da Ingombota, Município de Luanda, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

**ARTIGO 2.º
(Duração)**

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da presente escritura.

**ARTIGO 3.º
(Objecto)**

A sociedade tem como objecto social o exercício de actividades ligadas ao comércio geral, indústria têxtil, indústria alimentar, agro-pecuária, prestação de serviços, gestão de participantes, indústria, gestão de empreendimentos, serviços de cabotagem marítima e fluvial, agenciamento marítimo, logística distribuição de lubrificantes e comercialização de derivados de petróleo de gás e lubrificantes, manutenção e prestação de serviços de equipamentos de combate de incêndios, manutenção e prestação de serviços de equipamentos de salva vidas, serviços de apoio logístico às embarcações, telecomunicações, importação e exportação, hotelaria e turismo, representações, shipping, fornecimento temporário de mão-de-obra em todas as áreas, podendo ainda dedicar-se a outras actividades comerciais ou industriais em que os sócios acordem com as limitações legais.

§Único: — mediante prévia deliberação dos sócios, fica permitida a participação da sociedade em agrupamentos complementares de empresas bem como em sociedades com os mesmos objectos sociais ou diferentes, ou inclusivamente como sociedade de responsabilidade limitada.

**ARTIGO 4.º
(Capital)**

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 2 (duas) quotas iguais no valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas), equivalente a 50% (cinquenta por cento) do capital social, cada uma, pertencentes aos sócios, Fernando Rodrigues Coelho e Celso Ribeiro Coelho, respectivamente.

**ARTIGO 5.º
(Cessão de quotas)**

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

**ARTIGO 6.º
(Gerência)**

1. A gerência e a administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, active e passivamente, incumbem ao sócio Celso Ribeiro Coelho, que fica desde já nomeado gerente, com dispensa de caução, bastando a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade.

2. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais, como letras, de favor, fiança, abonações, ou actos semelhantes.

3. O sócio-gerente poderá delegar mesmo a pessoas estranhas à sociedade parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito o respectivo mandato.

**ARTIGO 7.º
(Assembleia)**

As Assembleias Gerais serão convocadas por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social, a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

**ARTIGO 8.º
(Divisão dos lucros)**

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

**ARTIGO 9.º
(Dissolução)**

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o sobrevivente e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

**ARTIGO 10.º
(Liquidação)**

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha realizar-se-á como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender, será o activo social lícitado em bloco com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

**ARTIGO 11.º
(Preferência na amortização)**

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º
(Foro competente)

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º
(Balanços)

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 14.º
(Omisso)

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais, e demais legislação aplicável.

(14-17940-L02)

Jotonb (SU), Limitada

Bárbara Celeste Ferreira Gamboa, Conservadora-Adjunta da Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa.

Certifico que, Joaquim Tongue Bongue, solteiro, maior, natural do Cazenga, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Município de Viana, Bairro Km 9, Casa s/n.º, constituiu uma sociedade unipessoal por quotas denominada «Jotonb (SU), Limitada», registada sob o n.º 3.968/14, que se vai reger pelo disposto no documento em anexo.

Está conforme.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 27 de Outubro de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTO DA SOCIEDADE
JOTONB (SU), LIMITADA

ARTIGO 1.º
(Denominação e sede)

A sociedade adopta a denominação de «Jotonb (SU), Limitada», com sede social na Província de Luanda, Município de Viana, Rua s/n.º, Casa n.º 325, Bairro Km 9, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º
(Duração)

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir do respectivo registo.

ARTIGO 3.º
(Objecto)

A sociedade tem como objecto social a comercialização de viaturas novas e de ocasião e seus acessórios, conces-

sionária automóvel e suas representações, importação e exportação, prestação de serviços, serviços de táxi, assistência técnica e diagnósticos para viaturas, indústria, gestão de participações, comércio geral, a grosso e a retalho, informática e serviços conexos, telecomunicações, publicidade, construção civil e obras públicas, comercialização de telefones e seus acessórios, reparação de veículos automóveis, material cirúrgico, gastável e hospitalar, produtos químicos e farmacêuticos, centro médico, clínica, perfumaria, hotelaria e turismo, *rent-a-car*, agência de viagens, promoção e mediação imobiliária, relações públicas, representações comerciais e industriais, venda de gás de cozinha, desporto e recreação, vídeo clube, discoteca, realizações de actividades culturais e desportivas, manutenção de espaços verdes, segurança de bens patrimoniais, colégio, creche, educação e cultura, escola de condução, ensino, saneamento básico, jardinagem, limpeza, desinfestação, fabricação e venda de gelo, cyber café, electricidade, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º
(Capital)

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro representado por uma quota no valor nominal de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), pertencente ao sócio-único Joaquim Tongue Bongue.

ARTIGO 5.º
(Cessão de quotas)

A cessão da quota implica a saída do sócio cedente ou a transformação da mesma em sociedade pluripessoal.

ARTIGO 6.º
(Gerência)

A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbem ao sócio-único, bastando a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade.

1. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

2. O sócio-único poderá nomear pessoa estranha à sociedade para assumir as funções de gerência.

ARTIGO 7.º
(Decisões)

As decisões do sócio-único de natureza igual às deliberações da Assembleia Geral deverão ser registadas em acta por ele assinadas e mantidas em livro de actas.

ARTIGO 8.º
(Dissolução)

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento do sócio-único, continuando a sua existência com os herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 9.º
(Liquidação)

A liquidação da sociedade far-se-á nos termos da Lei das Sociedades Comerciais.

ARTIGO 10.º
(Balanços)

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 11.º
(Omisso)

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 19/12, de 11 de Junho e ainda as disposições da Lei das Sociedades Comerciais, n.º 1/04, de 13 de Fevereiro.
(14-17941-L02)

Quéren-Hapuque, Limitada

Certifico que, por escritura de 24 de Outubro de 2014, lavrada com início a folhas 31, do livro de notas para escrituras diversas n.º 230-A, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Còsta, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Primeiro: — Cecilia Fortunato Gama Dias dos Santos, casada com Hélder Manuel Bárber Dias dos Santos, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural da Maianga, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito Urbano da Maianga, Bairro Maianga, Rua Marien Ngouabi, n.º 24;

Segundo: — Crinilda Dofília Nicodemos Pinto Veloso, casada com Edson Jorge Mateus Veloso, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural da Ingombota, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito Urbano da Ingombota, Bairro Ingombota, Rua Américo Boavida, n.º 10;

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 27 de Outubro de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTO DA SOCIEDADE QUÉREN-HAPUQUE, LIMITADA

ARTIGO 1.º
(Denominação e sede)

A sociedade adopta a denominação de «Quéren-Hapuque, Limitada», com sede social na Província de Luanda, Rua Marien Ngouabi, Casa n.º 24, 3.º-C, Bairro da Maianga, Município de Luanda, Distrito Urbano da Maianga, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º
(Duração)

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da presente escritura.

ARTIGO 3.º
(Objecto)

A sociedade tem como objecto o comércio geral, a grosso e a retalho, prestação de serviços, preparação de noivas, decoração de interior e exterior, consultoria, auditoria, construção civil e obras públicas, fiscalização de obras, serralharia, carpintaria, produção e venda de caixilharia de alumínio, promoção e mediação imobiliária, informática, telecomunicações, electricidade, agro-pecuária, pescas, hotelaria, turismo, restauração, take-way, agência de viagens, transportes aéreo, marítimo e terrestre, transporte de passageiros ou de mercadorias, camionagem, transitários, despachante, *rent-a-car*, oficina auto, venda de material de escritório e escolar, salão de cabeleireiro, modas e confecções, botequim, centro médico, farmácia, material e equipamentos hospitalar, perfumaria, ourivesaria, relojoaria, pastelaria, panificação, geladaria, exploração de parques de diversões, realização de eventos culturais, recreativos e desportivos, exploração mineira e florestal, exploração de bombas de combustíveis ou estação de serviço, comercialização de petróleo e seus derivados, representações comerciais, ensino geral, a infantário, indústria, importação e exportação, podendo dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º
(Capital)

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 2(duas) quotas, sendo uma quota no valor nominal de Kz: 70.000,00 (setenta mil kwanzas), pertencente à sócia Cecilia Fortunato Gama Dias dos Santos, e a outra quota no valor nominal de Kz: 30.000,00 (trinta mil kwanzas), pertencente à sócia Crinilda Dofília Nicodemos Pinto Veloso, respectivamente.

ARTIGO 5.º
(Cessão de quotas)

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º
(Gerência)

1. A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbem à sócia Crinilda Dofília Nicodemos Pinto Veloso, que fica desde já nomeada gerente, com dispensa de caução, bastando a assinatura da gerente para obrigar validamente a sociedade.

2. A gerente poderá delegar mesmo em pessoa estranha à sociedade parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito o respectivo mandato.

3. Fica vedada à gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

ARTIGO 7.º
(Assembleia)

As Assembleias Gerais serão convocadas por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social, a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.º
(Divisão dos lucros)

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destino especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º
(Dissolução)

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o sobrevivente e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º
(Liquidação)

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha realizar-se-á como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender, será o activo social lícitado em bloco com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º
(Preferência na amortização)

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º
(Foro competente)

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º
(Balanços)

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 14.º
(Omisso)

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais, e demais legislação aplicável.
(14-17942-L02)

X-PAND, Limitada

Certifico que, por escritura de 24 de Outubro de 2014, lavrada com início a folhas 53, do livro de notas para escrituras diversas n.º 230-A, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Primeiro: — Marta Yonesa Fortunato Vidigal Kaputo, casada com Alfredo Manuel Varo Kaputo, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural de Ondjiva, Província de Cunene, residente habitualmente em Luanda, no Distrito Urbano da Ingombota, Bairro Azul, Rua Américo Júlio de Carvalho, Casa n.º 125, que outorga neste acto por si individualmente e em nome e representação de seus filhos menores, Marco Wefica Varo Kaputo, de 12 anos de idade e Eduardo Elau Varo Kaputo, de 8 anos de idade, ambos naturais de Londres, Reino Unido, mas de nacionalidade angolana e consigo conviventes;

Segundo: — Evanerson Leandro Raimundo Varo Kaputo, solteiro, maior, natural do Rangel, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito Urbano da Ingombota, Bairro Azul, Rua Américo Júlio de Carvalho, Casa n.º 125;

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 27 de Outubro de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTO DA SOCIEDADE
X-PAND, LIMITADA

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação social de «X-PAND, Limitada», com sede social na Província de Luanda, Rua Cirilo da Conceição, Casa n.º 23, Bairro Ingombota, Município de Luanda, Distrito Urbano da Ingombota, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da escritura.

ARTIGO 3.º

A sociedade tem como objecto social a engenharia, comércio geral, a grosso e a retalho, prestação de serviços, consultoria, auditoria, construção civil e obras públicas, fiscalização de obras, serralharia, carpintaria, produção e venda de caixilharia de alumínio, promoção e mediação imobiliária, informática, telecomunicações, electricidade, agro-pecuária, pescas, hotelaria, turismo, agência de viagens, transportes aéreo, marítimo e terrestre, transporte de passageiros ou de mercadorias, camionagem, transitários, despachante, *rent-a-car*, oficina auto, venda de material de escritório e escolar, salão de cabeleireiro, modas e confecções, botequim, centro médico, farmácia, material e equipamentos hospitalar, perfumaria, ourivesaria, relojoaria, agência de viagens, pastelaria, panificação, geladaria, exploração de parques de diversões, realização de eventos culturais, recreativos e desportivos, exploração mineira e florestal, exploração de bombas de combustíveis ou estação de serviço, comercialização de petróleo e seus derivados, representações comerciais, prestações de serviços, ensino geral, infantário, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 4 (quatro) quotas, iguais no valor nominal de Kz: 25.000,00 (vinte e cinco mil kwanzas), cada uma, pertencentes aos sócios Evanerson Leandro Raimundo Varo Kaputu, Marta Yonesa Fortunato Vidigal Caputo, Marco Wefica Varo Kaputo e Eduardo Elau Varo Kaputu, respectivamente.

ARTIGO 5.º

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º

1. A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbem ao sócio Evanerson Leandro Raimundo Varo Kaputu, que fica desde já nomeado gerente, com dispensa de caução, bastando a assinatura do gerente para obrigar validamente a sociedade.

2. O gerente poderá delegar num dos sócios ou mesmo em pessoa estranha à sociedade parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito o respectivo mandato.

3. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

ARTIGO 7.º

A Assembleia Geral será convocada por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com pelo menos 30 (trinta)

dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social, a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o sobrevivente e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha realizar-se-á como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender, será o activo social licitado em bloco com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º

Os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo estar aprovado até 31 de Março do ano imediato.

ARTIGO 14.º

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 15.º

No omissis regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais, e demais legislação aplicável.

(14-17943-L02)

Alsios, Limitada

Certifico que, por escritura de 15 de Outubro de 2014, lavrada com início a folhas 63, do Livro de Notas para Escrituras Diversas número 228A, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Primeiro: — Sílvio Loureiro Rodrigues Coelho, casado com Aida Carmes João Campos Rodrigues Coelho, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural do Rangel, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Município de Viana, Bairro Zango, Zona 2, Bloco 4 Prédio, Apartamento 1108;

Segundo: — Alfredo Madureira Chitele, solteiro, maior, natural do Cazenga, Província de Luanda, onde reside habitualmente no Município de Viana, Bairro Grafanil, Casa n.º 10, Q 6, Zona 18;

Terceiro: — Osvaldo Abel Cordeiro, casado com Helena Marisa Ramos Lobato Pires Cordeiro, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural do Sambizanga, Província de Luanda, onde reside habitualmente no Município de Belas, Centralidade do Kilamba, Edifício Y 13, 4.º Andar, Apartamento 44;

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 27 de Outubro de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTO DA SOCIEDADE ALSIOS, LIMITADA

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação social de «Alsios, Limitada», com sede social na Província de Luanda, na Avenida 4 de Fevereiro, Prédio n.º 87, Apartamento 12 rés-do-chão, Bairro Ingombota, Município de Luanda, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da presente escritura.

ARTIGO 3.º

A sociedade tem como objecto social o comércio geral, a grosso e a retalho, agência de viagens, hotelaria e turismo, prestação de serviços, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 300.000,00 (trezentos mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 3 (três) quotas iguais no valor nominal de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), cada uma, pertencentes aos sócios Sílvio Loureiro Rodrigues Coelho, Alfredo Madureira Chitele e Osvaldo Abel Cordeiro, respectivamente.

ARTIGO 5.º

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º

1. A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbem aos sócios, que ficam desde já nomeados gerentes, com dispensa de caução, bastando a assinatura de um dos 3 (três) para obrigar validamente a sociedade.

2. Ficam vedados aos gerentes obrigarem a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

ARTIGO 7.º

As Assembleias Gerais serão convocadas por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social, a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o sobrevivente e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha realizar-se-á como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender, será o activo social licitado em bloco com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 14.º

No omissão regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais, e demais legislação aplicável.

(14-17944-L02)

Clínica Rafa Luzolo, Limitada

Certifico que, por escritura de 9 de Outubro de 2014, lavrada com início a folhas 48, do livro de notas para escrituras diversas n.º 12, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa — Nosso Centro, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Primeira: — Maria Gamba Janota Cintra, casada com Zoe Laborde Cintra, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural de Cabinda, residente habitualmente em Luanda, Distrito Urbano da Ingombota, Bairro Maculusso, Rua Fernão de Sousa n.º 15;

Segunda: — Ana Maria Janota Ferreira, solteira, maior, natural de Cabinda, Província de Cabinda, residente em Luanda, no Distrito Urbano da Ingombota, Bairro Maculusso, Rua Fernando de Sousa, Casa n.º 15, que outorga neste acto como mandatária de Madalena Filomena Ferreira Kanzóvia, casada com Viviani Paulo Kanzóvia, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural da Ingombota, Província de Luanda, residente habitualmente, no Município de Belas, Bairro Projecto Nova Vida, Rua 46, Bloco E 70, 2.º 12;

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa — Nosso Centro, em Luanda, 9 de Outubro de 2014. — O ajudante, ilegível.

**PACTO SOCIAL DA SOCIEDADE POR QUOTAS
CLÍNICA RAFA LUZOLO, LIMITADA**

ARTIGO 1.º

1. A sociedade adopta a natureza jurídica de sociedade por quotas e a denominação social de «Clínica Rafa Luzolo, Limitada».

2. A sociedade durará por tempo indeterminado, e terá a sua sede em Luanda, Município de Belas, Comuna do Camama, Bairro Nzinga Mbandi, rua n.º 1, podendo esta ser transferida para outra localidade dentro do território nacional, por deliberação da Assembleia-Geral.

ARTIGO 2.º

1. A sociedade poderá, por simples deliberação da gerência, estabelecer delegações, filiais, sucursais, agências ou

outras formas de representação, no País ou estrangeiro, nos termos da legislação aplicável.

2. A gerência fica desde já autorizada a subscrever, em nome da sociedade, participações sociais noutras sociedades, anónimas ou por quotas e com elas se coligar sob a forma de relação de participação ou em relação de grupo nos termos dos artigos 463.º e seguintes da Lei das Sociedades Comerciais.

3. Os sócios poderão celebrar entre si acordos parassociais, com respeito pelo disposto no artigo 19.º da Lei das Sociedades Comerciais.

ARTIGO 3.º

1. A sociedade tem como objecto actividades de saúde humana, a prestação de serviços clínicos e hospitalares, a prestação de cuidados da saúde, o diagnóstico e tratamento clínico das diversas patologias, atendimento médico hospitalar, ambulatória e domiciliar, exames em geral, a comercialização de bens, consumíveis e equipamentos hospitalares, a produção e comercialização de medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, o desenvolvimento de actividades de investigação, formação e ensino a nível médico hospitalar, bem como o comércio geral a grosso e a retalho, a indústria e agricultura, cultura e ensino geral, a importação e exportação, sem prejuízo do exercício de outras actividades, desde que deliberadas pelos sócios e permitidas por lei.

2. A sociedade poderá associar-se ou participar no capital de sociedades que prossigam objectos sociais diferentes do seu, em consórcios ou agrupamentos complementares de empresas, mediante deliberação dos sócios tomada por maioria dos votos representativos do capital social.

ARTIGO 4.º

1. O capital social é de Kz:100.000,00 (cem mil kwanzas), equivalentes a USD 1.000,00 (mil dólares americanos), integralmente subscrito e realizado pelos sócios.

2. O capital social é nas seguintes proporções, pertença de:

- a) Maria Gamba Janota Cintra, com uma quota de Kz: 60.000,00 (sessenta mil kwanzas), equivalente a 60% (por cento) do capital social correspondente, a USD 600,00 (seiscentos dólares americanos);
- b) Madalena Filomena Ferreira Kanzóvia, com uma quota de Kz 40.000,00 (quarenta mil kwanzas), equivalente a 40% (por cento) do capital social correspondente, a USD 400,00 (quatrocentos dólares americanos).

3. A sociedade poderá nas condições que a lei o permita, adquirir quotas próprias e realizar sobre elas, todas as operações legalmente autorizadas.

4. Nos aumentos do capital social será sempre dada preferência aos actuais sócios.

ARTIGO 5.º

1. As quotas poderão transmitir-se:

- a) Por cessão em vivos;
- b) Por transmissão aos sucessores no caso de falecimento do sócio.

2. É livre a cessão de quotas entre os sócios e entre estes e os cônjuges, ascendentes ou descendentes.

3. A transmissão de quotas a estranhos está sujeita ao consentimento da sociedade.

ARTIGO 6.º

1. Os sócios poderão efectuar suprimentos à sociedade sempre que esta delibere nesse sentido por maioria qualificada de 2/3.

2. A Assembleia Geral fixará os juros, o prazo de reembolso e, eventualmente, as garantias não reais associadas ao cumprimento das obrigações que vierem a constar do contrato de suprimento a celebrar.

ARTIGO 7.º

(Conselho de Gerência)

1. A administração da sociedade será assegurada por um Conselho de Gerência composto por até 5 elementos, sendo um deles presidente, todos eleitos em Assembleia Geral, os quais estão dispensados de caução.

2. O mandato dos membros do Conselho de Gerência tem a duração de 3 anos e o número de mandatos exercidos sucessivamente não pode exceder o limite de quatro, sendo que se houver aumento do número de membros no decurso do mandato dos demais, o mandato dos assim eleitos durará até ao termo do mandato em curso, o mesmo se aplicando em caso de substituição.

3. A sociedade obriga-se, perante terceiros, pela assinatura conjunta de 2 (dois) membros do Conselho de Gerência, excepto em actos de gestão corrente.

4. Os actos que envolvam a aquisição ou alienação de bens móveis e imóveis ou quaisquer outros de natureza excepcional, como tal declarados pela Assembleia Geral, terão de ser praticados conjuntamente por 2 membros do Conselho de Gerência.

5. A Assembleia Geral poderá delegar poderes de direcção aos membros do Conselho de Gerência nas áreas administrativa, financeira, comercial, e de operações, as quais passarão a ser exercidas cumulativamente e por inerência, constituindo justa causa de exoneração do cargo de gerente a recusa ou o deficiente exercício de tais cargos de direcção.

6. Nas deliberações do Conselho de Gerência o Presidente tem voto de qualidade.

ARTIGO 8.º

(Representação)

1. A representação da sociedade em juízo ou fora dele é assegurada pelo Conselho de Gerência, a quem estão cometidos os mais amplos poderes de gerência, nos termos de artigo antecedente.

2. A sociedade poderá constituir mandatários conferindo-lhes poderes gerais ou específicos, os quais deverão ficar expressos no respectivo mandato.

ARTIGO 9.º

As assembleias gerais serão convocadas, quando a lei não prescreva outras formalidades, por meio de cartas registadas, dirigidas aos sócios com 15 dias de antecedência pelo menos. Se qualquer deles estiver ausente da sede social, a convocação deverá ser feita com a dilação suficiente para ele poder comparecer.

ARTIGO 10.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem legal para o fundo de reserva e quaisquer outras percentagens para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão distribuídos pelos sócios na proporção das suas quotas, bem como as perdas se as houver.

ARTIGO 11.º

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos previstos na lei, todos os sócios serão liquidatários e à liquidação e partilha dos bens sociais procederão como para elas acordarem. Na falta de acordo e se algum deles o pretender, será o activo social licitado em globo, com a obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer.

ARTIGO 12.º

Para todas as questões emergentes do presente contrato quer entre sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a sociedade, serão resolvidas amigavelmente e na falta de acordo das partes, num prazo razoável, as partes são livres de optar pela via que melhor se lhes ofereça, ficando estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º

No omissis regularão as deliberações sociais, a Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, e demais legislação aplicável.
(14-18069-L15)

Kilamba City Football Club, Limitada

Certifico que, por escritura de 24 de Outubro de 2014, lavrada com início a folhas 57, do livro de notas para escrituras diversas n.º 230-A, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Primeiro: — Dino da Cunha Mateus Paulo, solteiro, maior, natural da Ingombota, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito Urbano da Ingombota, Bairro Praia do Bispo, Rua Dr. António Agostinho Neto, Casa n.º 51;

Segundo: — Dilson Omar da Silva Alberto, solteiro, maior, natural do Huambo, Província do Huambo, residente habitualmente em Luanda, no Distrito Urbano da Maianga, Bairro Mártires de Kifangondo, Avenida Revolução de Outubro, Prédio n.º 46-A, rés-do-chão, Apartamento Esquerdo;

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 27 de Outubro de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTO DA SOCIEDADE KILAMBA CITY FOOTBALL CLUB, LIMITADA

ARTIGO 1.º (Denominação e sede)

A sociedade adopta a denominação de «Kilamba City Football Club, Limitada», com sede social na Província de Luanda, Rua Dr. António Agostinho Neto, Casa n.º 51, Zona 2, Bairro Praia do Bispo, Município de Luanda, Distrito Urbano da Ingombota, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º (Duração)

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da presente escritura.

ARTIGO 3.º (Objecto)

A sociedade tem como objecto o comércio geral, a grosso e a retalho, prestação de serviços, consultoria, auditoria, construção civil e obras públicas, fiscalização de obras, serralharia, carpintaria, produção e venda de caixilharia de alumínio, promoção e mediação imobiliária, informática, telecomunicações, electricidade, agro-pecuária, pescas, hotelaria, turismo, agência de viagens, transportes aéreo, marítimo e terrestre, transporte de passageiros ou de mercadorias, camionagem, transitários, despachante, *rent-a-car*, oficina auto, venda de material de escritório e escolar, salão de cabeleireiro, modas e confecções, botequim, centro médico, farmácia, material e equipamentos hospitalar, perfumaria, ourivesaria, relojoaria, agência de viagens, pastelaria, panificação, geladaria, exploração de parques de diversões, realização de eventos culturais, recreativos e desportivos, exploração mineira e florestal, exploração de bombas de combustíveis ou estação de serviço, comercialização de petróleo e seus derivados, representações comerciais, ensino geral, infantário, importação e exportação, podendo dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º (Capital)

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 2 (duas) quotas sendo uma no valor nominal de

Kz: 80.000,00 (oitenta mil kwanzas), pertencente ao sócio Dino da Cunha Mateus Paulo e outra quota no valor nominal de Kz: 20.000,00 (vinte mil kwanzas), pertencente ao sócio Dilson Omar da Silva Alberto, respectivamente.

ARTIGO 5.º (Cessão de quotas)

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º (Gerência)

1. A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbe ao sócio Dino da Cunha Mateus Paulo, que fica desde já nomeado gerente, com dispensa de caução, bastando a assinatura do gerente para obrigar validamente a sociedade.

2. O gerente poderá delegar mesmo em pessoa estranha à sociedade parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito o respectivo mandato.

3. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

ARTIGO 7.º (Assembleia)

As Assembleias Gerais serão convocadas por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social, a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.º (Divisão dos lucros)

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º (Dissolução)

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o sobrevivente e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º (Liquidação)

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha realizar-se-á como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender, será o activo social lícitado em bloco com obrigação do pagamento do passivo

e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º
(Preferência na amortização)

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º
(Foro competente)

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º
(Balanços)

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 14.º
(Omisso)

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais, e demais legislação aplicável.

(14-17945-L02)

Casa Comercial Gírosa e Serviços, Limitada

Certifico que, de folha 17 a 18 do livro de notas para escrituras diversas n.º 16.ª, 2.ª série, do 3.º Cartório da Comarca de Luanda, a cargo da Notária, Maria de Fátima dos Santos de Pina, se encontra lavrada a escritura do teor seguinte:

Constituição a sociedade «Casa Comercial Gírosa e Serviços, Limitada».

No dia 10 de Março de 2011, em Luanda e no 3.º Cartório Notarial desta Comarca, perante mim Maria de Fátima dos Santos de Pina, Notária do mesmo Cartório, compareceram como outorgantes:

Primeiro: — Nunes Jirão, solteiro, maior, natural de Alto Cauale, Província do Uíge, residente habitualmente em Luanda, no Bairro Zango, Rua G, Casa n.º 18 Q-F, Município de Viana, titular do Bilhete de Identidade n.º 000115310UE035, emitido pela Direcção Nacional de Identificação de Luanda, aos 17 de Julho de 2007;

Segundo: — Rosa da Silva Ribeiro, solteira, natural do Kwanza-Sul, Província do Kwanza-Sul, residente habitualmente em Luanda, no Bairro Zango, Rua G, Casa n.º 18, Q-F, Município de Viana, titular do Bilhete de Identidade n.º 002255114KS033, emitido pela Direcção Nacional de Identificação de Luanda, aos 3 de Fevereiro de 2011;

E por eles foi dito:

Que, pela presente escritura, constituem entre si uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, denominada «Casa Comercial Gírosa e Serviços, Limitada», tem a

sua sede em Luanda, Bairro 30 Km 28, Rua Direita do 30, Casa n.º 78, Município de Viana, com capital social de Kz: 120.000,00 (cento e vinte mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por duas quotas, sendo uma do valor nominal Kz: 80.000,00 (oitenta mil kwanzas), pertencendo ao sócio Nunes Jirão, uma do valor nominal de Kz: 40.000,00 (quarenta mil kwanzas), pertencente à sócia Rosa da Silva Ribeiro.

Que a referida sociedade tem por objectivo social o previsto no artigo 3.º do seu estatuto e reger-se-á pelos artigos constantes do documento complementar elaborado nos termos do n.º 2 do artigo 55.º da Lei da Simplificação e Modernização dos Registos Predial, Comercial e Serviços Notarial, que se fica a fazer parte integrante desta escritura e que os outorgantes declararam ter lido, tendo pleno conhecimento do seu conteúdo, pelo que é dispensada a sua leitura.

Assim o disseram e outorgaram.

Arquivo os seguintes documentos:

- Documento complementar a que atrás se faz alusão;
- Certificado de admissibilidade, emitido pelo Ficheiro Central de Denominações Sociais em Luanda, aos 10 de Março de 2011;
- Comprovativo do depósito do capital social.

Foi feita aos outorgantes em voz alta e na presença simultânea de todos, a leitura desta escritura, a explicação do seu conteúdo e a advertência da obrigatoriedade do registo deste acto no prazo de noventa dias a contar de hoje.

Assinados:- Nunes Jirão e de Rosa da Silva Ribeiro. - A Notária, Maria de Fátima dos Santos de Pina.

É certidão que fiz extrair e vai conforme o original a que me reporto.

3.º Cartório da Comarca de Luanda, em Luanda, aos 25 de Maio de 2011. — A Notária-Adjunta, *Isabel Vieira Lopes Marques Airoso*.

ESTATUTO DA SOCIEDADE
CASA COMERCIAL GIROSA E SERVIÇOS, LIMITADA

ARTIGO 1.º

A Sociedade adopta a denominação de «Casa Comercial Gírosa e Serviços, Limitada», tem a sua sede em Luanda, no Bairro 30, Km 28, Rua Direita do 30, Casa n.º 78, Município de Viana, podendo abrir filiais, sucursais, agendas ou qualquer outra forma de representação em território nacional e onde mais convenha aos negócios sociais.

ARTIGO 2.º

A sua duração é por tempo indeterminado, contando o seu início para todos efeitos legais a partir desta data.

ARTIGO 3.º

O seu objectivo social é o exercício de comércio geral a grosso e retalho, importação e exportação, exploração de recursos florestais e minerais, agricultura, pecuária, indústria

de hotelaria e turismo, farmácia, investimentos sanitários, comercialização de combustíveis, e materiais de construção civil, exportação de café, transporte de passageiros e de mercadorias, estudos e elaboração de projectos, segurança civil, importação de produtos farmacêuticos, construção civil, pré-fabricados, obras públicas, electrodomésticos, agência aduaneira e de viagens, pescas, consultorias de obras públicas, distribuição e comercialização, prestação de serviço, comunicação, agência funerária e educação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º

O capital da sociedade é de Kz: 120.000,00 (cento e vinte mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado em duas quotas, sendo uma do valor nominal de Kz: 80.000,00 pertencente ao sócio Nunes Jirão, uma quota no valor de Kz: 40.000,00 pertencente à sócia Rosa da Silva Ribeiro.

ARTIGO 5.º

Não serão exigíveis prestações suplementares de capital, mas os sócios poderão fazer à sociedade os suprimentos de que ela carecer, mediante juros e nas condições que estipularem.

ARTIGO 6.º

A cessão de quotas entre os sócios é livre, mas quanto feita a estranhos, fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios de sociedade dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 7.º

1. A gerência e administração da sociedade em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, serão exercidas pelo sócio Nunes Jirão, que dispondo de caução, fica desde já nomeado gerente, bastando a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade.

2. O sócio-gerente poderá delegar no outro sócio ou em pessoa estranha à sociedade, todos ou parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito o respectivo mandato, em nome da sociedade.

3. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos contratos estranhos

aos negócios sociais, tais como letras de favor, fianças, abonações, avals ou documentos semelhantes.

ARTIGO 8.º

As Assembleias Gerais serão convocados quando a lei não prescreva outras formalidades, por meio de cartas registadas, dirigidas aos sócios com, pelo menos 15 dias de antecedência da data prevista para sua realização.

ARTIGO 9.º

Os lucros líquidos apurados depois de deduzida a percentagem de 20% para o fundo da reserva legal e quaisquer outras percentagens para fundos ou destinos especiais, criados em Assembleia Geral, serão distribuídos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se houver.

ARTIGO 10.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou interdição de qualquer dos sócios continuando com os sócios sobre-

vivos ou capazes e os herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 11.º

A sociedade poderá livremente adquirir ou alienar participações, associar-se ou interessar-se por forma e com qualquer entidade ou em outras sociedades, empresas, empreendimentos ou consórcios existentes ou constituir, seja qual for o seu objectivo.

ARTIGO 12.º

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais todos os sócios serão liquidatários e à liquidação e partilhada procederão como então acordarem; na falta de acordo e se algum dos sócios o pretender o activo social será licitado em globo com a obrigação ao pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer em igualdade de condições.

ARTIGO 13.º

No omissão regularização as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, as deliberações sociais tomadas em formas legais e demais legislações aplicáveis.

(14-18064-L05)

Fly Care, S. A.

Certifico que, por escritura de 23 de Outubro de 2014, lavrada com início a folhas 51, do livro de notas para escrituras diversas n.º 230-A do Cartório Notarial do Guiché Único, de Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, cujo texto integral fica depositado nesta Conservatória nos termos dos n.ºs 3, 4, e 5 do Artigo 169.º da Lei n.º 1/97, foi constituída uma sociedade anónima denominada, «Fly Care, S. A.», com sede em Luanda, no Município de Belas, Bairro Gamek Vila, Rua 10, Casa n.º 1006, que tem por objecto e capital social o estipulado nos artigos 3.º e 4.º do seu estatuto, que esta sociedade se vai reger pelo documento complementar elaborado nos termos do artigo 8.º do Código do Notariado, que fica a fazer parte integrante desta escritura e cujo conteúdo é perfeitamente conhecido de todos os outorgantes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 27 de Outubro de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTO DA SOCIEDADE FLY CARE, S. A.

CAPÍTULO I

Da Firma, Tipo, Sede, Duração e Objecto Social

ARTIGO 1.º

(Natureza jurídica, denominação e duração)

A sociedade adopta o tipo de sociedade anónima com a denominação de «Fly Care, S. A.».

A sociedade durará por tempo indeterminado e com início para todos os efeitos legais a partir da celebração da escritura pública.

ARTIGO 2.º
(Sede social)

1. A sociedade tem a sede em Luanda, no Bairro Gamek Vila, Município de Belas, Rua 10, Casa n.º 1006.

2. O Conselho de Administração poderá deliberar sobre a transferência ou deslocação da sede social dentro do país, estabelecer delegações, filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação no interior e exterior do país, nos termos da legislação vigente.

ARTIGO 3.º
(Objecto)

1. A sociedade tem por objecto social o comércio geral, a grosso e a retalho, prestação de serviços, consultoria, auditoria, construção civil e obras públicas, fiscalização de obras, serralharia, carpintaria, produção e venda de caixilharia de alumínio, promoção e mediação imobiliária, informática, telecomunicações, electricidade, agro-pecuária, pescas, hotelaria, turismo, agência de viagens, transportes aéreo, marítimo e terrestre, transporte de passageiros ou de mercadorias, camionagem, transitários, despachante, *rent-a-car*, oficina auto, venda de material de escritório e escolar, salão de cabeleireiro, modas e confecções, botequim, centro médico, farmácia, material e equipamentos hospitalares, perfumaria, ourivesaria, relojoaria, agência de viagens, pastelaria, panificação, geladaria, exploração de parques de diversões, realização de eventos culturais, recreativos e desportivos, exploração mineira e florestal, exploração de bombas de combustíveis ou estação de serviço, comercialização de petróleo e seus derivados, representações comerciais, prestações de serviços, ensino geral, infantil, importação e exportação, podendo em geral dedicar-se a outras actividades no domínio comercial e industrial, por si ou através da associação ou participação em sociedades, nos termos e amplitude permitidos por lei e mediante deliberação da Assembleia Geral.

2. A sociedade pode participar em agrupamentos complementares de empresas e, bem assim, adquirir originária ou subsequentemente, acções ou quotas em sociedade de responsabilidade limitada, que seja o objecto destas.

CAPÍTULO II
Capital Social, Acções e Obrigações

ARTIGO 4.º
(Capital Social e Constituição)

1. O capital social, integralmente subscrito e realizado é de Kz: 2.000.000,00 (dois milhões de kwanzas), dividido em 1000 (mil) acções com o valor nominal de Kz: 2.000 (dois mil kwanzas) cada uma.

2. O capital social poderá ser elevado uma ou mais vezes, por deliberação da Assembleia Geral, obtido o parecer favorável do Conselho Fiscal, fixando aquele nos termos

legais, as condições de subscrição, as categorias de acções e os direitos de preferência na subscrição das novas acções.

ARTIGO 5.º
(Aumento do capital social)

1. Os aumentos de capital social que de futuro se torne necessários à equilibrada expansão e gestão das actividades da sociedade serão deliberados em Assembleia Geral.

2. Sempre que os aumentos de capital sejam realizados por entradas em dinheiro, os accionistas terão direito de preferência na subscrição de novas acções, na proporção das que ao tempo possuírem, salvo se a Assembleia Geral pela maioria exigida no n.º 4.º do artigo 15.º do presente estatuto deliberar limitar ou suprimir aquele direito, desde que o interesse social o justifique.

ARTIGO 6.º
(Representação do capital)

1. Todas as acções representativas do capital social são nominativas, podendo quando legalmente admissível e nos termos em que o seja, ser convertidas na forma escritural.

2. As acções são registadas, obrigatoriamente, no livro de registo de acções da sociedade.

3. Haverá títulos de 100, 500, 1000, 5000, 10.000 e múltiplos de 10.000 acções, mas os accionistas podem a todo o tempo solicitar o desdobramento ou a concentração dos títulos.

4. Os títulos são assinados por dois administradores, podendo as assinaturas ser por chancela, por aqueles autorizados.

5. As despesas de conversão das acções bem como as de desdobramento ou concentração de títulos corre por conta dos accionistas que queiram tais actos.

ARTIGO 7.º
(Categoria de acções)

1. Quando permitido por lei e sob proposta do Conselho de Administração, a Assembleia Geral pode autorizar a sociedade a emitir acções preferenciais sem voto e, bem assim, acções remíveis, com ou sem voto definindo a forma de determinação do respectivo dividendo prioritário.

2. Nos aumentos de capital por incorporação de reservas poderão, quando permitido por lei e por deliberação da Assembleia Geral, ser emitidas acções preferenciais sem voto, proporcionais às acções desta categoria já existentes, a distribuir exclusivamente pelos titulares destas.

3. Quando permitido por lei as acções preferenciais sem voto podem, na sua emissão, ficar sujeitos à remissão na data ou prazo que for deliberado pela Assembleia Geral.

4. As acções remíveis são-lo pelo valor nominal ou com o prémio que for fixado pela Assembleia Geral.

ARTIGO 8.º
(Acções próprias)

A sociedade pode adquirir acções próprias, nas condições e dentro dos limites autorizados por lei.

ARTIGO 9.º
(Obrigações)

1. A sociedade poderá emitir qualquer tipo de obrigações convertíveis em acções quando autorizada por deliberação da Assembleia Geral, sob proposta do Conselho de Administração.

2. Por deliberação do Conselho de Administração, a sociedade pode emitir obrigações não convertíveis em acções.

3. As obrigações emitidas pela sociedade podem ter qualquer modalidade de juro ou reembolso permitidos por lei.

CAPÍTULO III
Órgãos Sociais**ARTIGO 10.º**
(Enumeração e mandatos)

1. São órgãos da sociedade:

- a) Assembleia Geral;
- b) Conselho de Administração;
- c) Conselho Fiscal.

SECÇÃO I**ARTIGO 11.º**
(Assembleia Geral)

1. A Assembleia Geral é constituída por todos os accionistas com direito a voto, que satisfaçam as condições referidas no número seguinte.

2. Só poderão participar na Assembleia os titulares de acções averbadas em seu nome, no livro de registo de acções da sociedade, até 15 dias antes do dia da reunião.

3. Para os efeitos do disposto no número anterior, as acções deverão manter-se registadas em nome dos accionistas, pelo menos, até ao encerramento da reunião da Assembleia Geral.

4. Os accionistas sem direito a voto e os obrigacionistas não podem assistir às reuniões da Assembleia Geral.

5. Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal deverão estar presentes nas reuniões da Assembleia Geral, podendo intervir nos trabalhos, apresentar propostas, participar nos debates.

ARTIGO 12.º
(Representação na Assembleia Geral)

1. Os accionistas que pretendem fazer-se representar nas Assembleias Gerais poderão fazê-lo mediante simples carta assinada e dirigida ao Presidente da Mesa e por este recebida com cinco dias de antecedência em relação ao dia designado para a reunião respectiva, contando que o representante seja membro do Conselho de Administração, cônjuges, ascendentes, descendente ou outro accionista com direito a voto.

2. Dentro do prazo fixado no número anterior pela mesma forma, as pessoas colectivas devem indicar, ao Presidente da Mesa, quem as representará.

3. O Presidente da Mesa pode, contudo, admitir a participação na Assembleia dos Representantes não indicados dentro do prazo fixado nos números anteriores, quando verifica que isso prejudica os trabalhos da assembleia.

ARTIGO 13.º
(Voto e unidade de voto)

1. A cada grupo de 100 acções corresponde um voto.

2. Os accionistas que não possuam o número de acções necessárias a terem direito a voto poderão agrupar-se de forma a perfazê-lo, devendo designar, por acordo, um só de entre eles para os representar na Assembleia Geral.

ARTIGO 14.º
(Convocação da Assembleia Geral)

1. As convocatórias para as reuniões da Assembleia Geral devem ser feitas com antecedência mínima de 30 dias pelas formas prescritas por lei.

2. Sem prejuízo do disposto no número anterior os titulares de acções nominativas residentes no estrangeiro serão convocados por carta registada expedida para o endereço que, expressamente para esse efeito, tiverem indicado à sociedade, através de carta registada, dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral.

ARTIGO 15.º
(Quórum e maiorias)

1. Em primeira data de convocação a Assembleia Geral não pode reunir-se sem estarem presentes ou representados accionistas titulares de acções representativas de 50% de capital social sejam quais forem os assuntos da ordem de trabalhos.

2. Em segunda convocação, a Assembleia Geral pode deliberar independentemente do número de accionistas presentes ou representados e o capital por eles representado.

3. A Assembleia Geral delibera por maioria dos votos emitidos, salvo o disposto no número seguinte.

4. As deliberações sobre a alteração do contrato de sociedade, fusão, cisão, transformação, dissolução da sociedade, ou outros assuntos para os quais a lei exige a maioria qualificada, sem especificar devem ser aprovadas por 2/3 (dois terços) dos votos emitidos, quer a assembleia se reúna em primeira quer em segunda convocação sem prejuízo do cumprimento de outros requisitos impostos pela legislação aplicável.

ARTIGO 16.º
(Mesa da Assembleia Geral)

1. A Mesa da Assembleia Geral é composta por um presidente, um vice-presidente e por um secretário eleitos pela Assembleia Geral e que poderão ser accionistas.

2. Os membros da Mesa são eleitos por período de 4 anos sendo permitido a sua reeleição.

3. Os membros da Mesa mantêm-se em efectividade de funções até à posse dos membros que substituirão.

ARTIGO 17.º
(Competência da Assembleia Geral)

Compete à Assembleia Geral, designadamente:

- a) Eleger os membros da Mesa da Assembleia Geral, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal e designar os respectivos presidentes;

- b) Appreciar o relatório do Conselho de Administração, discutir e votar o balanço e contas, e o parecer do Conselho Fiscal e deliberar sobre a aplicação do resultado do exercício;
- c) Deliberar sobre quaisquer alterações dos estatutos inclusive aumentos do capital social.

ARTIGO 18.º
(Reuniões da Assembleia Geral)

A Assembleia Geral reúne-se ordinariamente até 31 de Março de cada ano e extraordinariamente a pedido de um dos outros órgãos sociais, ou dos accionistas que representem pelo menos 5% do capital social.

SECÇÃO II
Conselho de Administração

ARTIGO 19.º
(Natureza e composição)

1. A administração da sociedade é exercida por um Conselho de Administração, eleito pela Assembleia Geral, constituída por um número ímpar de membros, num mínimo de 3 e num máximo de 7 administradores dentre os accionistas ou estranhos.

2. A Assembleia Geral fixará o número de administradores; na falta de deliberação expressa considera-se fixado o número de administradores eleitos.

3. O mandato dos administradores designados é de 4 anos sendo permitida a sua reeleição.

4. Na falta ou impedimento definitivo de qualquer administrador proceder-se-á a cooptação de um substituto. O mandato do novo administrador terminará no fim do período para o qual o administrador substituído tenha sido eleito.

5. Os administradores designados estão dispensados de prestar caução nos termos da lei.

ARTIGO 20.º
(Atribuições do Conselho de Administração)

1. Ao Conselho de Administração compete, sem prejuízo das demais atribuições que lhe sejam atribuídas por lei ou pelos presentes estatutos:

- a) Gerir os negócios sociais praticando todos os actos e operações conforme o seu objecto social;
- b) Nomear a Direcção;
- c) Elaborar os documentos provisionais da actividade da sociedade e os correspondentes relatórios de execução;
- d) Adquirir, onerar ou alienar quaisquer bens e direitos móveis ou imóveis sempre que o entenda conveniente para a sociedade;
- e) Decidir sobre a participação no capital de outras sociedades;
- f) Estabelecer a organização interna da sociedade e as normas de funcionamento interno, contratar empregados, fixar os seus vencimentos, regalias sociais e outras prestações pecuniárias e exercer o correspondente poder directivo e disciplinar;

g) Representar a sociedade em juízo e fora dele activa e passivamente, podendo contrair obrigações, propor e seguir pleitos, desistir ou transigir em processos, comprometer-se em arbítrio, assinar termos de responsabilidade, cabendo-lhe os mais amplos poderes de gerência assim como deliberar sobre quaisquer assuntos da sociedade que não caibam na competência de outros órgãos;

h) Constituir mandatários para o exercício de actos determinados e delegar os poderes nos seus membros, nos termos estatutários;

i) Exercer as demais competências que lhe sejam atribuídas pela Assembleia Geral.

2. O Conselho de Administração estabelecerá as regras do seu funcionamento, por regulamento, incluindo a forma de suprir os impedimentos do seu presidente.

ARTIGO 21.º
(Presidente do Conselho de Administração)

Compete especialmente ao Presidente do Conselho de Administração:

- a) Representar o Conselho de Administração;
- b) Convocar e dirigir as reuniões do Conselho de Administração e coordenar a respectiva actividade;
- c) Exercer o voto de qualidade.

ARTIGO 22.º
(Reunião e deliberação)

1. O Conselho de Administração reunir-se-á em sessão ordinária pelo menos uma vez em 2 (dois) meses.

2. O Conselho de Administração reunirá extraordinariamente sempre que for convocado pelo Presidente ou pela maioria dos seus membros.

3. As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas pela maioria dos administradores presentes e devem constar de acta.

4. Em caso de empate nas votações o presidente ou quem o substituir terá voto de qualidade.

ARTIGO 23.º
(Delegação de poderes e mandatários)

1. O Conselho de Administração poderá delegar numa comissão executiva, poderes e competências de gestão corrente e de representação social, exercendo este órgão com necessárias adaptações as atribuições do artigo 20.º do presente estatuto.

2. O Conselho de Administração poderá conferir mandatos com ou sem a faculdade de substabelecimento mesmo para pessoas estranhas à sociedade para o exercício dos poderes ou tarefas que julgue conveniente atribuir-lhes.

ARTIGO 24.º
(Forma de obrigar a sociedade)

A sociedade fica obrigada.

- a) Pelo Presidente do Conselho de Administração juntamente com qualquer dos administradores;

- b) Pela assinatura de um só administrador e de um procurador ou pela assinatura de 2 (dois) procuradores dentro dos limites da procuração conferida;
- c) Pela assinatura de um só administrador agindo dentro dos poderes que lhe tenham sido conferidos por deliberação do Conselho de Administração consignado em acta;
- d) Pela assinatura de um procurador constituído para prática de acto certo e determinado;
- e) Nos actos de mero expediente é suficiente a assinatura dos membros do Conselho de Administração a que tenham sido delegados poderes e competências de gestão corrente e de representação social ou de um procurador devidamente autorizado para o efeito.

ARTIGO 25.º
(Remunerações)

As remunerações e outras prestações ou benefícios complementares, dos membros dos órgãos sociais, serão fixados por uma comissão de remunerações, constituída por accionistas designados pela Assembleia Geral.

SECÇÃO III
Conselho Fiscal

ARTIGO 26.º
(Fiscalização da sociedade)

1. A fiscalização dos negócios sociais é exercida por um Conselho Fiscal composto por 3 (três) membros sendo um deles o presidente, ou por um Fiscal-Único no caso de ser uma pessoa colectiva.

2. Os membros do Conselho Fiscal podem ser ou não accionistas.

3. Os membros do Conselho Fiscal serão designados pela Assembleia Geral por um período de 4 (quatro) anos, podendo ser reeleitos. A Assembleia Geral deverá designar dentre os membros eleitos, o presidente do órgão.

4. Um dos membros efectivos terá de ser necessariamente técnico de contas ou revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficial de contas.

5. O Conselho Fiscal exerce as funções que por lei lhe são cometidas.

ARTIGO 27.º
(Reunião)

1. O Conselho Fiscal reúne-se ordinariamente nos prazos estabelecidos por lei e extraordinariamente sempre que convocado pelo seu presidente, pela maioria dos seus membros ou pelo Conselho de Administração.

2. As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria de votos e com a presença de mais metade dos membros em exercício.

3. No caso de empate nas votações, o presidente tem voto de qualidade.

4. Os membros do Conselho Fiscal, sempre que o julguem conveniente, poderão assistir às reuniões do Conselho de Administração sem direito de voto.

CAPÍTULO IV
Disposições Gerais e Transitórias

ARTIGO 28.º
(Ano social)

O ano social coincide com o ano civil.

ARTIGO 29.º
(Aplicação de resultados)

1. Os lucros líquidos apurados em cada exercício terão a aplicação que a Assembleia Geral determinar, deduzidas as percentagens que por lei tenham de destinar-se à constituição ou reforço de fundos de reserva legal e de garantia.

2. Cobertura de prejuízo de exercícios anteriores.

3. Gratificações a atribuir aos trabalhadores, se disso for caso, segundo critério a definir em Assembleia Geral.

4. Reintegração ou reforço de reservas não impostas por lei ou para dividendo dos accionistas conforme for deliberado em Assembleia Geral.

ARTIGO 30.º
(Litígios e foro competente)

Em caso de litígios que oponham a sociedade aos accionistas, seus herdeiros ou representantes, emergentes ou não destes estatutos, fica estipulado, para sua resolução, o Foro da Comarca da Sede com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 31.º
(Dissolução)

A sociedade dissolve-se mediante deliberação tomada em Assembleia Geral por maioria representativa de 75% do seu capital social, observados que sejam os condicionalismos legais aplicáveis.

ARTIGO 32.º
(Liquidação)

Dissolvida a sociedade, será ela liquidada em conformidade com as respectivas disposições legais.

ARTIGO 33.º
(Remuneração, percentagem dos lucros)

A remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração poderá acrescer uma percentagem global dos lucros da sociedade, a deliberar pela Assembleia Geral. A percentagem global destinada aos administradores não poderá exceder 2% dos lucros líquidos de exercício.

ARTIGO 34.º
(Exercício dos cargos sociais)

1. Os titulares dos órgãos sociais são eleitos por período de 4 anos sendo sempre permitida a sua reeleição.

2. Os eleitos consideram-se empossados logo após a sua eleição, sem dependência de quaisquer outras formalidades, e permanecerão no exercício das suas funções até à eleição de quem deva substituí-los.

(14-17947-L02)

Bucaldente, Limitada

Aumento do objecto e alteração parcial do pacto social da sociedade «Bucaldente, Limitada».

No dia 9 de Outubro de 2014, em Luanda, e no Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, Nosso-Centro, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, perante mim, Geraldo Issambo Ndubo, Licenciado em Direito, Primeiro Ajudante de Notário no referido Cartório, compareceu como outorgante:

Engrácia Nzinga Alexandre da Silva, solteira, maior, natural da Maianga, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Município de Luanda, Distrito Urbano da Maianga, Bairro Cassenda, Rua 15, Casa n.os 63-65, Zona 6, titular do Bilhete de Identidade n.º 000010479LA010, emitido pela Direcção Nacional de Identificação, aos 9 de Fevereiro de 2011, que outorga neste acto por si individualmente e em nome e representação do seu filho menor Edner Gaspar da Silva e Silva, de 1 ano, natural de Luanda e consigo convivente.

Verifiquei a identidade da outorgante pelo mencionado documento de identificação.

E declara a mesma:

Que, ela e o seu representado são os únicos e actuais sócios da sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, denominada «Bucaldente, Limitada», com sede em Luanda, no Município de Belas, Distrito Urbano da Samba, Bairro Benfica, Rua da Pista, casa s/n.º, constituída por escritura de 30 de Setembro de 2013, com início a folhas 43, verso, 44, para o livro de notas de escrituras diversas n.º 2, deste Cartório Notarial, com capital social de Kz: 100,000.00 (cem mil kwanzas), integralmente subscrito e realizado em dinheiro, dividido e representado por (duas) quotas, sendo a primeira no valor nominal de Kz. 75,000.00 (setenta e cinco mil kwanzas), pertencente à sócia Engrácia Nzinga Alexandre da Silva e a segunda no valor nominal de Kz: 25,000.00 (vinte e cinco mil kwanzas), pertencente ao sócio Edner Gaspar da Silva e Silva, registada sob n.º 71-07, pela Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché único da Empresa — Nosso Centro, titular do NIF: 5417241458.

Que, conforme acta de liberação datada de 25 de Setembro de 2014, decide a outorgante no uso dos seus poderes aumentar as actividades já existentes as de hotelaria e turismo, gestão de centros hospitalares e clínicos, gestão ambiental, gastáveis hospitalar, importação de produtos farmacêuticos, material gastável e equipamentos hospitalares, prestação de serviços especializados em nefrologia, hemodiálise, odontologia assistência e manutenção de equipamentos, indústria, pesca, agro-pecuária, informática, telecomunicações, construção civil e obras públicas, fiscalização de obras públicas, eventos e decoração, moda e confecções, logística, transportes marítimo, aéreo e fluvial, auditoria, consultoria e contabilidade, camionagem, transitários, rent-a-car, venda de viaturas com ou sem condutor,

transportes de passageiros ou mercadorias, oficina auto, venda de material de escritório e escolar, salão de cabeleireiro, botequim, assistência técnica, comercialização de petróleo e lubrificantes, perfumaria, agência de viagem, promoção e mediação imobiliária, relações públicas, pastelaria, panificação, geladaria, exploração de parques de diversões, realização de espectáculos culturais, recreativos e desportivos, exploração mineira e florestal, exploração de bombas de combustíveis, representações comerciais, serralharia, carpintaria, venda de alumínio e sua utilização, cultura, segurança de bens patrimoniais e topográfica.

Em função do acto praticado altera-se a redacção do artigo 3.º do pacto social que passa a ser a seguinte:

ARTIGO 3.º

A sociedade tem como objecto social a clínica dentaria, farmácia, laboratório, prestação de serviços, comércio geral a grosso e a retalho, importação e exportação, hotelaria e turismo, gestão de centros hospitalares e clínicos, gestão ambiental, gastáveis hospitalar, importação de produtos farmacêuticos, material gastável e equipamentos hospitalares, prestação de serviços especializados em nefrologia, hemodiálise, odontologia assistência e manutenção de equipamentos, indústria, pesca, agro-pecuária, informática, telecomunicações, construção civil e obras públicas, fiscalização de obras públicas, eventos e decoração, moda e confeições, logística, transportes marítimo, aéreo e fluvial, auditoria, consultoria e contabilidade, camionagem, transitários, rent-a-car, venda de viaturas com ou sem condutor, transportes de passageiros ou mercadorias, oficina auto, venda de material de escritório e escolar, salão de cabeleireiro, botequim, assistência técnica, comercialização de petróleo e lubrificantes, perfumaria, agência de viagem, promoção e mediação imobiliária, relações públicas, pastelaria, panificação, geladaria, exploração de parques de diversões, realização de espectáculos culturais, recreativos e desportivos, exploração mineira e florestal, exploração de bombas de combustíveis, representações comerciais, serralharia, carpintaria, venda de alumínio e sua utilização, cultura, segurança de bens patrimoniais e topografia, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

Declara a mesma que continuam firmes e válidas as demais disposições não alteradas pela presente escritura.

Assim o disse e outorgou.

Instruem este acto:

- Certidão de escritura datada de 30 de Setembro de 2013;
- Certidão do registo comercial datada de 1 de Outubro de 2013;
- Acta datada de 25 de Setembro de 2014.

À outorgante, e na presença da mesma, fiz em voz alta a leitura desta escritura, a explicação do seu conteúdo e a advertência da obrigatoriedade do registo do acto no prazo de 90 dias.

(14-18071-L15)

JELÚ — Indústria, Obras Públicas & Serviços, Limitada

Certifico que, de folhas 23, a folhas vinte e quatro, verso, do livro de notas para escrituras diversas n.º 247-A, do 2.º Cartório Notarial desta Comarca de Luanda, se encontra lavrada a escritura do teor seguinte:

Alteração parcial do pacto social na sociedade «JELÚ — Indústria, Obras Públicas & Serviços, Limitada».

No dia 5 de Abril de 2007, nesta Cidade de Luanda, e no 2.º Cartório Notarial desta Comarca, perante mim, Maria da Conceição Lourenço Ascensão de Jesus Pataca, Notária do referido Cartório, compareceu como outorgante:

Maria de Lourdes Dias de Abreu Henriques Leitão, casado sob o regime de comunhão de bens adquiridos com Gabriel Henrique Leitão, natural do Rangel, Luanda, onde habitualmente reside, na Rua Comandante Gika, n.º 191, 4.º andar-C, Zona 5, Bairro Alvalade, titular do Bilhete de Identidade n.º 000049767LA036, emitido em Luanda, aos 6 de Junho de 2006.

Verifiquei a identidade da outorgante, pelo já referido documento de identificação.

E, disse que, ela outorgante, e Jéssica Gabriela de Abreu Henriques Leitão, são as duas únicas e actuais sócias da sociedade por quotas de responsabilidade limitada denominada «JELÚ — Indústria, Obras Públicas & Serviços, Limitada», com sede social em Luanda, na Rua da Graça, n.º 15, Município de Viana, pessoa colectiva e registada com o contribuinte sob o n.º 5403085360, matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob o n.º 25, constituída por escritura de 21 de Fevereiro de 2005, exarada com início a folhas 52, do livro de notas para escrituras diversas n.º 953-A, do 1.º Cartório Notarial desta Comarca, alterada por escritura de 12 de Outubro de 2007, exarada com início a folhas 8 e seguintes do livro de notas para escrituras diversas n.º 242-A, deste 2.º Cartório Notarial, com o capital social do actual montante de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), realizado em dinheiro e demais valores do activo social.

Que, pela presente escritura, usando dos poderes que tem, decide mudar a sua sede social, alterando assim parcialmente o pacto social, que somente o artigo 1.º, passando a ter a seguinte nova redacção:

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação de JELÚ — Indústria, Obras Públicas & Serviços, Limitada», e tem a sua sede social em Luanda, Bairro Ingombota, Rua da Missão, n.ºs 11/13, 1.º andar, Zona 4, podendo estabelecer filiais ou qualquer outra forma de representação onde for mais conveniente aos interesses sociais.

Que em tudo o mais não alterado por esta escritura, continuam firmes e válidas as demais cláusulas.

Assim o disse e outorgou.

Arquivo a acta avulsa, realizada em Assembleia Geral, a 18 de Outubro de 2006.

À outorgante, fiz em voz alta e na sua presença a leitura e a explicação desta escritura e advertência de que deverá proceder na obrigatoriedade ao registo deste acto, dentro do prazo de 90 dias.

Assinaturas: Maria de Lourdes Dias de Abreu Henriques Leitão.

A Notária, Maria da Conceição Lourenço Ascensão de Jesus Pataca.

É certidão que fiz extrair e vai conforme o original a que me reporto.

2.º Cartório Notarial da Comarca de Luanda, aos 12 de Julho de 2007. — O ajudante, *ilegível*. (14-15732-L01)

DRI ANGOLA — Consultoria Informática, Limitada

Certifico que, por escritura de 24 de Outubro de 2014, lavrada com início a folhas 37, do livro de notas para escrituras diversas n.º 230-A, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Primeiro: — Vanda Marília Domingos Giovetti Martins, casada com Sérgio Amílcar Coelho Martins, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural da Ingombota, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito Urbano e Bairro da Ingombota, Avenida 4 de Fevereiro, Prédio n.º 32, 5.º andar, Apartamento Esquerdo;

Segundo: — Wanda Marlene Lopes Saraiva, solteira, maior, natural da Ingombota, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito Urbano e Bairro da Ingombota, Rua Joaquim Kapango, Prédio n.º 28, 2.º andar, Apartamento 28;

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, Luanda, 27 de Outubro de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE DRI ANGOLA — CONSULTORIA INFORMÁTICA, LIMITADA

CAPÍTULO I

Denominação, Duração, Sede e Objecto Social

ARTIGO 1.º

(Natureza jurídica, denominação, sede e duração)

1. A sociedade adopta a natureza jurídica de sociedade comercial por quotas e a denominação social de «DRI

ANGOLA — Consultoria Informática, Limitada», adoptando como abreviatura comercial «DRI».

2. A sociedade exercerá a sua actividade por um período de tempo indeterminado, contando-se o seu início da data da respectiva escritura pública.

3. A sociedade tem a sua sede em Luanda, no Bairro Morro Bento II, Rua Direita da Universidade Independente, casa s/n.º, Município de Belas, Distrito Urbano da Samba, podendo ser transferida para outra localidade dentro do território nacional por mera decisão da gerência.

4. A sociedade rege-se pelas normas reguladoras das sociedades por quotas, pelas normas especiais cuja aplicação decorra do objecto da sociedade e pelo presente pacto social.

ARTIGO 2.º

(Representações e participações sociais)

1. A sociedade poderá, por simples deliberação da Gerência, criar e encerrar, em qualquer ponto do território nacional ou fora dele, sucursais, filiais, agências, delegações ou outras formas locais de representação.

2. A Gerência fica desde já autorizada a subscrever, em nome da sociedade, participações sociais noutras sociedades, anónimas ou por quotas e com elas se coligar sob a forma de relação de participação ou em relação de grupo nos termos dos artigos 463.º e seguintes da Lei das Sociedades Comerciais.

ARTIGO 3.º

(Objecto social)

1 A sociedade tem por objecto a consultoria e prestação de serviços na área de informática e telecomunicações, desenvolvimento de software, serviços via rede Internet, formação técnico-profissional, comércio, importação e exportação e representação de serviços, produtos e equipamentos informáticos.

2. A sociedade poderá desenvolver outras actividades conexas com a sua actividade principal desde que sejam afins ou complementares desta e autorizadas pela assembleia geral de sócios.

CAPÍTULO II

Capital Social e Quotas

ARTIGO 4.º

(Capital social)

1. O capital social é de Kz: 500.000,00 (quinhentos mil kwanzas), integralmente subscrito e realizado pelas sócias, dividido e representado por 2 (duas) quotas:

- a) Uma quota no valor nominal de Kz: 255.000,00 (duzentos e cinquenta e cinco mil kwanzas), correspondente a 51% (cinquenta e um por cento) do capital social, pertencente à sócia Vanda Marília Domingos Giovetti Martins,
- b) Uma quota no valor nominal de Kz: 245.000,00 (duzentos e quarenta e cinco mil kwanzas), correspondente a 49% (quarenta e nove por cento) do capital social, pertencente à sócia Wanda Marlene Lopes Saraiva.

2. O capital social poderá ser aumentado por uma ou mais vezes, desde que deliberado pela Assembleia Geral.

3. As sócias gozam do direito de preferência nos aumentos de capital social na proporção das quotas que detiverem.

4. A Assembleia Geral pode deliberar, por maioria qualificada e nos limites permitidos por lei, limitar o direito de preferência das sócias, sempre que o interesse da sociedade ou razões de força maior assim o exijam no respeito pelo disposto no n.º 3 do artigo 296.º, da Lei das Sociedades Comerciais.

ARTIGO 5.º

(Representação do capital social)

1. As quotas são representadas em títulos de valor correspondente ao seu valor nominal.

2. Os títulos de quotas, provisórios ou definitivos, são assinados pela gerente ou pelas sócias, e devem conter:

- a) A firma, o número de identificação de pessoa colectiva e a sede da sociedade;
- b) A data e o Cartório Notarial onde foi celebrada a escritura pública de constituição e a data de inscrição no registo comercial;
- c) O montante do capital social;
- d) O valor nominal de cada quota e o montante liberado.

ARTIGO 6.º

(Cessão de quotas)

1. As quotas podem ser transmitidas por cessão entre vivos, desde que o transmissário faça prova dos seguintes requisitos cumulativos:

- a) Da existência de um contrato ou de uma procuração irrevogável que lhe confira poderes para adquirir, para si, a quota, celebrado entre si e a legítima sócia da sociedade;
- b) Do não exercício do direito de preferência da sociedade e dos demais sócios; e
- c) Da posse que lhe foi transmitida dos títulos demonstrativos das referidas quotas.

2. A transmissão operada em violação do disposto no n.º 1, alíneas a), b) e/ou c) não será considerada válida pela sociedade, não produzindo em relação a esta quaisquer efeitos jurídicos.

3. A cessão de quotas a estranhos depende do consentimento da sociedade, que terá sempre direito de preferência o qual, de seguida, se defere às sócias não cedentes.

4. Falecendo uma sócia, a respectiva quota transmitir-se-á aos sucessores da falecida.

CAPÍTULO III

Órgãos Sociais e Deliberações

ARTIGO 7.º

(Enumeração e mandatos)

1. São órgãos sociais da sociedade: a Assembleia Geral de Sócios, a Gerência e o Fiscal-Único.

2. O mandato dos membros que integram os órgãos sociais tem a duração que vier a ser fixada pela Assembleia Geral não superior a quatro anos, sendo permitida a nomeação ou reeleição de todos ou de algum dos seus membros sem restrições, quanto ao número de mandatos.

3. Os membros dos órgãos sociais consideram-se empossados na data da respectiva tomada de posse que deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias, mantendo-se em funções até que os membros entretanto eleitos tomarem posse efectiva.

4. Para o exercício das suas funções, os membros dos órgãos sociais poderão ou não ser dispensados de prestar caução consoante deliberação da Assembleia Geral que os elegeu ou nomeou.

ARTIGO 8.º

(Constituição da Assembleia Geral)

1. A Assembleia Geral é constituída por todas as sócias que, com 10 dias de antecedência relativamente à data da reunião, façam prova de que as quotas se encontram registadas em seu nome.

2. A cada fracção de um por cento do capital social, corresponde o direito a (1) um voto em Assembleia Geral.

3. As sócias poderão fazer-se representar nas reuniões da Assembleia Geral por cônjuge, ascendente ou descendente maior, por outra sócia, mediante carta dirigida à sociedade até oito dias antes da data da respectiva Assembleia Geral, referindo o seu nome, identificação, a qualidade em que o representa e os poderes delegados.

4. Todas as formas de representação e delegações de poderes caducam com a realização da Assembleia Geral a que respeitarem.

ARTIGO 9.º

(Mesa da Assembleia Geral)

Os trabalhos da Assembleia Geral serão conduzidos por uma Mesa composta por um presidente e um secretário, efectivos em cada Assembleia Geral de entre as sócias presentes.

ARTIGO 10.º

(Convocação e quórum)

1. A Assembleia Geral considera-se regularmente constituída e poderá deliberar validamente em primeira convocatória, desde que se encontrem presentes sócias que representem mais de 50% (cinquenta por cento) do capital social.

2. No caso de, em primeira convocatória, não estar representado o capital social suficiente para fazer funcionar a Assembleia Geral, não poderá esta reunir e deliberar podendo, em segunda convocação, fazê-lo com qualquer número de sócias.

ARTIGO 11.º

(Validade das deliberações)

1. As deliberações são tomadas por maioria absoluta dos votos validamente expressos, salvo quando a lei ou o presente contrato de sociedade exijam maioria qualificada.

2. As deliberações que visem a alteração dos actuais estatutos, cisão, transformação, fusão ou dissolução da sociedade, assim como aumento ou redução do capital social, só poderão ser tomadas por maioria qualificada.

3. As deliberações respeitantes à eleição de pessoas ou relacionadas com interesses pessoais serão sempre tomadas por voto secreto.

ARTIGO 12.º

(Natureza e composição da Gerência)

1. A Gerência da sociedade, com ou sem remuneração, conforme for deliberado em Assembleia Geral, será exercida por uma gerente desde já nomeada, a sócia Vanda Marília Domingos Giovetti Martins, bastando a sua assinatura ou do seu procurador para vincular validamente a sociedade em todos os actos e contratos.

2. Por deliberação da Assembleia Geral expressamente convocada para o efeito e por maioria qualificada, será fixada a duração, remuneração e o que de mais se mostrar conveniente.

3. A Gerência poderá constituir mandatários da sociedade, sem a faculdade de substabelecimento, nos termos do n.º 5 do artigo 281.º, da Lei das Sociedades Comerciais.

ARTIGO 13.º

(Poderes da Gerência)

1. À Gerência são atribuídos os poderes admitidos por lei, com excepção dos atribuídos nestes estatutos à Assembleia Geral de Sócios, competindo-lhes representar a sociedade em juízo e fora dele, activa e/ou passivamente.

2. As competências para a aquisição, oneração, alienação de quaisquer bens e direitos móveis ou imóveis e para a participação no capital de outras sociedades, bem como as competências enumeradas pelo n.º 2 do artigo 272.º da Lei das Sociedades Comerciais, carecem de autorização prévia da Assembleia Geral.

3. É inteiramente proibido à gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos ao seu objecto social ou que de algum modo a comprometam em dívidas ou responsabilidades que não sejam decorrentes da sua própria actividade.

4. É vedado à gerente o uso da denominação social em actos e documentos estranhos à sociedade, tais como letras de favor, fianças, abonações, avals e outros semelhantes.

ARTIGO 14.º

(Forma de obrigar a sociedade)

A sociedade obriga-se:

- a) Pela assinatura da gerente;
- b) Pela assinatura dos procuradores nomeados dentro dos limites dos poderes das respectivas procurações.

ARTIGO 15.º

(Fiscalização da sociedade)

1. Sem prejuízo da competência que cabe a Assembleia Geral, a fiscalização dos negócios sociais e da prestação de contas por parte da Gerência será exercida, nos termos da

lei, por um Fiscal-Único ou por um Conselho Fiscal consoante vier a ser deliberado em Assembleia Geral.

2. A Assembleia Geral poderá deliberar confiar a uma sociedade de contabilistas o exercício das funções de fiscalização da sociedade, tornando desnecessária a eleição ou nomeação de um Fiscal-Único.

CAPÍTULO IV **Disposições Finais**

ARTIGO 16.º **(Resultados e reservas legais)**

1. Os lucros líquidos de impostos, apurados em cada exercício, terão a aplicação que a Assembleia Geral determinar, deduzida que seja a parte que, por lei, tenha de ser afectada à constituição ou reforço das reservas legais até ao montante equivalente a 30% (trinta por cento) do capital social realizado.

2. A Assembleia Geral pode, em cada exercício, deliberar por maioria qualificada, não distribuir a totalidade dos lucros líquidos.

ARTIGO 17.º **(Amortização de quotas)**

1. Em caso de arrolamento, penhora, arresto ou inclusão de quota em massa falida ou insolvente, a sociedade poderá amortizar a quota da sócia respectiva.

2. A sociedade poderá ainda amortizar a quota, se esta for cedida sem o consentimento daquela.

ARTIGO 18.º **(Ano social)**

O ano social coincide com o ano civil.

ARTIGO 19.º **(Despesas de constituição da sociedade)**

Todas as despesas resultantes da constituição da sociedade, designadamente, as desta escritura, registos e outras despesas inerentes, serão suportadas pela sociedade.

ARTIGO 20.º **(Levantamento total da importância depositada a título de capital social)**

A gerentes nomeada fica desde já autorizada, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 223.º da Lei das Sociedades Comerciais, a proceder ao levantamento total da importância depositada a título de capital social com o objectivo de pagar as despesas inerentes à constituição da sociedade.

ARTIGO 21.º **(Dissolução da sociedade)**

A sociedade dissolver-se-á nos casos expressamente previstos na lei ou quando for deliberado pela Assembleia Geral por uma maioria qualificada de, pelo menos, 3/4 (três quartos) do capital social.

ARTIGO 22.º **(Liquidação da sociedade)**

Salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, a liquidação da sociedade será feita extrajudicialmente, competindo aos membros da Gerência em exercício as funções de liquidatários.

ARTIGO 23.º **(Maioria qualificada)**

Sempre que os presentes estatutos exijam maioria qualificada para a validade das decisões a tomar, deve entender-se como correspondente a 2/3 (dois terços) do capital social, a não ser que a Lei das Sociedades Comerciais imponha percentagem superior.

ARTIGO 24.º **(Litígios e foro competente)**

1. Na interpretação, integração de lacunas ou resolução de conflitos decorrentes dos presentes estatutos, é aplicável a legislação em vigor na República de Angola.

2. Os litígios que oponham a sociedade, à sócias, herdeiros ou seus representantes, emergentes ou não destes estatutos, serão dirimidos por um Tribunal Arbitral constituído nos termos da Lei n.º 16/03, de 25 de Julho.

(14-17948-L02)

Vero Moda, Limitada

Certifico que, por escritura de 24 de Outubro de 2014, lavrada com início a folhas 49, do livro de notas para escrituras diversas n.º 230-A, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Primeiro: — Filipe Muacasso, solteiro, maior, natural de Kambulo, Província da Lunda-Norte, residente habitualmente em Luanda, no Distrito Urbano e Bairro da Ingombota, Rua Américo Boa Vida, n.º 25-B, 1.º andar Esquerdo;

Segundo: — Silva Henriques, solteiro, maior, natural do Cazenga, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Município do Cazenga, Bairro Tala Hady, Rua L, Casa n.º 21, Zona 19;

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 27 de Outubro de 2014. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE **VERO MODA, LIMITADA**

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação de «Vero Moda, Limitada», com sede na Província de Luanda, Rua 21 de Janeiro, casa s/n.º, em frente à Praça do Artesanato, Bairro da Benfica, Município de Belas, podendo abrir filiais, agências, delegações ou quaisquer outras formas de representação, onde e quando lhe convier.

ARTIGO 2.º

A sua duração é por tempo indeterminado, contando o seu início, para todos os efeitos legais, a partir desta data.

ARTIGO 3.º

O seu objecto social consiste na venda e confecções de vestuário, calçado, acessórios, artigos em couro, importação e exportação e demais actividades, desde que os sócios o acordem, satisfeitos que sejam os requisitos legais.

ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 2 (duas) quotas, sendo uma quota no valor nominal de Kz: 70.000,00 (setenta mil kwanzas), pertencente ao sócio Filipe Muacasso, e a outra quota no valor de Kz: 30.000,00 (trinta mil kwanzas), pertencente ao sócio Silva Henriques, respectivamente.

ARTIGO 5.º

Não serão exigíveis prestações suplementares de capital, mas os sócios poderão fazer à sociedade os suprimentos de que ela carecer, mediante as condições estabelecidas por deliberações a tomar em Assembleia Geral.

ARTIGO 6.º

A cessão de quotas entre os sócios é livremente permitida, mas quando feita a estranhos, fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 7.º

1. A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, será exercida pelo sócio, Filipe Muacasso, que desde já fica nomeado gerente, sendo necessária a assinatura do gerente para obrigar validamente a sociedade.

2. O sócio-gerente poderá nomear outros gerentes, nos quais poderá delegar parte dos seus poderes de gerência, conferindo para efeito o mandato respectivo.

3. Fica vedado à gerência obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais, tais como letras a favor, fiança, abonações ou documentos semelhantes.

ARTIGO 8.º

1. A Assembleia Geral regularmente convocada reunirá no primeiro trimestre de cada ano e serão convocadas pelos sócios que representem pelo menos a maioria simples do capital social, quando a lei não prescreva outras formalidades, por meio de cartas, dirigidas aos sócios, com pelo menos quinze dias de antecedência.

2. A Assembleia Universal reunirá, sem observância das formalidades prévias, com a presença de todos os sócios e desde que os mesmos manifestem vontade de que a assembleia se constitua e delibere sobre determinado assunto.

ARTIGO 9.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzidos a percentagem legal para o fundo ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão distribuídos pelos sócios, na proporção das suas quotas. Em igual proporção serão suportadas as perdas, se as houver.

ARTIGO 10.º

A sociedade não se dissolverá por dissolução ou interdição de qualquer dos sócios, continuando com o sócio existente ou o representante do sócio dissolvido ou interdito, devendo este nomear um que a todos represente.

ARTIGO 11.º

A sociedade dissolver-se-á nos casos e formas consignados na lei e pela simples vontade dos sócios.

ARTIGO 12.º

No caso de dissolução, todos os sócios serão liquidatários e procederão a partilha nos termos que acordarem. Na falta de acordo, haverá licitação global do activo e passivo sociais, fazendo-se a adjudicação ao sócio que melhor preço oferecer a pronto pagamento.

ARTIGO 13.º

Para todas questões emergentes deste contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 14.º

No omissão regularão as disposições da Lei das Sociedades Comerciais em vigor, as deliberações sociais tomadas em forma legal e demais legislação aplicável.

(14-17949-L02)

Límpida (SU), Limitada

Israel Carlos de Sousa Nambi, Licenciado em Direito, Conservador-Adjunto da Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 2 do livro-diário de 22 de Outubro do corrente ano, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, a sociedade unipessoal por quotas denominada, «Límpida (SU), Limitada», registada sob o n.º 3099/14, alterou a artigo 4.º do seu estatuto que passou a ter a seguinte nova redacção:

ARTIGO 4.º
(Objecto)

A prestação de serviços de limpeza geral de rua e habitação, limpeza hospitalar e industrial, recolha e tratamento de lixo, incineração, tratamento e selecção de resíduos sólidos industriais e hospitalares, gestão e manutenção de edifícios, condomínios, a actividade de agente de comércio e representação de produtos, equipamentos e serviços de assistência técnica e agente de comércio de produtos diversos, serviços de jardinagem, serviços de desinfestação, produção de gelo, lavandarias, desenvolvimento da actividade industrial de produtos de higiene e limpeza, representações de marcas de produtos e consumíveis de limpeza, máquinas e automóveis

ligeiros e pesados, compra e venda, locação e sublocação de bens móveis, aquisição de direitos sobre bens móveis e aluguer de equipamentos, comércio geral, a grosso e a retalho, serviços e organização de formação, importação e exportação.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda,
2.ª Secção Guiché Único, 22 de Outubro de 2014. — O conservador-adjunto, *ilegível*. (14-17908-L02)

I3COM, S. A.

Transformação da natureza societária e alteração total do pacto social da sociedade por quotas denominada «I3COM, Limitada», para «I3COM, S. A.».

Certifico que, por escritura de 10 de Outubro de 2014, lavrada com início a folhas 92, do livro de notas para escrituras diversas n.º 227-A, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, cujo texto integral fica depositado nesta Conservatória nos termos dos n.ºs 3, 4 e 5 do artigo 169.º da Lei n.º 1/97, foi transformada a sociedade por quotas denominada «I3COM, Limitada», para sociedade anónima denominada «I3COM, S. A.», sede em Luanda, no Município de Viana, Bairro Vila Chinesa, Rua A, Casa n.º 38, que tem por objecto e capital social o estipulado nos artigos 3.º e 4.º do seu estatuto, que esta sociedade se vai reger pelo documento complementar elaborado nos termos do artigo 8.º do Código do Notariado, que fica a fazer parte integrante desta escritura e cujo conteúdo é perfeitamente conhecido de todos os outorgantes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, aos 27 de Outubro de 2014. — O ajudante, *ilegível*

ESTATUTOS DA SOCIEDADE I3COM, S. A.

CAPÍTULO I

Denominação, Sede, Duração e Objecto

ARTIGO 1.º (Natureza e denominação)

A Sociedade é constituída sob a forma de Sociedade Anónima e adopta a denominação de «I3COM, S. A.».

ARTIGO 2.º (Sede)

1. A Sociedade tem sede social em Luanda, na Rua A, Casa n.º 38, Bairro da Vila Chinesa, Município de Viana, e durará por tempo indeterminado.

2. Por deliberação do Conselho de Administração, a Sociedade pode criar e manter em qualquer ponto do território nacional ou fora dele, agências, delegações ou qualquer outra forma de representação, bem como, com a autorização da Assembleia Geral, deslocar a sua sede para qualquer local do território nacional.

ARTIGO 3.º (Objecto)

1. A Sociedade tem por objecto o exercício das actividades de:

- a) Prestação de serviços de consultoria;
- b) Prestação de serviços de instalação, operação e manutenção a sistemas de telecomunicações;
- c) Prestação de serviços de instalação, operação e manutenção de sistemas informáticos;
- d) Prestação de serviços de instalação e manutenção de serviços de operação e manutenção a sistemas de distribuição de conteúdo multimédia;
- e) Gestão de participações sociais noutras sociedades.

2. A Sociedade pode, sem restrições, adquirir ou deter quotas ou acções de quaisquer sociedades, nos termos da lei, bem como pode participar em agrupamentos complementares de empresas e em agrupamentos internacionais de interesse económico e bem assim constituir ou participar em quaisquer outras formas de associação temporária ou permanente entre sociedades e ou entidades de direito público ou privado.

CAPÍTULO II Capital Social, Acções, e Obrigações

ARTIGO 4.º (Capital social)

1. O capital social é de Kz: 2.000.000,00 (dois milhões de kwanzas) e encontra-se integralmente realizado.

2. O capital social está representado por 2500, duas mil e quinhentas acções, com o valor nominal de Kz: 800, (oitocentos kwanzas).

3. O Conselho de Administração poderá, com o parecer favorável do Conselho Fiscal, elevar o capital social, por uma ou mais vezes, e por entradas em dinheiro, em valor até ao limite legal, precedendo deliberação da Assembleia Geral que fixe os parâmetros a que fiquem submetidos o reforço ou reforços de capital que estejam em causa.

4. Da definição pela Assembleia Geral dos parâmetros de aumento de capital a deliberar pelo Conselho de Administração constará necessariamente:

- a) O montante máximo do aumento;
- b) A categoria ou categorias de acções por emissão das quais será efectuado o aumento de capital e, no caso de emissão de acções de mais de uma categoria, a respectiva proporção, sem prejuízo das consequências de subscrição incompleta.

ARTIGO 5.º (Categoria de acções)

1. A Sociedade tem: acções ordinárias, acções preferenciais, e acções endossáveis ao portador.

2. As acções ordinárias são as 1.500, mil e quinhentas, acções que proporcionam ao seu detentor direito de participação nos resultados financeiros da empresa, conferindo-lhe

direito de voto em assembleia, e não dão direito preferencial de dividendos.

3. As acções preferenciais são as 750, setecentas e cinquenta, acções que proporcionam ao seu detentor direito de participação nos dividendos e/ou, no caso de dissolução da empresa, reembolso de capital.

4. As acções endossáveis ao portador são as 250, duzentas e cinquenta, acções nominativas, sem identificação de propriedade, cuja titularidade é transferida ao seu portador, desde que o mesmo as tenha endossado no verso.

ARTIGO 6.º
(Espécies de acções)

1. A sociedade distribui o seu capital social em acções nominativas, e acções ao portador.

2. A conversão de acções nominativas em acções ao portador, deverá realizar-se no limite do disposto na lei, ou mediante deliberação da Assembleia Geral.

ARTIGO 7.º
(Direito de preferência em aumento de capital)

1. Em cada aumento de capital por novas entradas em dinheiro, as pessoas que à data da deliberação forem accionistas poderão subscrever as novas acções com preferência relativamente a quem não for accionista.

2. O direito de preferência referido no número deverá ser exercido por ordem decrescente de acções detidas à data do aumento de capital.

ARTIGO 8.º
(Acções preferenciais e obrigações)

1. A Sociedade pode emitir acções preferenciais com ou sem voto, remíveis ou não, nos termos da lei.

2. A Sociedade pode emitir obrigações ou outros valores mobiliários nos termos da legislação em vigor, e bem assim, efectuar sobre obrigações próprias ou valores mobiliários por si emitidos as operações que forem legalmente permitidas.

3. A emissão de obrigações ou outros valores mobiliários pode ser deliberada pelo Conselho de Administração quando o respectivo montante não exceda o valor anualmente fixado, para o efeito, pela Assembleia Geral e, tratando-se de emissão de obrigações convertíveis, desde que o aumento de capital implícito resultante do preço e conversão inicial fixado pela deliberação de emissão se contenha na competência do Conselho de Administração, e sejam observados os parâmetros que para o efeito a Assembleia Geral tiver estabelecido.

4. Da definição pela Assembleia Geral de parâmetros de emissão de obrigações convertíveis pelo Conselho de Administração constará necessariamente:

a) O valor máximo das obrigações a emitir em moeda com curso legal em Angola ou no seu contravalor à taxa de câmbio que for fixada na deliberação de emissão;

b) O valor máximo do aumento de capital potencial implícito na emissão, ao preço inicial de conversão que esta fixar;

c) Sem prejuízo do Código das Sociedades Comerciais, se as obrigações são emitidas com ou sem supressão ou limitação de direito de preferência;

d) A categoria ou categorias de acções por emissão das quais será efectuada a conversão e, no caso de acções de mais de uma categoria, a respectiva proporção.

ARTIGO 9.º
(Accionistas com actividade concorrente)

1. Os accionistas que exerçam, directa ou indirectamente, actividade concorrente com a actividade desenvolvida pelas sociedades em relação de domínio com a «I3Com, AO S. A.», não podem ser titulares, sem prévia autorização da Assembleia Geral, de acções ordinárias representativas de mais de dez por cento do capital social da Sociedade.

2. Entende-se por actividade concorrente, para efeitos do disposto no número anterior, a oferta de serviços de instalação, ou activação ou manutenção de componentes de infra-estrutura de engenharia civil ou de engenharia de telecomunicações a empresas de telecomunicações de uso público ou de capacidade de rede, nos termos da Lei Angolana, exercida quer em Angola, quer no estrangeiro; e ainda qualquer outra actividade da mesma espécie e natureza da prosseguida pelas sociedades com as quais a «I3COM, S. A.», está em relação de domínio.

3. Considera-se que exerce indirectamente actividade concorrente quem, directa ou indirectamente, tiver participação de, pelo menos, dez por cento no capital social de sociedade que exerça alguma das actividades referidas no número anterior, ou for por ela participada em idêntica percentagem.

4. Podem ser amortizadas, sem dependência do consentimento do respectivo titular, as acções ordinárias:

a) Detidas, sem autorização prévia concedida pela Assembleia Geral, por accionista que, nos termos dos números anteriores, exerça directa ou indirectamente, actividade concorrente definida nos números anteriores, e excedam, adicionadas às acções referidas na alínea seguinte, o correspondente a dez por cento do capital social;

b) Detidas por entidades cujas acções seriam consideradas para efeitos de oferta pública de aquisição como pertencendo aos accionistas mencionados na alínea anterior, na parte em que, após a amortização prevista nessa alínea, seja excedido o correspondente a dez por cento do capital social, sendo a amortização proporcional ao número de acções detidas por cada entidade abrangida.

5. As acções referidas no número anterior podem ser amortizadas pelo seu valor nominal ou pelo respectivo valor de mercado, quando seja inferior àquele.

6. O Conselho de Administração, no prazo máximo de trinta dias a contar da deliberação da Assembleia Geral que determinar a amortização das acções, notificará os respectivos titulares de que as mesmas serão amortizadas.

7. O accionista pode suspender o processo de amortização se, no prazo de 5 dias após a notificação, requerer ao Conselho de Administração autorização para alienar as acções a amortizar, em prazo não superior a 30 dias, envolvendo tal requerimento a renúncia ao exercício dos correspondentes direitos de voto e de preferência em aumento de capital até à concretização da venda.

8. O Conselho de Administração deverá promover a prática dos actos e o cumprimento das formalidades legalmente necessárias para a execução da redução de capital.

9. O pagamento da contrapartida ao titular das acções amortizadas será feito após a comprovação, por aquele, de que as mesmas já não se encontram inscritas nas respectivas contas de valores mobiliários escriturais e terá lugar, de uma só vez ou de forma diferida, em tempo não superior a 2 anos a contar da data da amortização.

10. Quando as acções amortizadas sejam tituladas, nos casos legalmente admitidos, o pagamento da contrapartida aos respectivos titulares será feito contra a entrega dos respectivos títulos, nas condições definidas no número anterior.

CAPÍTULO III Órgãos Sociais

SECÇÃO I Disposições Gerais

ARTIGO 10.º (Órgãos sociais)

Os Órgãos Sociais são a Assembleia Geral, o Conselho de Administração, e o Conselho Fiscal.

ARTIGO 11.º (Mandatos)

1. Sem prejuízo do n.º 3 do presente artigo, os membros da Mesa da Assembleia Geral, do Conselho de Administração e da Comissão de Auditoria e o Revisor Oficial de Contas são eleitos por um triénio pela Assembleia Geral, podendo ser reeleitos, uma ou mais vezes, dentro dos limites previstos na lei.

2. No termo dos respectivos mandatos, os membros eleitos da Mesa da Assembleia Geral dos Órgãos Sociais mantêm-se em funções até à designação dos novos membros.

SECÇÃO II Assembleia Geral

ARTIGO 12.º (Obrigações dos accionistas e deveres de informação)

1. Os accionistas são obrigados a:

- Não emitirem votos que nos termos estatutários não devam ser contados, sem indicarem que há lugar a limitação de contagem;
- Comunicarem ao Conselho de Administração a ocorrência de qualquer das situações previstas no n.º 2 do artigo 9.º, n.º 2 e no n.º 11 do artigo 13.º;
- Comunicarem ao Conselho de Administração a celebração e teor integral dos acordos parassociais que tenham celebrado, respeitantes à sociedade;
- Prestarem ao Conselho de Administração por forma escrita, verdadeira, completa e elucidativa e até que este se considere suficientemente esclarecido, todas as informações que este lhe solicitar sobre as situações previstas no n.º 4, alínea b) do artigo 9.º e no n.º 11 do artigo 13.º

2. As informações previstas nas alíneas b) e c) do número anterior devem ser prestadas nos 5 dias úteis posteriores à respectiva ocorrência, salvo se, no decurso deste prazo, a Assembleia Geral reunir-se, caso em que as mesmas devem ser prestadas também ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral e até ao momento da reunião.

3. As informações referidas na alínea d) do número 1 devem ser prestadas até 8 dias antes da data da realização da primeira reunião da Assembleia Geral posterior ao pedido de informação. A falta de cumprimento deste dever dentro do prazo indicado implica a confissão, pelo accionista em causa, dos factos que, no pedido de informação, lhe tenham sido imputados pelo Conselho de Administração.

4. Salvo disposição legal ou normativa de entidade reguladora com natureza imperativa em sentido contrário, quando for requerida informação por um accionista legalmente habilitado para o efeito, em virtude da detenção de acções correspondentes a uma percentagem mínima do capital social, esta informação será disponibilizada apenas na sede social.

ARTIGO 13.º (Participação e direito de voto)

1. Só podem estar presentes na Assembleia Geral os accionistas com direito de voto.

2. Têm direito a participar e votar na Assembleia Geral os accionistas que, na data de registo, correspondente às 0 horas (GMT+1) do 5.º dia de negociação anterior ao da realização da reunião, sejam titulares de acções que lhes confirmem, pelo menos, um voto.

3. O exercício dos direitos de participação e de voto na Assembleia Geral não depende do bloqueio das acções entre a data do registo e a data da Assembleia Geral.

4. O Presidente da Mesa da Assembleia Geral define na convocatória os procedimentos, e respectivos prazos de cumprimento, que deverão ser adoptados pelos accionistas e pelos intermediários financeiros junto dos quais aqueles tenham aberto a conta de registo individualizado de valores

mobiliários para efeitos de participação pelos accionistas em Assembleia Geral.

5. A cada 500 acções corresponde um voto, podendo os accionistas possuidores de um número menor de acções agrupar-se de forma a, em conjunto e fazendo-se representar por um dos agrupados, reunirem entre si o número de acções necessário ao exercício do direito de voto.

6. O exercício do voto por correspondência ou por meios electrónicos pode abranger todas as matérias constantes da convocatória, nos termos e condições nela fixados.

7. Os termos e condições para o exercício do voto por correspondência ou por meios electrónicos serão definidos pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral na convocatória, com vista a assegurar as suas autenticidade, regularidade, segurança, fiabilidade e confidencialidade até ao momento da votação. Em qualquer dos casos, a autenticidade do voto será assegurada perante o Presidente da Mesa da Assembleia Geral mediante comunicação com a assinatura reconhecida nos termos legais, tratando-se de pessoas colectivas, ou mediante comunicação acompanhada de cópia simples de identificação, tratando-se de pessoas singulares. De forma a garantir a confidencialidade do voto, as referidas comunicações deverão ser remetidas em envelope fechado que apenas será considerado no momento do escrutínio da votação.

8. Os votos emitidos por correspondência ou por meios electrónicos valem como votos negativos em relação a propostas de deliberação que venham eventualmente a ser apresentadas em momento posterior à respectiva emissão.

9. A presença em Assembleia Geral de accionista que tenha exercido o respectivo direito de voto por correspondência ou por meios electrónicos, ou de seu representante, determina a revogação do voto expresso por aquela forma.

10. Não serão contados votos emitidos por um accionista titular de acções ordinárias, por si ou através de representante, em nome próprio ou como representante de outro accionista que excedam dez por cento da totalidade dos votos correspondentes ao capital social.

11. Para efeitos do presente artigo, consideram-se como pertencendo ao accionista as acções detidas por pessoas que se encontrem em conformidade com o presente pacto social, sendo a limitação de cada pessoa abrangida proporcional ao número de votos que emitir.

12. A limitação constante do número dez é aplicável a todas as deliberações, mesmo àquelas que exijam maioria qualificada.

13. No caso de contitularidade de acções, só o representante comum, ou um representante deste, poderá participar nas reuniões da Assembleia Geral.

14. Ao usufrutuário e ao credor pignoratício de acções são aplicáveis as limitações decorrentes dos números anteriores.

ARTIGO 14.º (Maioria deliberativa)

A Assembleia Geral delibera, em primeira convocação ou em convocação subsequente, pela maioria dos votos emitidos, sem prejuízo da exigência de maioria qualificada nos casos previstos na lei.

ARTIGO 15.º (Competência da Assembleia Geral)

1. Compete designadamente à Assembleia Geral:

- a) Eleger a Mesa da Assembleia Geral, os membros do Conselho de Administração e da Comissão de Auditoria e o Revisor Oficial de Contas;
- b) Apreçar o relatório do Conselho de Administração, discutir e votar o balanço, as contas e o parecer da Comissão de Auditoria e demais documentação legalmente exigível;
- c) Deliberar sobre a aplicação dos resultados do exercício;
- d) Deliberar sobre quaisquer alterações dos estatutos e aumentos de capital bem como sobre a limitação ou supressão de direito de preferência e a fixação, nos termos do artigo 4.º n.ºs 3 e 4, de parâmetros para aumentos de capital a deliberar pelo Conselho de Administração;
- e) Deliberar sobre a emissão de obrigações ou outros valores mobiliários e fixar o valor daquelas que o Conselho de Administração pode autorizar, nos termos do artigo 8.º n.º 3, bem como sobre a limitação ou supressão de direito de preferência na emissão de obrigações convertíveis em acções e a fixação, nos termos do artigo 8.º, n.ºs 3 e 4, de parâmetros para emissões pelo Conselho de Administração de obrigações dessa natureza;
- f) Deliberar sobre as autorizações a que se referem os artigos 2.º, n.º 2, e 9, n.º 1;
- g) Deliberar sobre as remunerações dos membros dos corpos sociais, podendo, para o efeito, designar uma comissão de vencimentos;
- h) Deliberar sobre a existência de justificado interesse próprio da Sociedade para a prestação de garantias reais ou pessoais a dívidas de outras entidades que com ela se não encontrem em relação de domínio ou de grupo;
- i) Aprovar os objectivos gerais e os princípios fundamentais das políticas da Sociedade;
- j) Definir os princípios gerais de política de participações em sociedades, nos termos do artigo 3.º, n.º 2, e deliberar sobre as respectivas aquisições e alienações, nos casos em que aqueles princípios as condicionem à prévia autorização da Assembleia Geral;
- k) Tratar de qualquer outro assunto para que tenha sido convocada.

2. As deliberações sobre as matérias previstas na alínea i) do número anterior são tomadas somente sob proposta a apresentar pelo Conselho de Administração ou por accionistas que satisfaçam as condições previstas no artigo 17.º

ARTIGO 16.º

(Da Mesa e da Convocação da Assembleia Geral)

1. A Mesa da Assembleia Geral é constituída pelo respectivo presidente, por um vice-presidente, e por um secretário.

2. A Assembleia Geral é convocada e dirigida pelo Presidente da Mesa ou, na sua ausência ou impedimentos, pelo Vice-Presidente.

3. A convocação da Assembleia Geral faz-se com a antecedência e pela forma previstas na lei, com indicação expressa dos assuntos a tratar.

4. A Assembleia Geral será realizada na sede da Sociedade ou noutro local escolhido pelo Presidente da Mesa nos termos da lei, não podendo ser efectuada através de meios telemáticos.

ARTIGO 17.º

(Reuniões da Assembleia Geral)

A Assembleia Geral reúne-se, pelo menos, uma vez por ano e sempre que requerida a sua convocação pelo Presidente do Conselho de Administração, pela Comissão de Auditoria ou por accionistas que representem, pelo menos, 25% do capital social.

SECÇÃO III

Conselho de Administração

ARTIGO 18.º

(Conselho de Administração)

1. O Conselho de Administração é composto por um mínimo de três, e um máximo de vinte e cinco membros.

2. Nas deliberações do Conselho, o Presidente tem voto de qualidade.

3. O Presidente do Conselho de Administração é escolhido pela Assembleia Geral, nos termos dos presentes Estatutos.

ARTIGO 19.º

(Eleição dos administradores)

1. Os administradores são eleitos por maioria dos votos emitidos.

ARTIGO 20.º

(Comissão executiva)

1. O Conselho de Administração poderá delegar a gestão corrente da Sociedade numa Comissão Executiva, composta por três, cinco ou sete membros.

2. Os membros da Comissão Executiva são escolhidos pelo Conselho de Administração dentre os seus membros.

3. O Conselho de Administração fixará as atribuições da Comissão Executiva na gestão corrente da Sociedade, delegando nela, quando necessário, todas as competências cuja inclusão não está vedada pela lei em vigor.

4. O Presidente da Comissão Executiva deve:

a) Assegurar que seja prestada toda a informação aos demais membros do Conselho de Administração relativamente à actividade e às deliberações da Comissão Executiva;

b) Assegurar o cumprimento dos limites de delegação, da estratégia da Sociedade e dos deveres de colaboração perante o Presidente do Conselho de Administração.

5. A Comissão Executiva funcionará, em princípio, segundo o definido para o Conselho de Administração, nos artigos 21.º, 22.º, 23.º e 24.º dos Estatutos, sem prejuízo das adaptações que o Conselho de Administração delibere introduzir a esse modo de funcionamento.

6. O Conselho de Administração poderá autorizar a Comissão Executiva a encarregar um ou mais dos seus membros de se ocuparem de certas matérias e a delegar em um ou mais dos seus membros o exercício de alguns dos poderes que lhe sejam delegados.

7. As deliberações da Comissão Executiva serão tomadas por maioria dos votos expressos e o respectivo presidente tem voto de qualidade.

ARTIGO 21.º

(Competência do Conselho de Administração e caução dos administradores)

1. Ao Conselho de Administração compete, designadamente:

a) Gerir os negócios da Sociedade e praticar todos os actos e operações relativos ao objecto social que não caibam na competência atribuída a outros órgãos da Sociedade;

b) Representar a Sociedade, em juízo e fora dele, podendo desistir, transigir e confessar em quaisquer pleitos, e, bem assim, celebrar convenções de arbitragem;

c) Adquirir, vender ou, por qualquer forma, alienar ou onerar direitos, nomeadamente os incidentes sobre participações sociais, bens móveis e imóveis, sem prejuízo do disposto no artigo 15.º;

d) Estabelecer a organização técnico-administrativa da Sociedade e as suas normas de funcionamento interno;

e) Constituir mandatários judiciais ou outros, com os poderes que julgue convenientes, incluindo os de subestabelecer;

f) Designar o Secretário da Sociedade efectivo e suplente;

g) Proceder, por cooptação, à substituição dos administradores que faltarem definitivamente, durante o mandato dos cooptados até ao fim do período para o qual os administradores substituídos tinham sido eleitos, sem prejuízo da ratificação na primeira Assembleia Geral seguinte e do disposto no n.º 3;

h) Exercer as demais competências que lhe sejam atribuídas pela Assembleia Geral.

2. A falta de qualquer administrador a mais de metade das reuniões ordinárias do Conselho de Administração durante um exercício, seja de forma seguida ou interpolada, sem justificação aceite pelo Conselho de Administração, considera-se como falta definitiva desse administrador. Tal falta definitiva deve ser declarada pelo Conselho de Administração, devendo proceder-se à substituição do administrador em causa nos termos da lei e dos presentes estatutos.

3. Quando o administrador falte definitivamente, a respectiva substituição opera-se nos termos do Código das Sociedades Comerciais.

4. O Conselho de Administração poderá encarregar especialmente algum ou alguns administradores de se ocuparem de certas matérias de administração.

5. Quando haja delegação de poderes, a mesma opera nos termos do Código das Sociedades Comerciais.

6. A responsabilidade de cada administrador será obrigatoriamente caucionada, por qualquer das formas legalmente previstas de acordo com as imposições mínimas fixadas na lei.

ARTIGO 22.º (Relações com a Assembleia Geral)

Na gestão das actividades da Sociedade, o Conselho de Administração deve respeitar, nos termos e com os limites fixados na lei, as directrizes gerais dimanadas da Assembleia Geral.

ARTIGO 23.º (Competências do Presidente do Conselho de Administração)

1. Compete especialmente ao Presidente do Conselho de Administração:

- a) Representar o Conselho em juízo e fora dele;
- b) Coordenar a actividade do Conselho de Administração e proceder à distribuição de matérias pelos administradores, quando a isso aconselhem as conveniências da gestão;
- c) Convocar e dirigir as reuniões do Conselho;
- d) Zelar pela correcta execução das deliberações do Conselho de Administração.

2. Na sua falta ou impedimento e nos termos permitidos pela lei, o Presidente será substituído pelo Vogal do Conselho de Administração por si indicado para o efeito.

ARTIGO 24.º (Deliberações)

1. O Conselho de Administração fixará as datas ou a periodicidade das suas reuniões ordinárias e reunir-se-á extraordinariamente sempre que convocado pelo Presidente ou por dois administradores ou pela Comissão de Auditoria.

2. O Conselho de Administração não pode funcionar sem a participação da maioria dos seus membros em exercício, podendo o Presidente do Conselho de Administração, em casos de reconhecida urgência, dispensar a presença dessa maioria se esta estiver assegurada através de voto por cor-

respondência ou por procuração, nos termos do número seguinte.

3. Sem prejuízo do disposto no número anterior, é permitido o voto por correspondência e por procuração, não podendo um administrador representar mais do que outro administrador.

4. As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria dos votos expressos.

ARTIGO 25.º (Actas)

1. As deliberações tomadas nas reuniões do Conselho de Administração, bem como as declarações de voto, são registadas em acta.

2. As actas são assinadas por todos os membros do Conselho de Administração que participem na reunião.

3. Os participantes na reunião podem ditar para a acta a súmula das suas intervenções.

ARTIGO 26.º (Vinculação da Sociedade)

1. A Sociedade obriga-se:

- a) Pela assinatura de dois membros do Conselho de Administração, sendo que um será o Presidente do Conselho de Administração, o Presidente da Comissão Executiva ou o administrador em que qualquer um deles delegue;
- b) Pela assinatura de um só membro do Conselho de Administração em que tenham sido delegados poderes para o fazer;
- c) Pela assinatura dos mandatários constituídos no âmbito e nos termos do correspondente mandato.

2. Em assuntos de mero expediente bastará a assinatura de um só administrador.

3. Sempre que as obrigações da sociedade sejam representadas por títulos, estes devem ter a assinatura de dois administradores, podendo as assinaturas ser substituídas por simples reprodução mecânica ou chancela.

4. O Conselho de Administração poderá deliberar, nos termos e dentro dos limites legais, que certos documentos da sociedade sejam assinados por processos mecânicos ou chancela.

SECÇÃO IV Comissão de Auditoria

ARTIGO 27.º (Composição)

1. A fiscalização da actividade social compete a uma Comissão de Auditoria, composta por três administradores, um dos quais será o respectivo presidente, todos eleitos em Assembleia Geral nos termos dos números seguintes.

2. Os membros da Comissão de Auditoria são designados pela Assembleia Geral em conjunto com os demais administradores, devendo as listas propostas para a composição do Conselho de Administração discriminar os membros que se

destinam a integrar a Comissão de Auditoria e indicar o respectivo presidente.

3. Os membros da Comissão de Auditoria deverão respeitar os requisitos relativos a incompatibilidades, independência e especialização decorrentes das normas legais e regulamentares e demais regras de mercado imperativamente aplicáveis, incluindo as vigentes nas jurisdições em que a Sociedade tenha valores mobiliários admitidos à negociação.

4. A falta de qualquer membro da Comissão de Auditoria considera-se como falta definitiva na situação referida no número dois do artigo vigésimo primeiro, com as devidas adaptações. Tal falta definitiva deve ser declarada pela Comissão de Auditoria, devendo proceder-se à substituição do membro em causa nos termos da lei e dos presentes estatutos.

ARTIGO 28.º (Competências)

1. A Comissão de Auditoria tem, além das competências estabelecidas na lei e em outras disposições dos presentes Estatutos, as seguintes competências:

- a) Verificar a exactidão dos documentos de prestação de contas e, em geral, supervisionar a qualidade e integridade da informação financeira constante dos documentos de prestação de contas da Sociedade;
- b) Fiscalizar o processo de preparação e divulgação de informação financeira;
- c) Analisar e emitir a sua opinião sobre os assuntos relevantes relacionados com aspectos contabilísticos e de auditoria e o impacto nas demonstrações financeiras das alterações às normas de contabilidade aplicáveis à Sociedade e às suas políticas contabilísticas;
- d) Fiscalizar a revisão de contas e a auditoria aos documentos de prestação de contas da Sociedade, bem como supervisionar e avaliar os procedimentos internos relativamente a matérias contabilísticas e de auditoria;
- e) Fiscalizar a independência do Revisor Oficial de Contas, designadamente no tocante à prestação de serviços adicionais;
- f) Responsabilidade directa e exclusiva para a nomeação, contratação, confirmação ou cessação de funções e fixação da remuneração dos auditores externos da Sociedade, bem como para a fiscalização das suas habilitações e independência e aprovação dos serviços de auditoria e/ou de outros serviços a prestar pelos referidos auditores externos ou por pessoas suas associadas;
- g) Resolver quaisquer divergências entre a Comissão Executiva e os auditores externos referidos na alínea anterior, no que respeita à informação

financeira a incluir nos documentos de prestação de contas a reportar às entidades competentes bem como no que respeita ao processo de preparação dos relatórios de auditoria a emitir pelos referidos auditores externos;

- h) Fiscalizar a qualidade, integridade e eficácia do sistema de gestão de riscos, do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna, incluindo a revisão anual da sua adequação e eficácia e, em geral, supervisionar a execução das funções desempenhadas no âmbito da auditoria interna e sistema de controlo interno da Sociedade;
- i) Receber as comunicações de irregularidades, reclamações e/ou queixas apresentadas por accionistas, colaboradores da Sociedade ou outros, e implementar os procedimentos destinados à recepção, registo e tratamento daquelas quando relacionadas com aspectos contabilísticos e de auditoria e procedimentos de controlo interno nestas matérias.

Pronunciar-se e dar parecer prévio no âmbito das suas competências legais e estatutárias e sempre que entenda necessário ou conveniente, sobre quaisquer relatórios, documentação ou informação a divulgar ou a submeter pela Sociedade perante as autoridades competentes.

2. Os auditores externos referidos no número anterior devem reportar e estar sujeitos à supervisão directa e exclusiva da Comissão de Auditoria, a qual anualmente obterá e procederá à revisão com os auditores externos de um Relatório sobre a Auditoria Externa.

ARTIGO 29.º (Deliberações)

1. A Comissão de Auditoria reúne-se, pelo menos, uma vez em cada seis meses de cada exercício, em data e local fixados pelo Presidente da Comissão, sem prejuízo de poderem ser convocadas pelo Presidente ou a pedido da maioria dos seus membros.

2. A Comissão de Auditoria não deve funcionar sem a presença da maioria dos seus membros, podendo o seu Presidente, em casos de reconhecida urgência ou impossibilidade justificada, dispensar a presença dessa maioria se esta estiver assegurada através de voto por correspondência ou por procuração, nos termos do número seguinte.

3. É permitido o voto por correspondência e por procuração, não podendo no entanto um dos membros representar mais do que outro membro da Comissão de Auditoria.

4. As deliberações da Comissão de Auditoria são tomadas por maioria dos votos expressos e o respectivo Presidente tem voto de qualidade.

5. As deliberações tomadas nas reuniões da Comissão de Auditoria, bem como as declarações de voto, são registadas em acta lavrada para o efeito, a qual deve ser assinada por

todos os membros da Comissão de Auditoria que participem na reunião, os quais podem ditar para a acta a súmula das suas intervenções.

ARTIGO 30.º
(Recursos financeiros)

Do orçamento anual da Sociedade deverão constar os recursos financeiros necessários ao pagamento pela Comissão de Auditoria da compensação do auditor externo referido no artigo 28.º e dos Consultores da Comissão de Auditoria assim como para suportar as despesas necessárias ao desempenho pela Comissão de Auditoria das respectivas competências e deveres.

SECÇÃO V
Revisor Oficial de Contas

ARTIGO 31.º
(Designação e competência)

1. O exame das contas da Sociedade cabe a um Revisor Oficial de Contas ou a uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que poderão ter um suplente, designados pela Assembleia Geral, sob proposta da Comissão de Auditoria.

2. O Revisor Oficial de Contas tem as competências estabelecidas na lei.

CAPÍTULO IV
Aplicação dos Resultados

ARTIGO 32.º
(Aplicação de resultados)

1. Os lucros líquidos anuais, devidamente aprovados, terão a seguinte aplicação:

- a) Uma percentagem não inferior a exigida por lei será destinada à constituição da reserva legal, até atingir o montante igual à soma do montante mínimo exigível por lei, e o valor do capital social;
- b) Uma percentagem não inferior a 40% dos lucros distribuíveis será distribuída pelos accionistas, a título de dividendo, sem prejuízo de a Assembleia Geral, da redução do dividendo ou mesmo da sua não distribuição;
- c) O remanescente será afecto aos fins definidos pela Assembleia Geral.

2. Nos termos e dentro dos limites legalmente estabelecidos, podem ser feitos aos accionistas adiantamentos sobre lucros no decurso do exercício.

CAPÍTULO V
Dissolução e Liquidação

ARTIGO 33.º
(Dissolução e liquidação)

1. A Sociedade dissolve-se nos casos e termos legais.
2. A liquidação da Sociedade reger-se-á pelas disposições da lei e pelas deliberações da Assembleia Geral.

(14-18116-L02)

Conservatória dos Registos da Comarca de Cabinda

CERTIDÃO

Satisfazendo ao que foi requerido por apresentação n.º 5, feita no Diário em 15 de Junho de 2011.

Certifico que, sob o n.º 6482, a folhas 101 do livro B/22, se encontra matriculado como comerciante em nome individual de Estevão Maria Bundo, solteiro, residente no Bairro A Resistência, Município e Província de Cabinda, exerce o comércio de agricultura, obras públicas, construção civil, usa a firma o seu nome próprio, iniciou as suas actividades em 2011, e tem o seu estabelecimento principal no Bairro A Resistência, Município e Província de Cabinda, com a denominação «Organizações Esmabu».

Por ser verdade e assim constar, mandei passar a presente certidão, que depois de revista e consertada vai por mim assinada e autenticada com o selo branco em uso nesta Conservatória.

Conservatória dos Registos da Comarca de Cabinda, em Cabinda, aos 29 de Junho de 2011. — O conservador em exercício, *ilegível*. (14-12704-L14)

Conservatória do Registo Comercial da 2.ª Secção
do Guiché Único da Empresa

CERTIDÃO

Israel Carlos de Sousa Nambi, Conservador-Adjunto da Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 90 do livro-diário de 27 de Outubro do corrente ano, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, sob o n.º 4.749/14, se acha matriculado o comerciante em nome individual, Chukwuemeka Kenneth Ani, solteiro, residente em Luanda, Município de Luanda, Distrito Urbano do Kilamba Kiayi, Bairro Neves Bendinha, casa s/n.º, que usa a firma «CHUKWUEMEKA KENNETH ANI — Comércio a Retalho e Agricultura», exerce a actividade de comércio a retalho de produtos alimentares e de tabacos, tem escritório e estabelecimento denominado «Kentop-Impex — Comercial», situado em Luanda, Município de Luanda, Distrito Urbano da Samba, Bairro do Morro Bento, Avenida 21 de Janeiro, junto a Agência de Gás Canhongo, casa s/n.º.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, da 2.ª Secção do Guiché Único, 27 de Outubro de 2014. — O conservador-adjunto, *ilegível*. (14-17962-L02)

**Conservatória do Registo Comercial da 2.ª Secção
do Guiché Único da Empresa**

CERTIDÃO

Israel Carlos de Sousa Nambi, Conservador-Adjunto da Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 86, do livro-diário de 20 de Outubro do corrente ano, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que sob o n.º 4735/14, se acha matriculada a comerciante em nome individual, Ruth Iracelma Teixeira Fortuna Tomás, Casada com André João Tomás, no regime de comunhão de bens adquiridos, residente em Luanda, Distrito Urbano da Maianga, Bairro Cassenda, Avenida Revolução de Outubro n.º 7, que usa a firma «R. I. T. F. T. Centro Infantil e Creche», exerce outras actividades recreativas, tem escritório e estabelecimento denominado «LUZ DE VINA — Centro Infantil e Creche», situados em Luanda, Município de Luanda, Distrito Urbano da Maianga, Bairro do Mártires do Kifangondo, Rua 20, Casa n.º 65.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, da 2.ª Secção do Guiché Único, 20 de Outubro de 2014. — O conservador-adjunto, *ilegível*. (14-17827-L02)

**Conservatória do Registo Comercial da 2.ª Secção
do Guiché Único da Empresa**

CERTIDÃO

Israel Carlos de Sousa Nambi, Conservador-Adjunto da Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa.

Satisfazendo ao que, me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 17 do livro-diário de 20 de Outubro do corrente ano, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, sob o n.º 4.732/14, se acha matriculada a comerciante em nome individual, Sónia Graciete Pires Papa, solteira, maior, residente em Luanda, Município de Belas, Centralidade do Kilamba, E-3, Apartamento n.º 82, 8.º Andar, que usa a firma «S. G. P. P. — Comércio a Grosso e a Retalho e Prestação de Serviços», exerce a actividade de comércio a grosso n. e, e prestação de serviços, tem escritório e estabelecimento denominado «GUIJOPA — Comércio a Grosso e a Retalho e Prestação de Serviços», situado em Luanda, Município de Belas, Centralidade do Kilamba, E-3, Apto n.º 82, 8.º andar.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, da 2.ª Secção do Guiché Único, 20 de Outubro de 2014. — O conservador-adjunto, *ilegível*. (14-17829-L02)

**Conservatória do Registo Comercial da 2.ª Secção
do Guiché Único da Empresa**

CERTIDÃO

Israel Carlos de Sousa Nambi, Conservador-Adjunto da Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 35 do livro-diário de 21 de Outubro do corrente ano, a qual fica arquivada nesta conservatória.

Certifico que, sob o n.º 4.733/14, se acha matriculado o comerciante em nome individual, Barroso Muteba Saizamba, solteiro, maior, residente em Luanda, Município de Luanda, Distrito Urbano do Sambizanga, Bairro do Sambizanga, Casa n.º 3, que usa a firma «BARROSO MUTEBA SAIZAMBA — Comércio, Transporte e Agricultura», exerce a actividade de culturas agrícolas n. e. auxiliares dos transportes terrestres, tem escritório e estabelecimento denominado «B.M.SAIZAMBA - Comércio, Transporte & Agricultura», situado em Luanda, Município de Luanda, Distrito Urbano do Sambizanga, Bairro do Sambizanga, rua s/n.º, Casa n.º 3.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, da 2.ª Secção do Guiché Único, 21 de Outubro de 2014. — O conservador-adjunto, *ilegível*. (14-17830-L02)

**Conservatória do Registo Comercial da 2.ª Secção
do Guiché Único da Empresa**

CERTIDÃO

Israel Carlos de Sousa Nambi, Conservador-Adjunto da Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 18 do livro-diário de 23 de Outubro do corrente ano, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, sob o n.º 4.728/14, se acha matriculado o comerciante em nome individual, Benga Pedro Júlio, solteiro, maior, residente em Luanda, no Município de Luanda, Distrito Urbano do Sambizanga, Bairro do Ngola Kiluange, Rua do Benguelense, que usa a firma «B. P. J. — Comércio a Grosso e a Retalho», exerce a actividade comércio a retalho de bebidas, e comércio por grosso, tem escritório e estabelecimento denominado «ORGANIZAÇÕES BENGA — Comércio Geral» situado em Luanda, no Município de Viana, Bairro do Zango 1, Rua da Escola dos Reprovados, casa s/n.º.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, da 2.ª Secção do Guiché Único, 23 de Outubro de 2014. — O conservador-adjunto, *ilegível*. (14-17907-L02)

**Conservatória do Registo Comercial da 2.ª Secção
do Guiché Único da Empresa**

CERTIDÃO

Bárbara Celeste Ferreira Gamboa, Conservadora-Adjunta da Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 40 do livro-diário, de 24 de Outubro do corrente ano, a qual fica arquivada nesta conservatória.

Certifico que, sob o n.º 4737/14, se acha matriculada a comerciante em nome individual, Marta Massoje Afonso dos Santos Rodrigues, casada com Pedro Jorge Martins Cardoso Rodrigues, no regime de comunhão de bens adquiridos, residente em Luanda, Município de Luanda, Distrito Urbano da Maianga, Bairro do Alvalade, Rua Hélder Neto n.ºs 55-57, que usa a firma «M. M. A. S. R. — Consultoria e Investimentos»; exerce a actividade de prestação de serviços, tem escritório e estabelecimento denominado «M. M. A. S. R. — Consultoria e Investimentos», situado em Luanda, Município de Luanda, Distrito Urbano da Maianga, Bairro da Maianga, Rua Marien Ngouabi, Prédio n.º 118 402.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, da 2.ª Secção do Guiché Único, 24 de Outubro de 2014. — A conservadora-adjunta, *ilegível*. (14-17927-L02)

**Conservatória do Registo Comercial da 2.ª Secção
do Guiché Único da Empresa**

CERTIDÃO

Israel Carlos de Sousa Nambi, Conservador-Adjunto da Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 61 do livro-diário de 24 de Outubro do corrente ano, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, sob o n.º 4.742/14, se acha matriculado o comerciante em nome individual, Evaristo António José, solteiro, maior, residente em Luanda, Município de Luanda, Distrito Urbano da Ingombota, Bairro Maculusso, Rua Nicolau Gomes Spencer, n.º 36, que usa a firma «EVARISTO ANTÓNIO JOSÉ — Prestação de Serviços», exerce a actividade de prestação de serviços, tem escritório e estabelecimento denominado «Ngeza Interprize», situado em Luanda Município de Belas, Bairro Camama, Condomínio Jardim do Édem, Rua 12, Casa n.º 105.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, da 2.ª Secção do Guiché Único 24 de Outubro de 2014. — O conservador-adjunto, *ilegível*. (14-17928-L02)

**Conservatória do Registo Comercial da 2.ª Secção
do Guiché Único da Empresa**

CERTIDÃO

Israel Carlos de Sousa Nambi, Conservador-Adjunto da Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 54 do livro-diário de 24 de Outubro do corrente ano, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, sob o n.º 4.739/14, se acha matriculado o comerciante em nome individual, Ézio da Silva Bonzela Franco, solteiro, maior, residente em Luanda, Município de Luanda, Distrito Urbano da Ingombota, Bairro Maculusso, Rua Che Guevara n.º 16, 3.º-A, Apartamento n.º 9, que usa a firma «E. S. B. F. — Prestação de Serviços», exerce a actividade de prestação de serviços, tem escritório e estabelecimento denominado «1.000 LUZES — Electrónica», situado em Luanda, Município de Luanda, Distrito Urbano da Ingombota, Bairro Maculusso, Rua Che Guevara n.º 16, 3.º-A, Apartamento n.º 9.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, da 2.ª Secção do Guiché Único, 24 Outubro de 2014. — O conservador-adjunto, *ilegível*. (14-17929-L02)

**Conservatória do Registo Comercial da 2.ª Secção
do Guiché Único da Empresa**

CERTIDÃO

Israel Carlos de Sousa Nambi, Conservador-Adjunto da Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 59 do livro-diário de 24 de Outubro do corrente ano, a qual fica arquivada nesta Conservatória

Certifico que, sob o n.º 4.741/14, se acha matriculado o comerciante em nome individual, Vieira Inácio Vieira, solteiro, maior, residente em Luanda, Município de Viana, Bairro Caop A, Rua Bom Deus, Casa n.º 150, que usa a firma «V. I. V. — Comércio a Grosso e a Retalho e Prestação de Serviços», exerce a actividade de comércio a retalho de máquinas de escritório e de outro material de escritório, comércio a grosso n.e, e prestação de serviços n.e. tem escritório e estabelecimento denominado «INACIO — Consultoria & Marketing», situado em Luanda, Município de Viana, Bairro Vila de Viana, Rua Guiné Bissau, Casa n.º 6 A.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, da 2.ª Secção do Guiché Único, 24 de Outubro de 2014. — O conservador-adjunto, *ilegível*. (14-17930-L02)

**Conservatória do Registo Comercial da 2.ª Secção
do Guiché Único da Empresa**

CERTIDÃO

Israel Carlos de Sousa Nambi, Conservador-Adjunto da Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 52 do livro-diário de 27 de Outubro do corrente ano, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, sob o n.º 4.744/14, se acha matriculado o comerciante em nome individual Luyndula Afonso, solteiro, maior, residente em Luanda, Município de Luanda, Distrito Urbano da Samba, Bairro Samba Grande, Rua Augusta, Casa n.º 26, Zona 3, que usa a firma «LUYNDULA AFONSO — Alfaiataria», exerce a actividade de comércio a retalho de têxteis e de vestuários, tem escritório e estabelecimento denominado «LUYNDULA AFONSO — Alfaiataria», situado em Luanda, Município de Luanda, Distrito Urbano e Bairro da Samba Grande, Rua Augusta, Casa n.º 26, Zona 3.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, da 2.ª Secção do Guiché Único, 27 de Outubro de 2014. — O conservador-adjunto, *ilegível*. (14-17961-L02)

**Conservatória do Registo Comercial da 2.ª Secção
do Guiché Único da Empresa**

CERTIDÃO

Israel Carlos de Sousa Nambi, Licenciado em Direito Conservador-Adjunto da Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 92 do livro-diário de 27 de Outubro do corrente ano, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, sob o n.º 4.750/14, se acha matriculado o comerciante em nome individual Pedro Teixeira Rego de Oliveira Balonas, solteiro, residente em Luanda, Município de Luanda, Distrito Urbano da Ingombota, Bairro Ingombota, Rua Amílcar Cabral, n.º 125 1.º-A, que usa a firma «PEDRO TEIXEIRA REGO DE OLIVEIRA BALONAS — Prestação de Serviços», exerce a actividade de prestação de serviços, tem escritório e estabelecimento denominado «PEDRO TEIXEIRA REGO DE OLIVEIRA BALONAS — Prestação de Serviços», situado em Luanda, Município de Luanda, Distrito Urbano da Ingombota, Bairro Ingombota, Rua Amílcar Cabral, n.º 125 1.º-A.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, da 2.ª Secção do Guiché Único, 27 de Outubro de 2014. — O conservador-adjunto, *ilegível*. (14-17963-L02)

**Conservatória do Registo Comercial da 2.ª Secção
do Guiché Único da Empresa**

CERTIDÃO

Natacha Garcia António dos Santos Garcia, Conservadora Adjunta da Conservatória do Registo Comercial da 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa — Nosso Centro.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 8 do livro-diário de 13 de Outubro do corrente ano, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, sob o n.º 489/14, se acha matriculado o comerciante em nome individual Pedro Codia Kiako, solteiro, maior, residente em Luanda, Município do Cazenga, Bairro Cazenga, rua s/n.º, Zona 18, que usa a firma «PEDRO CODIA KIAKO — Prestação de Serviços», exerce a actividade de prestação de serviços, tem escritório e estabelecimento denominado «P. C. K. — Prestação de Serviços», situado em Luanda, Município do Cazenga, Bairro Cazenga, rua s/n.º, Zona 18.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, da 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa — Nosso Centro, 13 de Outubro de 2014. — A conservadora-adjunta, *ilegível*. (14-18072-L15)

**Conservatória do Registo Comercial de Luanda —
SIAC**

CERTIDÃO

Andrade Manuel Neto, Licenciado em Direito, Conservador do Registo Comercial de Luanda.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 2 do livro-diário de 2 de Outubro do corrente ano, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, sob o n.º 3002, a folhas 58, verso do livro B-6, se acha matriculado o comerciante em nome individual Alex Miguel Lemos, solteiro, maior, residente em Luanda, Bairro do Golf I, Rua 17 de Setembro, Município do Kilamba Kiaxi, ramo de actividades, comércio a retalho de medicamentos, tem o seu escritório e estabelecimento principal denominados «Farmácia Alex Miguel Lemos», situado no mesmo local do domicílio.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, em Luanda, 6 de Outubro de 2014. — O conservador, *ilegível*. (14-17797-L05)

**Conservatória do Registo Comercial de Luanda —
SIAC**

CERTIDÃO

Andrade Manuel Neto, Licenciado em Direito, Conservador do Registo Comercial de Luanda.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 4 do livro-diário de 10 de Outubro do corrente ano, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, sob o n.º 3010, a folhas 62 do livro B-6, se acha matriculado o comerciante em nome individual Mateus Jorge Alexandre, solteiro, maior, residente em Luanda, Bairro Tala Hady, Casa n.º 14, Zona 19, Município de Cazenga, de nacionalidade angolana, ramos de actividade de comércio a retalho de têxteis e de vestuário, escritório denominado «Mateus Jorge Alexandre», situado no mesmo local do domicílio.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, em Luanda, 10 de Outubro de 2014. — O conservador, *ilegível*.
(14-17798-L05)

**Conservatória do Registo Comercial de Luanda —
SIAC**

CERTIDÃO

Andrade Manuel Neto, Licenciado em Direito, Conservador do Registo Comercial de Luanda.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 8 do livro-diário de 15 de Outubro do corrente ano, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, sob o n.º 3005, a folha 65 do livro B -6, se acha matriculada a comerciante em nome individual Ana Luísa Domingos, solteira, maior, residente em Luanda, no Bairro Sapu, Rua da Figueira, Casa n.º 129, Município de Viana, de nacionalidade angolana, ramo actividade de comércio a retalho de têxteis e de vestuário, restaurantes n.e., escritório estabelecimento denominado «Ana Luísa Domingos», situado no mesmo local do domicílio.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, em Luanda, 17 de Outubro de 2014. — O conservador, *ilegível*.
(14-18065-L05)

**Conservatória do Registo Comercial de Luanda —
SIAC**

CERTIDÃO

Andrade Manuel Neto, Licenciado em Direito, Conservador do Registo Comercial de Luanda.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 6 do livro-diário de 15 de Outubro do corrente ano, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, sob o n.º 3015, a folha 64 do Livro B-6, se acha matriculado o comerciante em nome individual Wilson João Manuel Kiteque, solteiro, maior, residente em Luanda, no Bairro Rangel, Rua da Lama, casa s/n.º, Zona 1, Município de Rangel, de nacionalidade angolana, ramo actividade de consultoria para os negócios e a gestão, formação profissional, escritório e estabelecimento denominado «Wilson João Manuel Kiteque», situado no mesmo local do domicílio.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, em Luanda, aos 17 de Outubro de 2014. — O conservador, *ilegível*.
(14-18066-L05)

**Conservatória do Registo Comercial de Luanda —
SIAC**

CERTIDÃO

Andrade Manuel Neto, Licenciado em Direito, Conservador do Registo Comercial de Luanda.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 6 do livro-diário de 22 de Outubro do corrente ano, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, sob o n.º 3021 a folha 68 do livro B-6, se acha matriculado o comerciante em nome individual Alberto Cabaça Manuel, solteiro, residente em Luanda, no Bairro Hoji-ya-Henda, Rua do Ngangula, Casa n.º 182, Zona 17, Município do Cazenga, nacionalidade angolana, ramo de actividades comércio a retalho de combustíveis para uso doméstico, escritório e estabelecimento denominado «Alberto Cabaça Manuel», situado no mesmo local do domicílio.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — SIAC, em Luanda, aos 22 de Outubro de 2014. — O conservador, *ilegível*.
(14-18067-L05)

Conservatória do Registo Comercial de Luanda

CERTIDÃO

- a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;
- b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 0010.141013;
- c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Nádia Carla Monteiro dos Reis, com o NIF 2401398406, registada sob o n.º 2014.10612;
- d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações
Nádia Carla Monteiro dos Reis;

Identificação Fiscal n.º 2401398406;

AP.3/2014-10-13 Matrícula

Nádia Carla Monteiro dos Reis, solteira, maior, residente em Luanda, Bairro Maianga, Avenida Comandante Gika, 61, 1.º 4, Zona 5, 9 de Outubro de 2014, de nacionalidade angolana.

Ramo de actividade: serviços prestados, estabelecimento «El-Shaday», situado no local do domicílio.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, aos 16 de Outubro de 2014. — A Ajudante Principal, *Joana Miguel*. (14-17966-L02)

Conservatória do Registo Comercial de Luanda

CERTIDÃO

Andrade Manuel Neto, Licenciado em Direito, Conservador do Registo Comercial de Luanda.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 20, do livro-diário de 24 de Fevereiro de 2010, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, sob o n.º 4.721 de folhas 134, verso, do livro B-57, se acha matriculado o comerciante em nome individual, Neves Cuta, solteiro, maior, residente em Luanda, no Bairro Rangel, Rua 8 de Novembro, Casa n.º 10-RA-111 - A, Zona 15, que usa a firma o seu nome, exerce a actividade de serviços prestados as empresas, n.e., tem escritório e estabelecimento denominado «NKwta Ya Ntwana», situados no Município e Bairro do Rangel, Rua Ngola Mbandy, Casa n.º 33- RA -R/C, nesta cidade.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, em Luanda, 3 de Março de 2010. — O conservador, *ilegível*. (14-17974-L01)

Conservatória dos Registos da Lunda-Sul

CERTIDÃO

Joaquim César, Licenciado em Direito, Conservador dos Registos da Lunda-Sul.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada em 26 de Agosto de 2014, sob n.º 1 do diário.

Certifico que, sob o n.º 1149 a folha 85, verso, do livro B-5 está matriculado como comerciante em nome individual José Antero Gavino do Rego, que usa como firma o seu nome, exerce a actividade de comércio geral, tem o seu escritório e estabelecimento comercial denominado «J.A.G. do Rego», situado em Saurimo, no Bairro 11 de Novembro.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória dos Registos da Lunda-Sul, em Saurimo, aos 26 de Agosto de 2014. — O conservador *ilegível*. (14-18068-L16)

Conservatória do Registo Comercial da 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa — Nosso Centro

CERTIDÃO

Natacha Garcia António dos Santos Garcia, Conservadora-Adjunta da Conservatória do Registo Comercial da 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa- Nosso Centro.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 10 do livro-diário de 13 de Outubro do corrente ano, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, sob o n.º 490/14, se acha matriculado o comerciante em nome individual Distinto João Cungo, solteiro, maior, residente em Luanda, Município de Luanda, Distrito da Maianga, Bairro Rocha Pinto, Rua 4, Casa n.º 67, Zona 6, que usa a firma «DISTINTO JOÃO CUNGO — Comércio a Retalho», exerce as actividades de comércio a retalho de produtos farmacêuticos e cosméticos, tem escritório e estabelecimento denominado «Farmácia D.J.Cungo», situado em Luanda, Município de Luanda, Distrito da Maianga, Bairro Rocha Pinto, Rua 4, Casa n.º 67, Zona 6.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, da 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa — Nosso Centro, 13 de Outubro de 2014. — A conservadora-adjunta, *ilegível*. (14-18073-L15)